# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa

RAFAEL BARRETO DO PRADO

(des)estabilida(des) da produção Sociolinguista: contra a manutenção da ordem

São Paulo 2010

### RAFAEL BARRETO DO PRADO

# (des)estabilida(des) da produção Sociolinguista: contra a manutenção da ordem

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos do Discurso em Língua Portuguesa

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Valdir Heitor Barzotto

São Paulo 2010 Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

### Catálogo da Publicação Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Da Universidade de São Paulo

PRADO, Rafael Barreto do.

(des)estabilida(des) da produção Sociolinguista: contra a manutenção da ordem / Rafael Barreto do Prado; Orientador: Valdir Heitor Barzotto. São Paulo: s.n., 2010.

162 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Filologia e Língua Portuguesa. Área de Concentração: Estudos do Discurso em Língua Portuguesa) - - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

- 1. Análise do discurso 2. Sociolinguística 3. Variação linguística 4. Produção do conhecimento.
- I. Barzotto, Valdir Heitor, orient.

Aos meus pais, Valci e Marina e ao meu irmão, Rangel. Como muitas famílias, viemos do rural ao urbano em busca de uma vida melhor. Continuamos...

### **AGRADECIMENTOS**

- a Exisate, deus do talento e do rigor.
- a Valdir Heitor Barzotto, pelas cobranças, exigências, atenção e cuidado. mais do que orientador;
- à Rebecca de Cássia Daneluci, minha companheira. "Nem tudo é falta, isso pode ser revolucionário";
- à Patrícia Tavares dos Santos, sou feliz por ter existido em minha vida e por me mostrar o caminho do amadurecimento;
- a Aurélio de Souza, por me acompanhar no espaço mágico de (re)existência e (trans)form(ação);
- a Marcelo Silva Souza, pelo exemplo de existência e braço forte de amigo;
- a Diogo Vieira Leonardi, pela velha infância e constante amizade;
- a Douglas Bortotto, sempre disposto para às conversas e para compartilhar;
- à Camila Teixeira Dias, presente ainda que ausente;
- a Carlos, Rosio, Olívia, Carlitos e Cuca, mi família mexicana, por compartir um poco de vida;
- a Daniel Lage e Leopoldo Barbosa, camaradas de discussões e de vida, ainda muito por vir;
- aos amigos Rogério Mani, Fábio Morales e Marcius Lepick, pelo apoio, compreensão e tempo;
- à Prof. Beatriz Daruj Gil, pelas contribuições desde quando participei de suas aulas;
- ao Prof. Percival de Leme Brito, pela leitura e sugestões;
- à Prof. Cilaine Alves Cunha, pelas primeiras orientações;
- ao Prof. Ricardo da Cunha Lima, pelo apoio e confiança;
- ao Prof. Paulo Martins, pelas aulas que tiram a Universidade do Olimpo;
- ao grupo de oficina de teatro, sempre em formação e em experiências;
- ao GEPPEP, por possibilitar agregar novas ideias;
- à Capes, pelo auxilio financeiro.

O Senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso me alegra, montão.

(João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas.).

### **RESUMO**

Nosso objetivo é analisar a produção acadêmica acerca da Sociolingüística no Brasil, a fim de verificar quais valorações sociais, relações de poder e imagens percorrem tal produção. Para tanto, tomamos algumas expressões características e, a princípio, imprescindíveis às conceitualizações dessa área do conhecimento. O corpus da pesquisa foi constituído de maneira a focar a reflexão no interior da própria produção acadêmica, a partir de uma coletânea de textos de grande circulação, que abordam de diferentes formas o tema das variações na língua: em material didático, na literatura, na formação histórica do português brasileiro e no uso cotidiano da língua pelos falantes. Pressupomos que, apesar da alegada respeitabilidade a todas as variedades, encontrada nos textos analisados, advinda das reflexões opositoras à Gramática Tradicional, ainda estava presente a imposição de apenas uma forma legítima de variedade; além disso, a posição das novas reflexões lingüistas permanecia como autoridade oferecedora de uma língua mais adequada à realidade nacional, expropriando do falante sua própria língua. Para realizar nosso exame, recorremos às reflexões da Análise do Discurso, essencialmente a Michel Pêcheux, do qual trabalhamos a ideia de processo de produção de um discurso, envolvendo nesse sentido as condições sócio-históricas para tal produção; e a ideia de espaços estabilizados, em que os discursos trabalham pela manutenção dessa estabilidade. Concluímos que: a) possibilidade de um pacto tácito que impede um uso homogêneo dos termos para que não se discuta seu significado; b) uma postura de oferecimento de uma determinada língua aos falantes, movimento parecido ao dos gramáticos, anteriormente lugar de crítica dos sociolinguistas. Por fim, pensamos que a produção acerca da variação linguística procura garantir a estabilidade dos espaços sociais (incluindo os Institucionais) "recomendando" a fala ao contexto (ou à situação).

**Palavras-chave:** Análise do discurso, Sociolinguística, Variação linguística, Produção do conhecimento.

### **ABSTRACT**

Our aim is to analyze the academic production concerning Sociolinguistics in Brazil to verify which social values, power relation and images go beyond that production. To do so, we have taken some characteristically expressions, and as an essential start pointing the concepts of this field of knowledge. The research corpus was constituted in a way to focus the reflection inside the academic production, starting with a collection of texts from great circulation, which deal with in different ways the theme about the language variation: didactic material, literature, the historical formation of Portuguese in the everyday use of the language by the speakers. We think that, in spite of the alleged respectability to all varieties found in the analyzed texts, that came from of the opposition to the Traditional Grammar, it was still under the imposition of only one legitimate way of variety; in addition to this, the position of new linguistics thoughts remained as an offered authority of a more adequate language to the national reality, taking the speakers away from their own language. To realize our exam, we resort to the thoughts of the Discourse Analysis, essentially to Michel Pêcheux, from whom we work the idea of production process of a discourse, involving in this way the pre-hystorical conditions to such production; and the idea of stable spaces, in which the discourses work for the maintenance of this stability. We concluded that: a) the possibility of an implicit pact that prevent the homogenous use of the terms not to discuss their meanings; b) an attitude of offering a determined language to the speakers, movement similar to the grammarian, before under the criticism of sociolinguistics. Finally, we think that the production concerning the linguistic variation try to guarantee the stability of two social spaces (including the Institutional) "recommending" the speech to the context (or to the situation).

**Key-words:** Discourse Analysis; Sociolinguistics; Linguistic Variation; Knowledge Production.

# SUMÁRIO

LISTA DAS SIGLAS UTILIZADAS	12
PREFÁCIO DE MEMÓRIAS: ALGUNS ANTECEDENTES HISTÓRICOS	13
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO UM: PRIMEIRAS PALAVRAS	36
1.1 Arcabouço Teórico	36
1.2 E da carne se faz o verbo	47
1.3 Língua e Ideologia	51
1.4 A dança das esferas de Poder	56
1.5 O Corpus	61
CAPÍTULO DOIS: OUTROS ANTECEDENTES HISTÓRICOS	72
2.1 - Sociolingüística, um breve percurso através de seu desenvolvimento	72
2.2 - A Sociolingüística no Brasil	78
CAPÍTULO TRÊS: A MINHA PÁTRIA É MINHA LÍNGUA	86
3.1 – pela pátria a língua (PB e PE)	91
3.2 - Passos à frente	101
CAPÍTULO QUATRO: A LÍNGUA DA CIÊNCIA: PÁTRIA OU CLASSE	105
4.1 Variedade	107
4.2 Variantes	116
4.3 Variável	122
CAPÍTULO CINCO: A MINHA PÁTRIA É MINHA CLASSE	125
5.1 – A norma e o padrão	126
5.1.1 – O culto e o formal	
5.2 – O não-padrão - O popular e o coloquial (ou o riso)	140
5.2.1 – Ao redor da oposição fundamental: não-padrão X padrão	145

PALAVRAS FINAIS	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
BIBLIOGRAFIA DO CORPUS	161
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	161

## Lista das siglas utilizadas

CP – Código padrão

DM – Discurso da Mudança

GT – Gramática Tradicional

LP – Língua Padrão

NC – Norma Culta

PB – Português Brasileiro

PC – Português coloquial

PE – Português Europeu

PNP – Português Não-Padrão

PP – Português Padrão

PPop – Português Popular

Vd – Variedade

VL – Variação Linguística

Vv – Variável

Vt – Variante

PREFÁCIO DE MEMÓRIAS: alguns antecedentes históricos

Se você vier me perguntar por onde andei

No tempo em que você sonhava

De olhos abertos te direi: amigo eu me desesperava.

Sei que assim falando pensas que esse desespero é moda em 73,

Mas ando meio desconte e desesperadamente grito em português.

(A palo seco, Belchior).

1ª Parte: O de dentro

A propósito, tenho mesmo pensado no que tenho feito de mim. Nas escolhas e

rumos que tenho decidido e aonde cheguei. Sem dúvida a Universidade divide, mas não

separa dois momentos em minha vida.

O primeiro é o lugar comum de menino do interior com família pobre mudando

todo ano após o vencimento do contrato de aluguel. Contrato familiar também, que previa

após dez ou onze meses recolher caixas para "encaixotar" as coisas, distribuir em

compartimentos o acumulado de mais um ano. Mas nem tudo era possível organizar e

colocar em ordem. Naquele tempo não tinha contrato de 36 meses. Todo ano escola nova,

rua nova, casa velha, amigos diferentes. Talvez eles me achassem diferente. Quando tento

lembrar-me de mim, a imagem mais forte é a de ficar estudando muito, porque diziam que

para ser piloto de avião era preciso estudar muito. Seguia o conselho.

Faltou dizerem sobre meus olhos. Com esse tanto de miopia e astigmatismo (foi

difícil pronunciar isso quando criança, tinha uma deficiência nos olhos que nem conseguia

dizer o nome) não daria. Depois de algum tempo, um oftalmologista (chamado em casa de

oculista) me informou delicadamente: "Eles querem uma águia!". Talvez eu fosse só um

canário, como àqueles criados pela minha mãe. Mulher que achava tempo pros bichos

mesmo com todo o trabalho de casa, e esta, definitivamente, sempre provisória – nunca a

13

sua casa, até hoje assim. Sina que talvez tenha aliviado o peso de seu trabalho: limpar e ajeitar a casa dos outros.

A atenção dela era dividida entre meu pai, meu irmão, eu, os canários, as galinhas, os patos, a Lesse e manter a casa em ordem. Uma ordem bem peculiar a ela. Parecida com seu falar "disparador" de histórias, umas ligadas às outras sem vírgula nem ponto, sem preposição nem concordância e extremamente claras, limpas, varridas e organizadas e diversificadas na imagem da estante na sala, misturando louças com plásticos, com fotos, com brinquedos, com fitas de vídeo, com a vontade de preencher e ocupar a casa. Bastava dar uma palavra e vinha a multiplicação dos acontecidos, sem milagre algum, bem melhor! E era um campo semântico extremamente coerente (mesmo que ela não saiba) que ligava a bagunça infantil dos filhos dela a sua infância conturbada saindo de casa mesmo criança. Ainda atravessam o que sou (o que estou). A (des)ordem da casa e das estórias.

Meu pai guardava o silêncio, o gesto (a mamadeira com leite doce e quente toda manhã antes de ir trabalhar, o trabalho que garantia aquele leite). A voz surgia animada nele quando acontecia o seu "alembra..." e aí lembrávamos. Como agora "alembro" de quando, em um dos contratos de aluguel vencidos, ele precisou trabalhar na capital e nos visitava de fim-de-semana. Tirou férias em mês de aula, me levou para a escola – de portão a portão – as férias acabaram, mas as aulas não; embora, naquela condição, preferiria que tivessem. No outro dia não queria a escola, queria a mão grande que cobria a minha no caminho da feira pra comer pastel.

Sobre a escola – enquanto meu irmão brigava com ela e nela, proporcionando várias oportunidades de visita aos nossos pais –, poderia não ter lembranças pra contar. Saí no meio do ano quando estava na primeira série, íamos mudar outra vez. A mudança não veio, perdi o ano. Voltei no seguinte para fazer o ano passado, não sem certo esforço (arriscaria

até a palavra escândalo, se minha mãe não ler o que escrevo, caso leia, fica o esforço) por uma vaga, a segunda metade dos anos oitenta estava acostumando-se com o negócio da democratização. Hoje tal empreendimento já gera mais cifras.

Vim morar em Santo André em 1994, ano do tetra, do FHC, do Real e de ficar mais tempo numa cidade. Em 1995 fui morar na ex-casa de minha avó materna, 10 anos no mesmo lugar. A seleção perdeu e ganhou o penta, o FHC foi, o Real ficou e o Lula lá, chegou ao poder.

Enquanto isso acontecia, eu passava por mais um lugar comum: trabalhar e estudar. Não foi tão difícil, já havia me despreocupado de estudar tanto, o oftalmologista "abriu meus olhos". Foi a fase "fundão". Comecei a me interessar por literatura, filosofia e sociologia. E pela professora de Língua Portuguesa. Conto isso menos pelo amor – deixado lá atrás – e mais pela descoberta da universidade. Foi no terceiro colegial que descobri a USP, ouvia dizer, mas não sabia muito bem o que era (não que hoje eu saiba...), ela estava naquele conjunto de palavras que atormentam: duendes, fadas, Deus... Era possível então fazer faculdade de graça. Claro que o pacote de descobertas trouxe também o tal de vestibular e seu parceiro cursinho.

Bom, era preciso dar mais um passo e de alguma forma bem forte, estava ligado a crescer. Santo André nunca me pareceu um bom lugar pra andar descalço, diferente de Taubaté. Aqui não dá tempo da sola do pé ficar "suja" de barro ou de arrancar o "tampão" do dedo jogando bola na rua. Coloquei os sapatos então. Fui fazer cursinho. Diziam que aluno de escola pública não entrava na USP sem isso. Sempre estudei em escola pública, parecia um diagnóstico médico de tratamento único. Dois anos de cursinho, o segundo sem trabalho. Pedi demissão, apostei no tratamento. Funcionou. Dentro do que é possível funcionar nessa estrutura naturalizada.

Dois anos e dois nomes, duas disciplinas: primeiro, Geografia – Marcelo Corrêa, comecei a decidir: "quero fazer o que esse cara faz!"; segundo, Literatura – Charles Borges Casemiro, "achei". Vou ser professor, ensinar, estudar, pesquisar, hipotetizar, analisar, pensar sobre a Língua Portuguesa.

Fuvest 2002. Greve de 2002. Estava na FFLCH, na Letras.

Esse foi o ano que dividiu minha vida e juntou a primeira parte com a segunda. Era preciso procurar sentido. Eu vim do lugar comum da maioria das pessoas. A maioria! A faculdade que mais recebe estudantes. A maior porcentagem de estudantes de baixa renda, não era qualquer coisa. Ainda mais com um trabalhador no poder.

A maior greve estudantil da USP acabou, mas ficou muito nos calouros daquele ano.

Lembro um amigo escrevendo<sup>1</sup>:

Se a greve tem uma certidão de nascimento ela deve ser representada pelo manifesto intitulado "Contra o descalabro na faculdade de Letras", redigido por uns cinco estudantes e assinado por uns vinte, que foi distribuído aos milhares na mesma faculdade em março daquele ano. (...) Falei de certidão de nascimento, mas seria possível ir mais longe e reconhecer na recepção dos calouros de 2002 os primeiros traços que conformariam aquele sentimento de momento histórico. Neste ano completa-se quatro anos da greve. Período significativo dentro da faculdade, em tese é o tempo que levamos para nos formar. Vários calouros daquele ano encerram um ciclo, alguns passaram pela greve, outros a fizeram. (...) Acho que é aí que vocês entram, em retrospectiva, como um novo e definitivo personagem entra na literatura, fazendo parte de um infinito enredo formado por n outros personagens e n outras paisagens.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> SOUZA, Marcelo Silva. "2002: o ano que terminou, mas...". Texto escrito para compor o manual dos calouros de Letras do ano de 2006.

Amigo, "o líder", depois só amigo mesmo – era o que ele queria, no fim era o melhor, na mesma altura. Mostrou-me como tudo era escolha, até não escolher. Escolhi continuar. Agradeço.

Veio em 2006 o centro acadêmico e a tentativa de restabelecer a efervescência de 2002. Nada perto. Alguns ensaios, o caell² pichado: feito arma as palavras, o que tínhamos (e temos), um certo tumulto, medos, um suspiro e a normalidade anódina de volta ao prédio da Letras. Muitos sonhos já haviam acabado, o mensalão ganhara há tempo páginas e telas, o metalúrgico não podia mais renovar. Se a pós-modernidade, para muitos autores, é marcada pelo fim das narrativas soterológicas, bem vindo! O Brasil entrava no pós-moderno. Tempos difíceis – sempre são.

Voltei a minha condição de estudante trabalhador, mas agora como professor. Deixei a Literatura ficar ao lado (e não de lado) do ensino de língua e me dediquei mais a este. Chegava a hora de ir para a Licenciatura. Olhava o quadro de professores e as opções mais recusadas eram uns tais de Picareta, Rigoroso, Pede Muito Trabalho... Passei por poucos desses. O mais importante foi o rigoroso de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa.

Fui para o estágio e comecei a me interessar pela distância entre a fala dos alunos e a gramática insistentemente ensinada pelos professores, nada de mais, outra vez o lugar comum. A variação lingüística foi deixada de canto durante o bacharelado, mas que explodiu na fala dos alunos e "alembrou" meus pais, a fuga de meu irmão da escola e meus pés sujos de chão de barro. Entreguei meu relatório e falei para o professor sobre meu interesse em estudar os diferentes falares, a relação com o aprendizado, a resistência à

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Centro Acadêmico de Estudos Literários e Lingüísticos Oswald de Andrade.

gramática tradicional (normativa), o que politicamente isso representava. Pra mim, esse dia marca mais um passo em direção ao que sou hoje, foi o nascimento da minha pesquisa.

Há umas palavras, um tanto adolescentes, em meu relatório, em um espaço lá dentro chamado de "A luta de línguas" <sup>3</sup>, é a partir desse "canto desafinado", por serem os primeiros, que comecei a pensar na Sociolingüística com mais seriedade e rigor (lição mais importante da MELP I).

Cursei a MELP II no segundo semestre de 2006, perseguindo o rigor e, no primeiro de 2007, terminei o bacharelado na Letras. Formei-me. Foi preciso cinco anos e meio, precisão.

Escrevi um projeto e concorri a uma vaga no mestrado. No início de 2008 comecei oficialmente, para a Universidade, minha pesquisa. O professor Valdir Heitor Barzotto, com quem cursei a MELP I e II, aceitou me orientar.

Com a orientação, veio também o convite para participar do GEPPEP<sup>4</sup>. Encontrei nesse grupo um espaço para iniciar diálogos com outras pessoas estabelecendo pontos de contato com minha pesquisa. Caminhamos dessa forma nessa etapa, fulano e pesquisa. Você é aquilo que pesquisa. Quase perdemos o nome e ganhamos um adjunto. Sem contar a filiação, quase literal – você é de quem? Uma professora me perguntou isso, a que eu deveria responder o nome de meu orientador!

reproduzir, em outra esfera, a alienação do trabalho na sociedade capitalista.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Trecho: Tentar defender a condição legítima de uma língua falada, lógica e coerente – como quer fazer crer a si a norma culta – soa, ainda (!) para muitos (!), uma contradição em termos, quando não uma "terra de ninguém na linguagem". Sim, porque para muitos é preciso um dono institucional, de papel passado e firma reconhecida. Querem que a língua tenha um proprietário cujo braço forte lhe imponha regras. Calam-se e cegam-se diante da inerente produção coletiva da língua. Alienar o falante de sua própria manifestação é

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Grupo de estudos e pesquisa produção escrita e psicanálise, <a href="http://paje.fe.usp.br/~geppep/index.htm">http://paje.fe.usp.br/~geppep/index.htm</a>.

Começo a realizar leituras e discussões a respeito da psicanálise, aumentando (com grande dificuldade) a possibilidade de reflexão sobre a linguagem – e sobre mim. Estar no GEPPEP tem proporcionado (embora ainda me sinta torto e recém-chegado) também, pensar e discutir o universo acadêmico, a construção de conhecimento e sua divulgação – mesmo que tal movimento não seja privilégio de um grupo de estudos, ainda mais quando, a cada dia, as forças produtivas contaminam qualquer possibilidade do livre-pensar.

Onde tenho ficado mais torto, porque esse espaço é para entortar – talvez por isso a satisfação – é durante a Oficina de Teatro, atividade coordenada pelo professor Valdir Heitor Barzotto. Das atividades que realizei após a entrada no Mestrado, essa é que mais tem contribuído para minha pesquisa (olha aí, carregando ela pra todo canto). "No teatro", como nomeamos, poderia ser um substantivo só: noteatro; funde se língua, gesto, universidade, política, organização de um grupo, espaço público e sua finalidade, produção textual e ensino. É meu ponto convergente.

A partir do trabalho de expressão corporal baseado no Butô<sup>5</sup>, procuramos desconstruir os movimentos tradicionais, habituais do corpo experimentando uma sintaxe diferente. A relação entre o velho e o moço aparece no conteúdo da peça, em processo de criação. As falas saltam, como se estivesse em vitrines esperando para o consumo, estão pré-fabricadas e latentes em seu valor de troca.

.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Teatro-dança criado por Kazuo Ohno e Tatsumi Hijikata em meados de 50 no Japão do pós-guerra. "Segundo Antunes Filho, o Butô vem da morte. Ele jamais existiria se não fosse a bomba atômica. É uma espécie de manifestação escatológica. E se Hijikata revela a escatologia de maneira yang terrível, masculina Kazuo Ohno nos oferece esse mesmo universo de maneira yin maternal, pleno de amor e esperança. Ele trabalha com o corpo morto, murcho, com o qual seguem os impulsos e instintos da alma. Permite, portanto, que a memória chegue sem produzir esteriótipos, clichês que vêm da parte emocional, e não dos arquétipos da mente". (citação de Ana Paula Cassettari, "Kazuo Ohno e o Butô: teatro-dança de um corpo entregue aos impulsos da alma". Em: www.opalco.com.br).

A busca pela adequação. Por se normatizar. Era também, em grande medida, ser burguês, forçosamente às vezes, inevitavelmente noutras. Estudar e trabalhar nos tira da nossa casa, falta tempo e sobram afazeres.

Entrar na cidade das letras me colocou a obrigação de atender alguns requisitos.

Alguns menos obrigatórios e mais optativos-satisfatórios.

As atividades realizadas já na Universidade, através dos seus meios e estrutura, e que têm relação principalmente com minha pesquisa de Mestrado se traduzem nas disciplinas necessárias para atingir o mínimo de crédito. Fiz quatro disciplinas, uma a mais. A quarta mais pelo rigor e menos pela obrigação.

A primeira disciplina cursada foi *Análise do Discurso: Retórica e Argumentação*. Iniciei por aquilo que mais precisava, aparentemente. Depois, o andamento das aulas caminhou para outros rumos. Menos de Análise do Discurso e mais de retórica, assim com R pequeno mesmo. O trabalho final procurou ensaiar os primeiros passos para a atual pesquisa. Analisei (verbo que ganha alta freqüência em minha vida depois da entrada na universidade, ganha freqüência e se faz carne) o embate argumentativo da Norma Culta contra a Gramática Tradicional. Tudo sob os olhares e falares do *Tratado da Argumentação* de Perelman e Tyteca <sup>6</sup>.

Em seguida fui à fundamental disciplina *O léxico em discursos específicos:* aspectos ideológicos. Nela, vi como a seleção lexical se dá sobre uma base material e ideológica a qual se revela no plano discursivo.

20

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Ver: **PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie**. *Tratado da argumentação: A nova Retórica*. Tr. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Principalmente pp.211 – 459.

As aulas tiveram como centro a Análise Crítica do Discurso, com a participação textual constante de Teun A. Van Dijk. Autor entendedor da linguagem enquanto vinculada essencialmente ao contexto histórico de produção e, pensador de mecanismos discursivos produtores e reprodutores do poder de dominação.

Com essa disciplina pude realizar mais um ensaio sobre nosso *corpus*. Contribuição substancial.

A terceira disciplina cursada foi *Enunciação em Gêneros Discursivos do Português*.

Um protagonista sem antagonismos, a leitura das obras de Mikhail Bakhtin reinou absoluta.

Ao final da disciplina, o texto por lá produzido procurava observar como ocorria o mecanismo de polifonia (dialogismo) e seus efeitos e, a idéia de discurso inconcluso.

De material para nosso texto por aqui, foi aprofundar nossas reflexões a respeito da relação entre estrutura e infra-estrutura na produção discursiva. Relação que está na base de nossa visão linguística.

Embora já tivesse cumprido os créditos exigidos pelo programa, achei importante cursar a disciplina *Discurso*, *língua e metalinguagem*. Último momento formal de sala de aula para aprender com o rigor a lapidar as análises que aparecerão mais a frente.

### O Futuro

Encerrar esse prefácio-memorial faz ter vontade de voltar mais vezes às lembranças. Sentir os cheiros, os gostos, as asperezas, as cores e as letras das decisões. Escolher estudar a língua, a partir da língua falada no Brasil, evidentemente tem a ver com o que atravessou minha vida. É lugar comum sim, do interior à capital, mas é o lugar pouco assumido. Lugar de uma classe, espaço pouco freqüentado pela maioria. A minoria sabe o espaço de controle que ocupa e ofusca os demais com seus shoppings e caras e folhas e globos e modelos de

vida atrelados ao consumo que nos consome. A maioria aceita, por não se mover e por não ser movimentada e por não deixarem movimentar.

Tempos de espera no limbo. Tempos de descompromissos. Tempos que se repetem em reproduções cada vez mais rápidas. Tempos de matar o tempo, preenchendo de um vazio silêncio escandaloso que preferimos dissimular. Na relação entre vida prática e reflexão — os reflexos: onde quer que mire o olhar. Neste mundo em "sursis", a Universidade; seguem as pesquisas estagnadas, reprodutoras, preenchedoras, utilizáveis e utilitárias para a manutenção. Nada escapa, tudo é trabalho humano, por isso. A linguagem constrói(-se) o mundo constrói(-se) a linguagem... impregnam-se de valores trocáveis; discursos espelhados, revelam em si os processos condenados do outro. "Que é que a gente faz agora ?" (Beckett). Entrega ao outro a decisão, espera. Mas ele não vem mais. "E se nos enforcássemos?" (Beckett). Talvez. Todos, ao mesmo tempo, na corda que nos prende — a Humanidade — a responsabilidade pela existência. Tempos que nos passam, devoram; e nós?

"Com efeito, não há dos nossos atos um sequer que, ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem como julgamos que deve ser". (Sartre).

### INTRODUÇÃO

Tenho 25 anos de sonho, de sangue e de América do Sul, Por força desse destino um tango argentino Me vai bem melhor que o blues. Sei que assim falando pensas que esse desespero é moda em 73, E eu quero é que esse canto torto feito faca Corte a carne de vocês.

(A palo seco, Belchior).

Nosso objetivo geral é examinar como se constitui a circulação do conhecimento a respeito da Variação Linguística (VL) no Brasil. Esse procedimento se dará a partir de algumas expressões características e, a princípio, imprescindíveis, de tal temática, uma vez que são utilizadas em suas conceitualizações e representam termos-chave de suas teorizações. Para tanto, selecionamos um *corpus* formado por textos acadêmicos representativos dessa produção.

Tais expressões se encontram em circulação tanto nos textos como nas discussões acadêmicas, são aceitos com naturalidade no campo (obviamente por serem categorizações deste), no entanto poucas vezes são objetos de análise e reflexão, são dados como entendidos, supostamente, por quem transite por esse campo. Os usos de tais termos serão examinados com os seguintes objetivos específicos: i) analisar se há coerência na compreensão e uso dos termos selecionados dos diferentes textos; ii) procurar depreender possíveis definições, em textos que não se propõe a isso (embora haja algumas definições dispersas em textos); iii) analisar quais valorações sociais há no entorno do uso de tais termos; iv) qual imagem de língua circula na produção acadêmica acerca da Variação Linguística.

Com isso deslocamos o foco da reflexão para o interior do próprio discurso acadêmico e sua constituição, diferente do que tem sido realizado, visto que as pesquisas tomadas aqui para análise são representativas das quais têm como foco a escola, o livro

didático, dados coletados de entrevistas ou relatos de experiência, discurso midiático e outras fontes de pesquisa.

Ao tomar um recorte de textos cujas abordagens tocam reflexões sociolingüísticas (usamos esse termo corroborando com W. Labov, no sentido de que não há Linguística que não seja sócio) e, embora seja apenas um recorte (uma pequena parte da vasta produção), acreditamos ser representativo de uma linha de pensamento de grande influência nessa área das Ciências Humanas. Observaremos, então, textos de grande circulação acadêmica, principalmente considerando a região Centro-Sul, que contribuem para a formação dos conceitos e para a reflexão da/sobre a VL no Brasil. Vale ressaltar que nem todos os autores cujos textos estamos analisando são necessariamente variacionistas ou sociolinguistas, entretanto seus trabalhos abordam o tema de tal forma a ser possível incluí-los nessa área, dada a contribuição para o debate. Veremos.

A partir da década de 70 (talvez por contribuição da resistência à ditadura militar) o olhar sobre a língua ganhou um caráter de estudo social cada vez mais significativo, sendo marcado principalmente pela influência dos estudos variacionistas de William Labov. Com as pesquisas desenvolvidas por esse autor na década de 1960, primeiramente na ilha de Martha's Vineyard, em 1963, e depois na cidade de Nova York, em 1966, os estudos sobre variação lingüística ganharam corpo e credibilidade.

Na ilha, o autor estuda as motivações sociais de uma mudança sonora<sup>7</sup>; para o estudo ele afirma que só se pode entender a mudança levando em consideração a vida

\_

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Cf. LABOV:2008, p.24-5. "Martha's Vineyard é muto conhecida entre os lingüistas como uma importante área conservadora do inglês americano: uma ilha de pronunciadores do *r* num mar de ausência do *r*. Com uma história de 320 anos de povoamento contínuo, e um longo regisrto de resistência aos usos e costumes de Boston [capital do Estado de Massachusets], a ilha tem conservado diversos traços arcaicos que provavelmente eram típicos da Nova Inglaterra antes de 1800".

social da comunidade, ou seja, "as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo" (LABOV: 2008, p. 21). Labov faz algumas ressalvas em relação a tal trabalho, tendo em vista limitações acerca da quantidade de dados coletados, a despeito disso (ou com o despeito), o método foi refinado e utilizado em outra análise, dessa vez na metrópole Nova Iorque.

Lá [Nova Iorque], as exigências de amostragem têm que ser muito mais rígidas; e as técnicas empregadas para avaliar o significado social das pistas linguísticas têm que ser mais sutis e complexas. Contudo, a abordagem básica de isolamento das variáveis socialmente mais significativas e de correlação delas com os padrões das forças sociais gerais foi a mesma usada em Martha's Vineyard (idem, p.62).

Com a apropriação dos métodos variacionistas e intensificação da produção de estudos, podemos identificar nesse momento – década de 70 e início de 80 – no Brasil, o que poderia ser chamado de Discurso da Mudança<sup>8</sup> (DM), o qual essencialmente frisava a necessidade de se respeitar a linguagem do aluno. Essa conduta partiu do processo de se considerar os problemas sócio-culturais brasileiros, uma vez que se passou a entender a possibilidade de encontrá-los refletidos na língua. Segundo Pietri (2003):

As discussões sobre o ensino no país, no período observado, se desenvolviam no sentido de mostrar que, para as classes desfavorecidas, o ensino significava mais exclusão que participação na sociedade: numa escola que apenas reproduzia os valores das classes privilegiadas, a evasão se tornou uma constante. Se o problema não era a evasão, pelo fato de o aluno não conseguir se adaptar a uma realidade muito diferente da sua (com um nível insuficiente de letramento para acompanhar aquilo que era exigido na escola, feita para as classes privilegiadas), existia ainda o silenciamento da voz desse aluno através da discriminação de seu dialeto, distante da norma culta e, então, considerado errado pela escola. (PIETRI, 2003: 24)

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Ver: Pietri, Émerson de. <u>A constituição do discurso da mudança do ensino de língua materna no Brasil</u>. Tese de Doutorado, IEL/UNICAMP: Campinas, SP. 2003.

E, para enfrentar essa nova realidade de um modo mais eficiente, esse DM dizia que era necessário reverter os conhecimentos produzidos e trabalhados pela Lingüística em alterações nas práticas pedagógicas. A concepção de Ciência Moderna (avanços científicos e tecnológicos no sentido de promover evolução e progresso) para os autores<sup>9</sup> "formadores" do DM seria a de levar melhorias à sociedade, ao reclamar um tratamento heterogêneo e de reconhecimento das diversidades, tal concepção se apresentava também contra os mecanismos autoritários e massacrantes do período determinado.

O trabalho que se iniciava afirmava procurar meios de diminuir essa distância entre duas realidades (a realidade homogeneizante da escola, discriminadora do certo e do errado, contrária à heterogeneidade de uma realidade social em que apenas uma minoria tinha acesso aos bens culturais valorizados): o objetivo era eliminar essas contradições do ensino, promovidas pelo papel que a escola vinha desempenhando na manutenção da discriminação social. (ibidem: 25).

O período nomeado de DM é, ainda, caracterizado por uma atitude dos autores em atender uma necessidade interna de legitimar a Lingüística no Brasil e, uma necessidade externa, de alterar as concepções de ensino de modo a interferir coerentemente naquele espaço-tempo. Para isso, a pesquisa nessa área se valeu da divulgação científica como componente argumentativo e de expansão (PIETRI, 2003).

A divulgação científica constitui, nesse processo de aproximação, um novo modo de apropriação de teorias produzidas em centros de pesquisa internacionais, que possibilitaria à Lingüística no Brasil não mais apenas aplicar teorias importadas a dados nacionais, mas produzir um novo discurso, a partir do trabalho sobre o discurso do outro (idem: 11).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Cf. op cit. "A caracterização do novo discurso que surge nesse momento histórico, o discurso da mudança, é feita a partir da análise de um *corpus* constituído de quatro textos: *Linguagem e escola*, de Magda Soares; *Língua e liberdade*, de Celso Pedro Luft; e "Os sons" e "Variação lingüística, norma culta e ensino da língua materna", de Ataliba T. de Castilho".(p.12-3). E também: O período observado corresponde aos anos finais da década de 70 do século XX, e anos iniciais da década posterior. "Com base na data de publicação de trabalhos expressivos do período, considero que ele se estende de 1978 (quando Castilho discute a relação da Lingüística com a tradição gramatical, motivado pelas questões pedagógicas que apresenta a descrição da norma urbana culta realizada pelo Projeto NURC), a 1984, com a publicação de *O texto na sala de aula*, obra organizada por João Wanderley Geraldi (...)". (p.15).

O mecanismo da divulgação buscava responder também às intensas críticas feitas à Lingüística por, principalmente, gramáticos tradicionalistas. A implantação dos estudos lingüísticos nas universidades brasileiras data da segunda metade da década de 50 (ALTMAN, 1998). Essa ciência traz propostas de mudanças nas concepções de linguagem e procura se credenciar para discutir a língua e as relações da Educação no Brasil.

Ao trazer para nosso trabalho esses indicativos da discussão a respeito da Educação, procuramos mostrar características da conjuntura que se apresenta como problemática para as reflexões linguísticas e, a partir da qual (ou influenciada por ela) se dará a produção de textos analisada aqui.

O debruçamento de parte dos autores da Lingüística sobre os problemas educacionais de uma nação periférica, fez com que, inevitavelmente, eles se debruçassem sobre os demais problemas, visto que o caráter de mudança percorria suas concepções sociológicas e de linguagem. A própria ciência da linguagem se apresentava como tal, como nova, como transformadora. E não há melhor espaço para mudanças do que o marginal, o dominado, aquele que precisa tornar-se outro. Dizer ao que veio seria produzir um percurso próprio dessa ciência no Brasil, se envolver com o espaço nativo e "se-(re)configurá-lo".

Num texto nomeado "Nacional por subtração" (2005), Roberto Schwarz analisa o caráter postiço, de cópia, das idéias "de fora" (Europa) instaladas aqui, num movimento de implante e, assim, de ligação artificial com o local. A sensação de nação que imita os países avançados e não encontra referentes na realidade brasileira causaria um mal-estar, supostamente nacional, que, no entanto, será negado por esse autor ao final de seu ensaio. A Lingüística não escapou ao sentimento de cópia:

O período de emergência do discurso da mudança é um período em que os lingüistas procuram reavaliar o papel da Lingüística na sociedade brasileira. As discussões tratavam da necessidade de retirar as ciências da linguagem da "torre de marfim" em que se encontravam, levando-as a se relacionar mais proximamente com os problemas brasileiros. Essa discussão estava associada à questão da nacionalidade dos estudos lingüísticos no Brasil, sentidos naquele momento como mera importação de teorias estrangeiras a serem aplicadas a dados da língua nacional. (PIETRI. 2003: 75).

Como falar dos avanços da Lingüística, se na escola, ainda, o ensino centra-se na gramática enquanto normativista? Como falar de respeito à fala do aluno, respeito às falas regionais, se tais falantes não são respeitados? É essa situação, permanente nos dias de hoje, que faz impulsionar a necessidade de os lingüistas se justificarem constituindo, assim, o DM.

Apesar de Schwarz (2005) considerar o "mal-estar da cópia" um fato, trata-se, segundo o próprio autor, de uma ideologia na acepção marxista. Dado que, o sentimento é da classe dominante e não nacional. Essa visão "nacionalizante" que pretende distribuir à classe menos favorecida o que é da privilegiada camuflaria as desigualdades, já que as inovações e avanços não são democratizados, e isso permitia (e permite!) a manutenção e reprodução das mesmas desigualdades e da dominação. O mal-estar pode ser entendido, então, de quem acessa/importa as inovações. Não há interesse real em solucionar o mal-estar, porque quem realmente o sente, beneficia-se dele.

Dessa forma, a Lingüística só mostrará a que veio, se democratizar seus avanços de modo pragmático, isto é, fazendo com que as classe menos favorecida, a quem realmente interessa alterar a realidade (no mínimo a realidade local, acessando a própria cópia; ou, que esperamos, a realidade estrutural), se aproprie das reflexões acerca da linguagem e faça uso desta conforme seu interesse; ainda fazendo referência a Pietri (2003): "no discurso da

mudança, a mudança no ensino é vista como uma maneira de levar a transformações sociais". (idem: 78). Contudo, ela própria (a Linguística) é o espaço-limite. Uma ciência, na modernidade e na pós-modernidade (se há essa), não é capaz de produzir, por si, transformações sociais a ponto de alterar profundamente a realidade histórica sem que os menos favorecidos a acessem<sup>10</sup>. Entretanto, pode contribuir para provocá-las.

A chamada democratização do ensino, realizada pelos militares nos anos de 60 e 70 do século passado (talvez seja melhor dizer expansão, visto que o ensino propriamente dito não foi democratizado e sim a possibilidade de se matricular), fez com que os filhos dos trabalhadores da classe desprivilegiada tivessem acesso à escola (CASTILHO, 2004), fato que alterou profundamente o cenário lingüístico escolar (e escolar de modo geral). No espaço Escola, passamos a ver então, um campo de batalha: a língua oficial – norma – *versus* a língua popular – tida como "errada". Aquela, até então, acessada e manipulada somente pela elite e esta utilizada por seus funcionários.

De toda forma, é um fato inelutável que a incorporação de contingentes rurais alterou o perfil sócio-cultural do alunado de 1º e 2º graus. Nossas escolas deixaram de abrigar exclusivamente os alunos da classe média urbana — para os quais foram preparados os materiais didáticos — e passaram a incorporar filhos de pais iletrados, mal chegados às cidades e a elas mal adaptados. (CASTILHO, 2004: 10).

Apesar da mudança efetiva, palpável, no cotidiano das salas de aula com a chegada de falantes da variedade lingüística não-padrão e, apesar das reflexões fomentadas a partir de então indicando a necessidade de considerar essa fala recém-chegada, deparamo-nos com autores (entre eles, vários formadores do próprio DM, já citados anteriormente) que

\_

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Cf. **CAMERON, Deborah et alii**. *Researching Language: Issues of Power and Method*. London: Routledge, 1992. Neste texto a autora fala de três níveis de relação entre pesquisador e pesquisados no campo da Sociolingüística: i- nível da ética; ii- da advocacia; iii- da capacitação ou empoderamento (empowerment). Podemos expandir tais níveis para as pesquisas linguísitcas e destacar o empoderamento, processo que acreditamos ser fundamental para as possibilidades de mudanças.

alegam a necessidade de avançar muito ainda na aplicabilidade das ferramentas lingüísticas, a fim de que melhore o trabalho com as variedades da língua na escola. Ou seja, a nova realidade da sala de aula e os avanços da Lingüística, ainda não teriam sido suficientes para alterar as práticas de aprendizado, até o ponto considerado suficiente pelos próprios autores participantes e divulgadores dos ditos avanços. Um exemplo de alegações é a afirmação de que "a Norma Culta é a língua a ser ensinada na escola", como veremos nas análises em trechos tais quais o de Silva [Trecho 4, S3 (p.25)]<sup>11</sup> ou o de Bagno [Trecho 10, B2 (p.16)].

A produção acadêmica a respeito da estrutura da língua e de seus usos cresceu muito com o estabelecimento da ciência lingüística no Brasil. Atrelada às condições sociais, principalmente à desigualdade econômica, os enunciados produzidos observavam quais relações e posturas deveriam ser tomadas diante da distância entre a fala do aluno e aquilo que é ensinado na escola. Contudo, o fato é que não foi feito, como um projeto focado nisso, um inventário das variedades faladas na escola, não há dados sobre qual é a fala da "elite" ou da "classe média urbana" do período da expansão do ensino básico público. Umas poucas amostragens encontradas tratam basicamente da produção de texto escrito<sup>12</sup>. Ou dados a respeito do crescimento populacional e o êxodo rural, fazendo com que aumente o número de alunos, originariamente do campo ou da classe baixa, se matricule nas escolas urbanas.

Segundo Barzotto (2004), respeitar, valorizar e/ou adequar foram atitudes amplamente discutidas no universo da pesquisa e das proposições para o ensino. Tentavase, de variadas formas, encontrar um lugar para encaixar a manifestação lingüística do

-

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Esta é a indicação para o quarto trecho analisado em nossa pesquisa, o terceiro do inventário levantado da obra de Silva localizado à pagina 25 de sua obra.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Uma importante obra nesse sentido é FRANCHI, Eglê. *A redação na escola e as crianças eram difíceis* ... São Paulo: Martins Fontes , 1996.

aluno de classe baixa que acessava a escola em quantidade nunca antes vista no Brasil. Um ímpeto impulsionou projetos ambiciosos a fim de abarcar uma realidade quase incontável de manifestações lingüísticas. Contudo, as posturas assumidas acabavam colocando a variedade popular ainda em segundo plano.

Entendemos que seria o momento de tomar os textos produzidos a partir de então e fazer um breve balanço. Dada a impossibilidade de tomar todos os textos, além da ingenuidade científica de imaginar que mesmo assim se esgotaria um assunto, selecionamos em nosso *corpus* sete trabalhos. A produção acadêmica deve suportar o lugar de objeto em análise, suportar considerações críticas a respeito de suas próprias formulações. Ela não deve se furtar do elemento da dúvida, a fim de não ser tratada como verdade absoluta, que transmitiria uma falsa idéia de completude, deixando assim de ser ciência para se tornar dogma. Justifica-se assim, a nosso ver, a investida no que tange refletir sobre os discursos acadêmicos. Conforme Barzotto:

Porque o papel da pesquisa acadêmica não se limita apenas ao de aplicar as formulações já consolidadas aos fatos cotidianos, mas também de passar elas mesmas e seus pressupostos pelo crivo de considerações críticas. (BARZOTTO: 2004: 93).

Nosso movimento, nesta pesquisa, vai ao encontro da questão colocada por Barzotto (2004:242) no texto "Língua Portuguesa e prática docente: ouvindo vozes e tomando sustos", no qual o autor pergunta: "Qual é, afinal, o papel da crítica constante nos trabalhos que tematizam o ensino de Língua Portuguesa?", no nosso caso, os trabalhos analisados vão além do ensino de língua. Para o autor, a crítica se mantém paralela aos problemas, não agindo (ou tocando) efetivamente nos pontos criticados, uma vez que estes acabam sendo motivos para mais escritos.

Esse caminhar paralelo (a crítica//o criticado), sem tocar nos problemas e solucionálos (ou ao menos possibilitar o real embate) permite à crítica se reproduzir; dado que o
referente na realidade permanece, ou seja, continua-se a delimitar uma Língua Padrão
distante da maioria dos falantes e a Gramática não é deslocada do centro do ensino.

Dessa forma, mantendo-se a possibilidade de reproduzir as mesmas queixas, o discurso acerca da Variação Lingüística e do ensino de língua materna, estagna-se na posição de ocupante de um espaço que propicia forte influência e referência nos estudos. Transforma-se assim num valor geral que permite a quem se apropria do mesmo lançar mão de um valor de troca, Rossi-Landi (1985). Passando um pouco mai spelas reflexões de Barzotto:

Fica a impressão de que a crítica alimenta-se dela mesma, que os trabalhos apenas buscam sua inscrição numa tradição e não a investigação com vistas à compreensão do fenômeno estudado.

A crítica talvez sirva primordialmente à obtenção de poder e ao narcisismo, uma vez que encontramos em primeiro plano uma busca pelo poder de dizer o que já se tem a dizer, independentemente de uma correspondência desse dizer com o mundo, e em segundo plano uma devolução de uma imagem, como se fosse um espelho, em busca da companhia de uma crítica anterior e mais forte. Por isso, penso que é necessário que se investigue mais o papel que tem desempenhado e seus efeitos. (BARZOTTO, 2004: 245).

Seguindo o que afirma Barzotto a respeito da necessidade de "que se investigue mais o papel que tem desempenhado" a crítica e "seus efeitos", submeteremos o nosso *corpus* à Análise do Discurso, nos apoiando principalmente em Michel Pêcheux, com o intuito de contribuir para a discussão da área e do papel crítico. Teremos sempre em vista as relações de poder: seja o poder nas relações de classe, seja o poder acadêmico, seja o poder de dizer e de ocupar o lugar de poder dizer.

Organizamos nosso trabalho em cinco capítulos, passamos à descrição agora.

O primeiro capítulo será dedicado a reflexões acerca do arcabouço teórico sobre o qual nos apoiaremos, além de alguns aspectos da linguagem e da língua. O poder de criação e reprodução de certas realidades, determinadas historicamente; sua relação com a ideologia, observando como aquela funciona instrumentalizando esta; o movimento realizado pelos ocupantes das esferas do poder de aproximação e distanciamento dos falantes populares e como a definição de uma língua oficial passa por questões políticas. Esses aspectos serão tratados brevemente, mas permearão todo o trabalho. Alguns serão retomados para serem tratados com maior profundidade em capítulos específicos ou, à medida que a análise solicitar amparo teórico.

No segundo capítulo realizaremos um percurso histórico a fim de visualizar o desenvolvimento da Sociolingüística. Apontaremos campos do conhecimento que a influenciaram, discussões internas e as interferências nas pesquisas brasileiras. Nosso quadro se inicia no séc. XIX, partindo do alemão Franz Bopp e sua visão evolucionista; passaremos pela década de 60 do séc. XX e a constituição propriamente dita da Sociolingüística com Willian Labov, Uriel Weinreich e Marvin I. Herzog. Enfim, chegaremos nas reflexões brasileiras, datando do final do séc. XIX com um estudo sobre as semelhanças do PB e dos crioulos de base portuguesa de Adolfo Coelho.

O conflito do PB com o PE aparecerá em nossa pesquisa no terceiro capítulo, no qual observaremos trechos em que esses termos aparecem, atentando para o entorno a fim de examinar as descrições a respeito de cada língua e as valorações presentes ali. Os autores, após a realização da análise do *corpus*, mostraram-se defensores do PB em relação ao PE, aquele como multicultural e heterogêneo e, este, por oposição, homogêneo. Entretanto, surge aí uma outra oposição. Num primeiro momento temos PE X PB; num segundo momento dentro do PB: PP (Português Padrão, a Norma Culta) X PNP (Português

Não-Padrão, as várias manifestações do Português Popular). É possível dizer então, que em certo momento o PE foi a Língua Padrão em relação ao PB e, agora, o que se configura é o PB (a Norma Culta) funcionando como Padrão em relação ao PB na sua variedade Português Popular. Essa segunda oposição será analisada em outro capítulo.

Para o quarto capítulo ficou reservada a relação de termos técnicos usados ao tratar da VL: *variedade, variante e variável*. Como referência, nos adotamos as definições do livro de Fernando Tarallo, Pesquisa Sociolingüística (que também faz parte de nosso *corpus*), por este se basear na obra de W. Labov e ser proposta do livro descrever uma metodologia de pesquisa. Verificaremos se há coerência no uso desses termos e o que eles nos revelam em relação aos falantes e à língua.

O capítulo cinco traz trechos nos quais os autores usam expressões qualificadoras das variedades tendo como palavra principal o termo *português* ou *língua*; por exemplo, língua culta e português padrão. Esse capítulo procura avaliar principalmente as valorações sociais atribuídas a esses termos e o processo de sinônima pelo qual passam; procuraremos observar como a atribuição de certas características a uma variedade acaba por desqualificar a outra.

Volta neste capítulo a oposição, desta vez de um lado a Norma Culta e de outro as demais variedades. Essa nova oposição coloca a Norma Culta na condição, segundo os autores examinados, de referência para os falantes. Tal constatação justifica, para quem defende a brasilidade nas reflexões acadêmicas e no ensino – a fim de apagar o caráter postiço –, afirmar que o desespero não saiu de moda desde 73.

Além da análise dos trechos, realizaremos uma construção de campos associativos neste capítulo, fazendo um levantamento das escolhas lexicais em dois textos, vinculando determinados termos à Língua Padrão e à Não-Padrão. Selecionamos para tanto:

Sociolingüística – os níveis da fala de Dino Preti e *Pesquisa Sociolingüística* de Fernando Tarallo. A escolha dessas obras se deu por entendermos que, dentre as selecionadas para serem analisadas, estas procuram tratar da variação de forma mais técnica, propondo e defendendo, explicitamente, modelos de análise.

Permeando os capítulos propriamente de análise de dados (cap. 3, 4 e 5), procuramos refletir acerca da produção de conhecimento e seus aspectos na sociedade de consumo; confrontando suas características com a produção em série e com o trabalho não-lingüístico. Tal análise se faz necessária, pois uma de nossas hipóteses é de que a crítica realizada na Universidade pode estar participando de uma espécie de mercado lingüístico, no qual os discursos ganhariam *status* de mercadorias e, então, seriam cambiáveis por espaços (ou posições) sociais reconhecidos institucionalmente.

### **CAPÍTULO UM:** Primeiras Palavras

Sempre fui favorável à existência, em todas as salas de aula, de um dicionário de língua portuguesa, um etimológico, um de latim, um de grego, uma gramática, um dicionário de regências verbal e nominal. Mas não num canto da sala, e sim sobre a mesa do professor, para ser manuseado a toda hora, sem formalidades. (Beatriz Bracher. Não Falei, p. 21).

### 1.1 Arcabouço Teórico

Uma das motivações de nosso trabalho se deu a partir da percepção de um possível acordo tácito quanto à utilização, sem discussão, de determinados termos referentes ao universo da Variação Linguística nos textos dessa área; levando (em hipótese) à reprodução sem critérios, de modo a meramente rotular manifestações e/ou fenômenos linguísticos. De certo que a circulação de conceitos e termos é peça importante para a constituição da Ciência e para a própria comunicação entre os estudiosos. No entanto, a nosso ver, faltava lá rigor e coerência no uso dos mesmos; além de um discurso que, em princípio, reproduzia uma relação de poder à qual ele próprio, supostamente, se oporia.

Dado que os termos poderiam ser empregados sem discussão de seu sentido (apesar da circulação de definições de tais conceitos), sem crítica, como um conceito cristalizado, seu uso passa a ser flexível a ponto de não designar mais o seu referente. Esse fato (a flexibilização) poderia levar ao ponto anterior – a percepção do distanciamento dos termos e de seu referente e, a percepção da falta de homogeneidade nos diferentes textos – em seguida, proporcionar uma discussão quanto às categorizações, realizar um balanço do funcionamento (ou dos procedimentos) desse campo do conhecimento; o que entendemos, não vem acontecendo. Foi então que, nos empenhamos em tal exame – ou na proposta de se iniciar – procurando num espaço, aparentemente cordial, de aceitação e de falta de olhar para si, a desestabilização.

Uma motivação secundária, na ordem de aparecimento e não em importância, foi a percepção (nada nova) de que a representação da luta de classes está também na produção acadêmica. O embate das classes já é estudado há muito tempo e em várias outras áreas, nos interessa aqui observá-lo nos textos cuja abordagem se dá por meio da Sociolingüística.

A primeira leitura de nosso *corpus* nos fez recorrer às perspectivas da Análise do Discurso, visto que os questionamentos colocados poderiam ser respondidos a partir desta, pelo menos de um modo que a nós pareceu mais satisfatório, considerando a materialidade linguística e as relações sociais em que ela é produzida, "(...) o objeto a propósito do qual ela [AD] produz seu 'resultado' não é um objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico onde *o linguístico intervém como pressuposto*. (PÊCHEUX, 1993: p.188) [Destaque do autor]. Entendemos aqui, a possibilidade de nomear como linguístico, exatamente por ser sócio-histórico. Certamente deve haver outras formas de leitura que deem conta de tal tarefa, mas que sendo formas outras servirão para questões outras.

Para tal análise, após percorrer textos de alguns críticos, recorremos em primeiro plano a Michel Pêcheux. Iniciaremos com o seguinte trecho desse autor, numa obra organizada por Gadet e Hak (1993), na qual ele se refere à ideia de indefinição do início, não de fato, mas de direito, de um discurso:

Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as "deformações" que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido." (PÊCHEUX, 1993: 77).

Pêcheux fala de um processo que não é necessariamente explícito, trabalharemos com textos variados, os quais estabelecem uma relação de diálogo direto e indireto entre si

e com outros; como por exemplo, se opor à Gramática Normativa (Tradicional), se opor à ideia de homogeneidade linguística, se opor à hierarquização das línguas, além de outras temáticas. Assim, ao traçarmos um panorama que procura percorrer diacronicamente as produções, teremos em vista a ideia de discurso prévio, a fim de compreender melhor a série produzida e suas relações estabelecidas.

Esse discurso (qualquer um, mas no nosso caso, a produção acerca da variação linguística) que se coloca ao mesmo tempo como conseqüente e antecedente de outros, como oposição ou corroboração, se instala num mecanismo um pouco mais complexo e, nos interessa na medida em que, a partir do recorte de uma série discursiva analisada (o *corpus*), pensamos na direção possível de seguir para um avanço das ideias veiculadas nela/por ela. Nesse sentido, Pêcheux (1993) descreve os processos discursivos a partir de duas regras:

- Regra 1 - O processo de produção de um discurso  $\mathcal{D}x$  (no estado n) resulta da composição das condições de produção de  $\mathcal{D}x$  (no estado n) com um sistema linguístico  $\mathcal{I}$  dado (ibid. 88). Onde  $\mathcal{D}$  é o discurso, x um discurso específico e  $\mathcal{I}$  o código utilizado e acessível ao codificador e decodificador (remetente e destinatário). Nessa primeira regra, o que está em questão é a possibilidade de produção (ou de enunciar algo) diante das condições dadas. Por que se enuncia X e não Y? O que permite tal feito? Um texto produzido num determinado tempo-espaço só o foi por conta de um estado n, ou seja, dadas as condições materiais de distribuição dos bens e modos de vida, que por sua vez estabelecem relações sociais determinadas (e não determinantes). Nesse aspecto, o autor

adere ao materialismo histórico, donde a superestrutura (e as ideias se localizam aí) é "erguida" sobre as bases estruturais<sup>13</sup>.

Num texto de 1975, parte do mesmo livro dos organizadores já referidos, Pêcheux define condições de produção como sendo:

(...) seja as determinações que caracterizam um processo discursivo, seja as características múltiplas de uma "situação concreta" que conduz à produção, no sentido linguístico ou psicolingüístico deste termo, da superfície linguística de um discurso empírico concreto. (...) esta ambigüidade é a mesma que a assinalada acima a propósito da oposição instituição/aparelho: nos dois casos, o que está em jogo é a necessidade de reconhecer a defasagem entre o registro do imaginário, cuja existência não é anulável sob o pretexto de que se trata do imaginário, e o exterior que o determina (idem, 1975: p.182).

- Regra 2 – Todo processo de produção  $\Delta^i y$ , em composição com um estado determinado n das condições de produção de um discurso  $\mathcal{D}x$ , induz uma transformação desse estado (ibid. 89). Assim, a rigor, o mesmo discurso jamais poderia ser produzido se o estado n fosse alterado, visto que tal estado n é parte imprescindível do processo de produção. Se os discursos se repetem, há um indício de manutenção da base material (condições de produção) que permitem sua realização. É preciso nesse momento aderir mais ao

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Cf. MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tr. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins fontes, 2007. (3ª Ed.). A primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ela gera entre eles e o restante da natureza. (...) Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria conseqüência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. o que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (pp. 10-1)

materialismo histórico, um discurso  $\mathcal{D}_x$  não tem força para alterar o estado n de sua produção, no entanto contribui, à medida que as transformações do estado n vão contribuindo para a produção de um discurso  $\mathcal{D}_x$  que pode passar a  $\mathcal{D}_y$ .

Levando em consideração essas duas regras, é necessário observar até que ponto a produção selecionada em nosso *corpus* se vincula ou desvincula ao/do discurso ao qual ela se opõe. Seu antecedente "direto" é o discurso gramático homogeneizante, pretendente (e proponente) de uma unidade linguística, não encontrada na realidade. Além da variação linguística, é possível pensar em outros conseqüentes, como o gerativismo, o descritivismo, a pragmática, a semântica, quando estas se colocam em oposição ao tradicionalismo gramatical. Nesse ponto a antecedência e a conseqüência já se confundem e tais posições, entre si, ora corroboram, ora se opõem. Porém, a todos esses discursos, é comum a tentativa de organizar o mundo, de colocar em categorias e encontrar o lugar exato para se ocupar. Uma tentativa de normatizar o mundo através das palavras, mais uma vez dar ordem ao caos.

O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os "simples particulares" face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (...) até as "grandes decisões" da vida social afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo). (idem, 2006: 33).

A homogeneidade tem a propriedade de velar as contradições, de ilusoriamente estabilizar. No entanto o ilusório é real, caso não fosse, qual o seria papel dos mecanismos coercivos criados para manter a ordem? Assim, a tentativa é alcançar, ou revelar, o máximo possível aquilo que fica "invisível" na produção discursiva, o que pode estar "escondido" atrás dessa ordem. Evidentemente, não se trata de um processo místico, mas de partir de uma base material – a superfície linguística – e investigar sua produção.

Esse "invisível" é chamado por Pêcheux (1993), em seu texto de 1975, de "esquecimento" e, o classifica de duas formas: i) o esquecimento nº 1 está na relação entre formação ideológica e formação discursiva. A primeira é a matéria-prima não discursiva representacional a partir da qual o discurso é produzido. O esquecimento seria, então, o "esvanecimento" da representação ideológica diante dos olhos do produtor do discurso e, que por isso, não perceberia a manifestação da ideologia na sua produção, visto que a mesma dá a ilusão de completa autonomia para o sujeito; ii) o esquecimento nº 2 refere-se à "zona rejeitada". Quando se escolhe dizer algo, rejeita-se dizer todas as outras possibilidades dadas naquela condição de produção linguística.

Em nossa sociedade, o Estado concentra a força estabilizadora (garantir a ordem) e distribui a função às Instituições, os braços estabilizadores. A Escola e a Universidade cumprem também sua cota nesse trabalho. Trataremos mais aprofundadamente acerca desse tema no próximo item desse capítulo (1.2).

Para proceder de forma a estabilizar algo<sup>14</sup>, as forças estabilizadoras se concentram em espaços<sup>15</sup> (supostamente) também estabilizados. Nesse espaço produzem discursos cuja função se associa a esse procedimento.

-

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Evidentemente há mecanismos dos quais se vale o Estado não "meramente" discursivos. Nesses dias de Março/2010 temos acompanhado a repressão policial (braço forte para a manutenção da ordem no Estado) para conter as manifestações dos professores em greve da rede pública paulista. Ler mais em: "Tropas de Serra agridem professores, com gás lacrimogêneo, balas de borracha, cassetetes e gás de pimenta". 27/03/2010. Em: http://www.brasiliaconfidencial.inf.br/?p=12608; "PM detém professores que protestavam contra Serra", 24/03/2010. Em: http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/pm-prende-professores-que-protestavam-contra-serra-20100324.html.

<sup>15</sup> Cf. sobre essa relação entre espaços e circulação da linguagem: ROSSI-LANDI, Ferruccio. A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação lingüísticas. Tr. Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Difel, 1985. A análise de Rossi-Landi o leva a considerar a existência de um espaço de circulação dos discursos produzidos. Por esse espaço circulariam as produções lingüísticas, dotadas de valores sociais. Se admitida a idéia de que a produção de discursos passa por um processo análogo à produção de mercadorias, os trabalhos acadêmicos não escapam a esse fenômeno. Podem ser produzidos e consumidos em série; consideração esta (da produção em série) compartilhada por Foucault. Disso, teríamos a produção de discursos ocupando um espaço de circulação onde os próprios discursos estariam em constante disputa pelo

Nesses espaços discursivos (que mais acima designamos como "logicamente estabilizados") supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços). (PECHÊUX, 2006: 31).

O texto, assim produzido pelo sujeito, deveria obedecer a certas regras de seu gênero, às coerções genéricas, que estabelecem o modo para dizer e o que deve ser dito a fim de garantir certa estabilidade e circulação. No caso de nosso trabalho, o *corpus* submete-se às coerções do gênero texto acadêmico, produção/divulgação do conhecimento.

Seja, por exemplo, o discurso de um deputado na Câmara. Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, da ordem da *fala*, na qual se manifesta a "liberdade do locutor", ainda que, bem entendido, seja proveniente da *língua* enquanto sequência sintaticamente correta. Mas o mesmo discurso é tomado pelo sociólogo como uma *parte* de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada." (PÊCHEUX, 1993: 76-7).

Segundo Pêcheux, o discurso será sempre pronunciado a partir da relação das "condições de produção", de "um estado *n* de produção" mais "um código linguístico" comum aos participantes e, estes, estarão localizados num lugar social. Donde, será necessário questionar, no caso do exemplo acima, de qual partido é o deputado, como esse partido se relaciona com os demais, como tal deputado é visto pelo público em geral e pelo parlamentar etc. É necessário localizar o discurso dentro das "relações de força" daquela sociedade e momento histórico.

status de portador da verdade. Tal espaço seria conquistado tendo em vista o momento em que são produzidos

e os mecanismos institucionais (relacionados ao poder político e financeiro) cujo apoio é requisitado.

Assim, portanto, uma série de discursos poderia ser analisada a partir do mesmo processo de produção que determinou as construções das relações sociais estabelecidas. Teríamos uma produção discursiva (série) não isomorfa, contudo semanticamente equivalente. Daí, ser possível reconstituir (ou descrever) o estado n do processo de produção, sendo que os elementos da superfície linguística da série de discurso determinada conteriam a chave para decifrá-lo (o estado n). A idéia de "criação infinita" seria ideológica, visto que há processos dominantes que induzem os processos secundários (individual).

Há nas pesquisas acadêmicas no Brasil, a princípio concentrado nos centros urbanos, uma teoria defensora da adequação linguística. O conteúdo vinculado pelos autores (e demais caronistas) defende que o uso de uma variedade deve ser adequado à situação na qual se encontra o falante. Dessa forma, tais pesquisas têm uma força estabilizadora, procuram evitar o conflito. Em relação à forma tomada por tais textos, temos a hipótese da falta de rigor no uso dos termos e da não discussão desses conceitos, também não encontramos referenciação para tal uso. Sem conflitos, a estabilidade dos espaços sociais e os lugares políticos do conhecimento permanecem em ordem, uma possibilidade de ordem.

Outro autor que trata da relação entre discurso e ordem (além de muitas outras reflexões, mas nos interessa esse ponto no momento) é Michel Foucault, no livro *A ordem do discurso*. Esse livro é a aula inaugural pronunciada ao assumir uma cátedra no *College de France* em 1970, publicado na França em 1971; nossa tradução é de 2007. Nele, o autor discute como se dão as relações de poder e os aspectos discursivos. Partindo da premissa de que os discursos podem se proliferar (note-se que proliferar é diferente de reproduzir) indefinidamente e que isso causaria inúmeras inquietações ao supor "lutas, vitórias,

ferimentos, dominações (...)" (FOUCAULT, 2007: 8), o autor supõe que em toda sociedade a produção de discurso seria controlada, selecionada, organizada e redistribuída, na tentativa de bloquear qualquer ameaça contida em sua "pesada e temível materialidade". Completa dizendo que:

(...) por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. (...) O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (ibidem: p.10).

Temos por isso, a luta pela possibilidade de produzir um discurso ocupando um lugar legítimo socialmente, tanto quanto a luta pela possibilidade de permanecer no mesmo local, visto ser local de Poder-dizer. Relacionando à nossa tarefa de análise, ao colocar as variedades não-padrão num lugar informal, não-institucional, sem fazer parte das relações de produção de conhecimento, o discurso veiculador das referidas posições (o da adequação), age nesse embate também em favor de seu próprio benefício, dado que a forma pela qual ele se escreve e inscreve na sociedade é a língua padrão.

Conforme Foucault, nossa sociedade desenvolveu mecanismos de interdição dos discursos, divididos da seguinte maneira: 1) sistema de exclusão exercido de forma exterior – vontade de verdade, palavras proibidas (tabu) e a oposição loucura e razão; 2) sistema de limitação do discurso, exercido de forma interna – o comentário, o princípio do autor e a "disciplina" (não as ciências); 3) condições de seu funcionamento – ritualização, princípio doutrinário e sociedade do discurso.

Digamos, em uma palavra, que são esses os grandes procedimentos de sujeição do discurso. O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (idem: 44-5).

Frente a esse quadro, que entendemos ser mais amplo do que a escola, mas sim um amplo sistema de ensino, formado por espaços formais e informais; Foucault propõe um modo de encarar as relações discursivas por meio da tomada de três decisões: "questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante" (idem: 51). Com tal postura, a tarefa colocada diante da análise do discurso, segundo o autor, fica estabelecida assim: "Quatro noções devem servir, portanto, de princípio regulador para a análise: a noção de acontecimento, a de série, a de regularidade, a de condição de possibilidade". (idem: 54). As noções explicitadas opor-seiam a um modo geral dominante na história tradicional das idéias, ao se procurar o ponto da criação, a unidade de uma obra, a marca da originalidade individual e as significações ocultas.

O discurso, ou acontecimento discursivo, se dá inserido em um conjunto maior de fatos, faz parte de um "ritual", tem procedimentos estabelecidos cujo caráter serve a outras produções de outros sujeitos dentro da mesma série.

Mas o importante é que a história não considera um elemento sem definir a série da qual ele faz parte, sem especificar o modo de análise da qual esta depende, sem procurar conhecer a regularidade dos fenômenos e os limites de probabilidade e sua emergência, sem interrogar-se sobre as variações, as inflexões e a configuração da curva, sem querer determinar as condições das quais dependem. (FOUCAULT, 2007: 56).

Em Pêcheux (2006), há uma discussão acerca do que se dizer a respeito do discurso: estrutura ou acontecimento, complementaríamos tal discussão incluindo outras alternativas, pelas quais o crítico francês passa, todas se entrecruzando à anterior: história ou estrutura, marxismo ou psicanálise e, interpretação ou descrição. Para o mesmo autor, a construção discursiva sustenta o acontecimento, localizam-se ambos na história (tempo-espaço). Nesse sentido, a análise discursiva não prescinde da estrutura linguística nem a "série da qual ele

[ela] faz parte". Dessa forma, pode-se dizer, a partir desse autor, que o enunciado se localiza como o fato histórico (interligado, conseqüente e antecedente de outros fatos) e o sentido a interpretação está por se dizer.

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho de sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. (PÊCHEUX: 2006, 51).

Seguindo no texto de Foucault, temos que os discursos devem ser tratados como acontecimentos homogêneos em séries regulares e distintas. E um projeto de análise do discurso deveria levar em conta dois aspectos: crítico e genealógico, este trataria da formação efetiva dos discursos, enquanto aquele do recobrimento do discurso. Procedendo assim, não se desvendaria a "universalidade de um sentido" teríamos "à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação (...) e não monarquia do significante" (idem: 70). A "universalidade" pode estar pretendida nas significações estabilizadas, uma vez que atuaria como norma; por sua vez, "a luz do dia" indicaria as transformações de sentido a serem buscadas na análise.

Quando estudamos a produção acadêmica, estamos estudando em outras palavras, a tentativa de se estabelecer um discurso portador de certa verdade; ou que, no limite, dispute com outro discurso vigente o mesmo espaço de autoridade. Aos olhos de Foucault, o discurso não é só um espaço onde se revela o conflito, é também o espaço a ser disputado. Nesse sentido a produção de conhecimento pode ser vista como um embate entre os conteúdos e pelo espaço e, à medida que, um discurso ocupa-se do espaço de poder-dizer,

ele vai se legitimando e recebendo o reconhecimento institucional. E o caminho contrário é verdadeiro e concomitante.

Voltando aos escritos de Pêcheux (1993), vale dizer que optar por uma teoria de análise, sobre a qual o autor afirma em vários momentos a necessidade de construção e aperfeiçoamento da mesma, é uma tentativa também de contribuir para essa construção. É repensar, rediscutir, refletir (e aqui, reflexão é mental e física, no sentido de debruçar-se, realizar a flexão do corpo sobre os dados – (re)flexão) na teoria, com a teoria atravessando o *corpus*, examinado aqui também como releitura.

### 1.2 E da carne se faz o verbo

O poder humano de nomear e, a partir desse gesto, apreender e efetivar a realidade remonta o mito bíblico da criação do mundo. No Paraíso, Adão, diante de todas as espécies de seres vivos, deu-lhes nome, assim como, antes, lhe dera o nome Deus.

Deus formou, pois, da terra toda sorte de animais campestres e de aves do céu e os conduziu ao homem, para ver como ele os chamaria, e para que tal fosse o nome de todo animal vivo qual o homem o chamasse. E o homem deu nome a todos os seres vivos, a todas as aves do céu, a todos os animais campestres. (Gen, 2, 19-20).

A atitude de nomear coloca o Homem na condição de criador e de criatura. A linguagem, produto do trabalho intelectual humano, constrói o mundo (inclusive os deuses) e este, por sua vez, nas suas relações vivas (sociais, culturais, afetivas etc.) vai depositando na linguagem suas realizações e se (re)construindo; um ciclo de constantes sínteses que se renovam indefinidamente. É através da palavra que se passa do caos para o mundo organizado, enquanto apreensão racional. Mas, é também a partir de um mundo aparentemente organizado e estabilizado que um caos de palavras se forma.

Esse Homem, pretensamente universal – pretensamente o mesmo a todo tempo e em todo lugar – , que nomeia e cria, realiza tais atos localizado em épocas e regiões distintas. Fato este, muitas vezes, determinante de quem poderá colocar-se na condição de criador e quem será colocado na de criatura. Disso, já considerar falsa a noção de Homem universal.

Se a realidade se organiza de forma diferente em cada lugar e momento, também de diferentes formas a linguagem se constituirá e se manifestará. E os seres que habitam nesse tempo-espaço estabelecem relações particulares com a linguagem. Logo, seria negligente pensar em língua e não pensar naquele que a produz e fala e, em suas condições de vida. Daí William Labov (2008 [1972]) afirmar, no livro "Padrões Sociolingüísticos", sua resistência em utilizar o termo Sociolingüística: seria redundante – a Lingüística só pode ser sócio-. No entanto, não vemos esse "incômodo" se repetir nos autores analisados em nossa pesquisa, apesar de continuarem enfatizando fatores sociais: regionalismo, nível de escolaridade, classes sociais, faixa etária e outros.

À medida que se alteram as relações entre as pessoas e destas com o meio, surgem novas demandas lingüísticas: incorporação de novas palavras, esquecimento de outras, novas tecnologias. Quem já não se deparou, estando em contato com o estudo da língua, com a afirmação, "a língua é dinâmica, muda com o tempo"? Ser um Homem na região A ou na região B, no tempo X ou no tempo Y, pode significar mudanças mais intensas ou menos, mas haverá alguma. A alegada inerência mutante da língua, não é dela, sim de quem a produz. Vale lembrar o que diz Coseriu (1979) "a mudança lingüística não é, senão a manifestação da criatividade da linguagem na história das línguas" (idem, 93).

As transformações na linguagem (lexicais, sintáticas, semânticas) seriam decorrentes então das relações sociais, de fatores – como já dissemos – socio-histórico-culturais atrelados ao embate de forças conservadoras e renovadoras. Dentro das relações

sociais, vale lembrar, estão também presentes as forças institucionais, normalmente trabalhando pela conservação. Assim também considera Biderman (2001):

As mudanças sociais e culturais acarretam alterações nos usos vocabulares, daí resulta que unidades ou setores completos do léxico podem ser marginalizados, entrar em desuso e vir a desaparecer. Inversamente, porém, podem ser ressuscitados termos que voltam à circulação, geralmente com novas conotações (BIDERMAN: 2001, 179).

Parece ser, por tanto, fundamental observar as relações entre língua e sociedade, por isso a constatação laboviana de ser imprescindível esta àquela, e vice-versa.

Neste trabalho nos apoiamos numa leitura que parte da relação entre organização estrutural da sociedade e produção de idéias, estas contribuem para a manutenção ou não daquela, num jogo duplo em que as idéias interferem na estrutura e a mesma interfere naquelas. Além dessa relação, levamos em consideração que, pensando no momento histórico no qual nosso *corpus* foi produzido (intervalo aproximado de 40 anos), a produção acadêmica ali presente frutificou sobre as bases da produção capitalista – donde derivam os meios materiais e, conseqüentemente, espirituais de universalização das idéias e ideologias, conseqüentemente da ordenação sociedade.

Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. (...) A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos. (VOLOCHINOV, s/d: 35-6).

Estando numa sociedade na qual o poder político e o poder econômico estabelecem uma relação intrínseca, "a realidade ideológica" estaria também acima da base política, podemos vincular a produção discursiva (no nosso caso a de textos acadêmicos) a esse

mecanismo da estrutura social <sup>16</sup>, visto que a atividade na Universidade se vincula a ambas as esferas: política e econômica. Vale fazer uma ressalva ao que afirma Volochinov quanto à condição do inquilino X arquiteto. O primeiro não ocupa um lugar tão passivo como crê o teórico marxista, ele pode desestabilizar o edifício sem que o derrube; o segundo tenta convencer que o projeto inicial é o melhor. Enquanto o inquilino acreditar nisso, estará salva a propriedade.

A classe detentora do poder econômico e, consequentemente, do poder político impõe um modo de viver, de pensar, um ideal de valoração de costumes e de comportamentos. Evidentemente a relação estabelecida entre as classes dominada e dominante não ocorre de maneira direta; aquela, muitas vezes, se coloca em posição vitimizada e assume um discurso capaz de, por um lado denunciar a precariedade da vida, mas de um modo que, por outro lado, coloque-se numa condição imobilizadora. Cria-se, então, uma atmosfera do "suportável".

Dentro das inúmeras dimensões do poder político e econômico, vale citar aqui o que afirma Tragtenberg (1979) a respeito da Universidade, uma instituição representante de tal poder:

O que nos interessa é saber em que condições o Poder produz um tipo de saber necessário à dominação e em que medida esse saber aplicado reproduz o poder. (idem: 27).

A carreira universitária nesse contexto transforma-se em mera estrutura de domesticação da mão de obra, onde uma nova pedantocracia de doutores e livre-docentes, sem serem docentes livres, garante a hegemonia do saber dominante como sendo o único 'legítimo', classificando os outros tipos de saber como 'ilegítimos', na medida em que não absorvem a retórica dominante na área do conhecimento específico. (idem: 34).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Cf. TRAGTENBERG, Maurício. A delinqüência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder. São Paulo: Rumo Editora. 1979.

A produção acadêmica não passa ilesa por essa estrutura, é ela que aparece como resultado e avultam aos leitores atentos quais são os interesses e movimentações políticas de certa classe de pesquisadores (ou pesquisadores de certa classe), de onde se lançam em cargos de Presidentes e Ministros e Secretários, "consagrando", assim, suas "carreiras acadêmicas" <sup>17</sup>.

### 1.3 Língua e Ideologia

A construção do mundo através do discurso (da fala, da comunicação) e a possibilidade de realizar uma palavra nomeadora estão atreladas aos fatores sócio-histórico-culturais. Na Grécia antiga as crianças aprendiam a escrever frases como "Homero não é um homem, é um deus" (BOSI, 1993: 164). Antes à mitologia e às artes cabia o arcabouço da construção da realidade pelo discurso, hoje, segundo Bosi (1993):

A extrema divisão do trabalho manual e intelectual, a Ciência e, mais do que esta, os discursos ideológicos e as faixas domesticadas do senso comum preenchem hoje o imenso vazio deixado pelas mitologias. É a ideologia dominante que dá, hoje, nome e sentido às coisas. (BOSI, 1993: 164).

A divisão do trabalho e a divisão social que se expande a todas as esferas, fragmentam o mundo, as relações, os conhecimentos e os modos de viver e de falar. A

\_

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Cf. Análise da formação/fundação/criação da USP realizada pelo prof. Franklin Leopoldo e Silva no caderno *Textos dos professores*, coletânea reunida pela direção da FFLCH – USP, em 1999. <u>A experiência universitária entre dois liberalismos</u>: "O fato é que a participação no poder, sobretudo nas circunstâncias do período de 32, teve conseqüências para a conduta política e para a imagem auto-constituída do grupo de liberais paulistas que idealizou a Universidade de São Paulo. É importante pensar a fundação da Universidade no contexto daquela atualidade, mais do que a partir das reconstituições posteriores, mesmo que feita pelos próprios protagonistas, já que a simples mudança na ênfase dos fatores determinantes – sem mencionar as reinterpretações mais profundas e desviantes – tende a distorcer a compreensão do processo. (...) Para o propósito deste texto, no entanto, basta mencionar que o projeto de fundação da USP, elaborado pelo grupo liberal paulista, teve como condição de sua implementação a aliança deste grupo com o governo autoritário, o que não pôde deixar de repercutir no próprio projeto, em termos da continuidade imediata de sua realização. Não é possível ignorar a proximidade entre 1934 e 1937, isto é, entre a fundação da Universidade, sob o Governo Provisório, e o advento do Estado Novo. (p.41).

ideologia da sociedade moderna (em suas várias facetas: burguesa, capitalista, neo-liberal, consumista) preza pela separação, de forma a impedir a diversidade. Mesmo que o discurso seja no sentido de pluralizar. Ora, mas se afirmamos que o discurso apreende a realidade, como podemos dizer agora não coincidir o discurso com esta? É a função da ideologia, embaçar a visão, mascarar, velar.

O papel mais saliente da ideologia é o de cristalizar as divisões da sociedade, fazendo-as passar por naturais; depois, encobrir, pela escola e pela propaganda, o caráter opressivo das barreiras, por último, justifica-las sob nomes vinculantes como Progresso, Ordem, Nação, Desenvolvimento, Segurança, Planificação e até mesmo (por que não?) Revolução. A ideologia procura compor a imagem de uma pseudototalidade, que tem partes, justapostas ou simétricas ("cada coisa em seu lugar", "cada macaco no seu galho"), mas que não admite nunca as contradições reais. (...) Das fontes da natureza fez a matéria-prima; do fruto do trabalho fez mercadoria a ser trocada e consumida. Pela força mesma dessa abstração, que o capitalismo incha e reproduz a cada momento, a ideologia tampouco suporta o momento da negação com que o pensamento dialético exige que a "má positividade" seja superada. (ibidem: 168-9).

Esse conceito de ideologia está presente em outros autores, como Louis Althusser, Marilena Chauí e mesmo Michel Pêcheux, e percorre um posicionamento que se alinha à tradição filosófica marxista. Marilena Chauí descreve o percurso do termo em seu livro *O que é Ideologia* (1983), desde o registro inicial, apontado pela autora sendo de 1801 "no livro de Destrutt de Tracy, *Eléments d'Ideologie (Elementos de Ideologia)*, o autor "pretendia elaborar uma ciência da gênese das idéias"; passando pelo positivismo e se detendo na concepção marxista.

Nasce agora a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado das idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores — os teóricos, os ideólogos, os intelectuais — não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência. (CHAUI: 1983, 65).

A autora recorre à exposição de Althusser, o texto dela é marcadamente delineado por este, ao passo que ambos têm como fonte inicial a obra de Marx e Engels, *A ideologia alemã*.

Althusser, na tentativa de superar a descrição marxista do conceito, escreve que a classe possuidora do poder do Estado pode utilizar seus aparelhos e os aparelhos ideológicos. Sendo assim, as instituições não fogem a tal declinação, estamos pensando agora na Universidade (e Escolas, instituições de ensino). Ocupar um lugar de poder nesse espaço permite divulgar as idéias da classe dominante, que varia historicamente. O autor centra seu livro, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, na importância fundamental da reprodução das condições de produção, é a reprodução que permite a continuação do funcionamento infraestrutural do mundo de uma mesma forma. O que garantiria tal reprodução são os aparelhos de Estado. Dentre estes, destaca-se um que vai agindo de modo "silencioso": a Escola.

Desde a pré-primária, a Escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais, e a partir da pré-primária, inculca-lhes durante anos, os anos em que a criança está mais "vulnerável", entalada entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado Escola, "saberes práticos" (les "savoir faire") envolvidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história, as ciências, a literatura), ou simplesmente, a ideologia dominante no estado puro (moral, instrução cívica, filosofia). (ALTHUSSER, 1980: 64).

É na Escola que encontramos o ensino institucional da língua, é lá que se ensina, por inúmeras recomendações político-pedagógicas; ou melhor, recorrendo ao vocabulário de Althusser – "é inculcado nas crianças", nos jovens, ser preciso saber a Gramática Tradicional para falar o "português".

Dado que a ideologia encobre as contradições, quando dizemos que a língua é dinâmica e muda com o passar da história, se alterando através do uso, encobrimos o que

faz com que ela mude: as relações coercitivas de poder e de controle social, a língua não é uma abstração, ela existe no homem, nas relações estabelecidas por este. Assim, se a língua muda é porque o homem e as relações por ele estabelecidas se alteram e, por sua vez, aquele vai mudando à medida que as relações são alteradas.

Outro caso, por exemplo, é alegar a unidade lingüística brasileira, ou tratar a língua de forma una, como se fosse a mesma, fazendo isso camuflam-se as diferenças, acaba-se por funcionar como meio de encobrir a variação. Com isso, ficam encobertos também os diferentes falantes.

Vejamos a seguir um mapa linguístico elaborado por Antenor Nascentes, apenas como um breve exemplo da diversidade linguística distribuída pelo Brasil, num desenho elaborado na década de 50 do século passado. Tal mapa não recorta detalhes, procura fazer uma divisão abrangente, aproximando o linguajar de algumas regiões e, a partir disso, nomeia novas regiões pautado nos faleres:



Fonte: NASCENTES, Antenor. O linguajar carioca. 2a.ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953, p.18.

Segundo Antonio Candido<sup>18</sup>, se o Brasil tivesse sido fragmentado pelas inúmeras revoltas e tentativas de separatismo, poderíamos falar em uma "América Portuguesa" tal qual falamos hoje em América Espanhola, constituída provavelmente por cinco países: República do Amazonas (Norte), Confederação do Equador (parte do Nordeste), República de Piratininga (parte do Sul), Império do Brasil (Sudeste, parte do Nordeste e do Sul) e, uma região indefinida, hoje Mato Grosso, Mato grosso do Sul e Goiás. Candido faz essas divisões para pensar nas diferentes literaturas brasileiras, partindo de diferenças culturais e linguísticas.

Observando o que diz o crítico literário, notamos grande semelhança em relação ao desenho proposto pelo crítico lingüista. Nesse sentido, é possível pensar também nas condições materiais capazes de dar arcabouço às diferentes variedades linguísticas. Temos assim, desde o começo da ocupação portuguesa (e também espanhola) um conflito entre a diversidade local e a homogeneização estrangeira, a fim de impor o controle e domínio sobre os autóctones.

#### 1.4 A dança das esferas de Poder

No campo da linguagem – nos estudos da Sociolingüística –, há hoje um discurso cuja reivindicação é "colocar cada forma de falar em seu lugar". Isso sob a alegação de respeito, de valorização, de consideração às diferenças; mas, sobretudo, à adequação das diferenças, afinal: "cada um na sua". Sem dúvida há um avanço em relação à Gramática Tradicional (Gramática Normativa), porém a modalidade da língua (a variedade lingüística)

-

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Tal reflexão foi realizada durante uma mesa-redonda, no dia 13/11/2009, no Memorial da América Latina, como parte do curso de extensão "Ángel Rama: um transculturador do futuro", promovido pelo CBEAL – Centro Brasileiro de Estudos da América Latina. Temos a gravação em áudio da referida fala.

prestigiada segue sendo aquela da classe mais favorecida economicamente, aquela a ser atingida como ponto máximo de domínio da língua, aquela que, segundo senso comum, garantirá ascensão social e o bem falar. Assim como o modo de vida dessa classe segue como paradigma de vida e de acesso aos bens materiais.

Para Geraldi, a força conservadora da língua não está associada aos falantes populares. Estes trariam as inovações, a dinamicidade. As forças conservadoras da língua coincidem com os freqüentadores da esfera do poder, a manutenção da estrutura passa pela manutenção da construção discursiva, ou: a reprodução do modo de organização vigente passa pela reprodução das estruturas discursivas.

Tudo indica que a reflexão sobre a língua, que começa a se produzir já nos começos da modernidade, rapidamente esquece o potencial de inovação que os vulgares poderiam representar em relação aos ordenamentos e às regras. Ao contrário, nenhum tempo de liberdade é admissível em matéria de língua: há sempre que encontrar normas, fixar o movimento para garantir não se sabe bem o quê, mas garantir a correção que somente tem existência pela construção de seu outro, o erro. Aquilo que foi o 'latim errado' rapidamente se faz regra a ordenar o dizer. O poder não sobrevive ao riso, à desordem, à variação. Ele se exerce pela ordem. Em termos de língua, pelo 'empoderamento' de um dos modos de dizer – aquele da elite de plantão – como o único correto, a fim de produzir os silenciamentos não só de outros modos de dizer, mas também de dizeres outros. (GERALDI, 2005).

Geraldi mostra em seu texto, como os ocupantes das esferas do poder se aproximam dos populares, entendendo que estes estão apartados do poder, para conseguir apoio e retornar ao controle. Configura-se um movimento de aproximação e distanciamento realizado pela elite.

Quando há interesse em se retornar ao poder, esses interessados valorizam o falar Não-Padrão, ao conquistar o objetivo, recriminam o mesmo falar. A maioria fora do poder tem importado à minoria, ocupante da "cidade letrada", quando esta precisa retomar o poder.

Consideremos muito brevemente alguns momentos marcantes das relações entre a reflexão sobre a língua e o exercício do poder no Brasil. Cada um dos tópicos a que estarei remetendo a seguir mereceria um tratamento específico e eles são aqui "listados" muito mais para registrar uma reflexão em andamento que parece conduzir à conclusão de que, na cultura brasileira, aquele segmento que representa a cultura letrada, a cultura bem posta, próxima ao poder, tem mantido ao longo de nossa história uma relação ambígua com os falantes da língua: aproximam-se deles e de seus modos de dizer quando são distanciados do exercício do poder; reconciliados com o poder e com seu exercício, estão entre os primeiros a defender a correção do dizer e dos modos de dizer da população "inculta", "ignara", das ruas e dos morros. (op. cit.).

Após dizer isso, Geraldi aponta, então, os fatos, dentre eles: o Modernismo, a ditadura Vargas de 1930 e seu Ministro Capanema, a redemocratização (no ensino, insistimos em dizer "expansão") e o período atual, caracterizado por um "recrudescimento das exigências de correção gramatical". Seria preciso garantir o silenciamento da maioria. Mesmo mudando, ainda se reproduzam as formas de organização, ainda se mantém a ordem.

Também Angel Rama em seu livro *A cidade das letras*, no qual percorre uma linha histórica desde a invasão européia que colonizou a América (lembremos, nomeação dada pelos europeus) até o século XX na chamada, por ele, de "era das revoluções na América Latina", fala da necessidade de manutenção da ordem, das cidades e dos signos, por parte dos ocupantes da esfera do poder.

Mas ainda mais importante é o princípio postulado nas palavras do Rei: com anterioridade a toda realização, se deve pensar na cidade, o que permitiria evitar as irrupções circunstanciais alheias às normas estabelecidas, entorpecendo-as ou destruindo-as. (RAMA, 1985: 29).

No estudo de Rama, o poder (o centro) está localizado no urbano, tem como intuito e impulso existencial a constituição das cidades, estas com a missão civilizadora. "Todos

que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder (...)". (idem: 43).

Nesse sentido é possível, a partir do texto de Rama, perceber que o embate entre centro e periferia, entre metrópole e colônia, entre urbano e rural e, ainda, entre culto e popular aparecem sobrepostos, entrelaçados.

Com efeito, a fala cortesã se opôs sempre ao alvoroço, à informalidade, à torpeza e à invenção incessante da fala popular, cuja liberdade identificou com corrupção, ignorância, barbarismo. Era a língua do homem comum que, na divisão quase estamental da sociedade colonial, correspondia à chamada plebe, um vasto conjunto desclassificado, quer se tratasse dos léperos mexicanos como das monteras gaúchas rio-platenses ou dos caboclos do sertão. (idem: 56).

Embora nesse ponto se aproximem muito as posições de Geraldi e Rama, as contenções da cidade letrada, os mecanismos "civilizatórios", não conseguiram barrar totalmente as influências populares "invasoras", as quais se mostram ora em índices de cores fortes, ora mais fracos, mas sempre combatidos pelo centro-urbano-normativizador.

No entanto, foi entre essa gente inferior, que compunha a maioria da população urbana, que se deu a formação do espanhol americano que por longo tempo resistiram os letrados, mas que já deu suas primeiras mostras diferenciais nos primeiros séculos da colônia. (idem: 58).

É dessas situações de disputa de poder e de tentativa de controle, de imposição de uma determinada ordem ligada àqueles que possuem as condições de decidir pelo destino público implicadas com o desenvolvimento material, ou seja, os avanços tecnológicos e alteração das condições de vida que vai se constituindo a língua. Nesse cenário, ficamos diante mais uma vez da disputa pelo "poder-dizer", a luta pelo discurso.

A redução material da palavra e a relativa simplificação estrutural podem ser relacionadas às reduzidas condições materiais ou à necessidade de agilidade na comunicação, ou mesmo os novos suportes virtuais agindo sobre a palavra. Não se

resolveria tal situação fazendo, somente, com que quem não tem acesso à Norma Culta a domine. Seria como imaginar ser possível, nessa sociedade de consumo, que todos tivessem acesso igualitariamente aos mesmos bens materiais, sabendo que a produção depende também de uma estrutura excludente para garantir o controle de preços e salários, a estabilidade do mercado.

(...) a língua era um instrumento cujo poder nas relações externas era reconhecido; os autores, porém, não mencionavam o instrumento de poder interno, apesar de termos alguns indícios também nesta direção. Assim, Nebrija escrevia na introdução da sua gramática: "a língua sempre acompanhou a dominação e a seguiu, de tal modo que juntas começaram, juntas cresceram, juntas floresceram e, afinal, sua queda foi comum. (GNERRE, 1994, p. 14).

Ao falar da língua como instrumento do poder, é inevitável lembrar-se de Foucault (2006) e de suas reflexões (já tratadas nesse trabalho) a respeito do discurso como sendo também objeto de disputa. Estaria em jogo nesse embate, conseguir mais uma arma de dominação.

Na segunda metade do século passado e nas primeiras décadas do presente século o interesse que muitos intelectuais brasileiros manifestaram pela língua tupi originava-se na tendência que procurava valorizar ao máximo os reduzidos rastros lexicais deixados pelas línguas indígenas na língua "brasileira". Não mostravam muito interesse, porém, pela presença mais ampla de origem africana na língua. Ainda uma vez o interesse estava em construir um mito de origem para a língua, e para este fim "a nobre" imagem do antigo índio – construída na Europa iluminista e herdada pelo Romantismo – era muito mais aproveitável, já que extinta e longe da realidade, do que a imagem do negro, escravo ou não, viva e presente na vida cotidiana, e associada a um português socialmente marcado. (GNERRE, 1994, p.18).

Alencar deixa isso transparecer muito em sua obra, talvez a mais divulgada, *Iracema*, ao falar da origem do brasileiro metaforizada na relação entre o português Martim e a índia Iracema. Moacir, filho da dor, fruto dessa relação de dominação masculina (por consequência, a partir da leitura da obra, européia) representa – na visão do autor – o início

do brasileiro, ou melhor, procura marcar a identidade do povo brasileiro, um dos objetivos da plataforma Romântica. Dessa forma, o autor romântico não leva em consideração os negros. Isso perpassa pela língua e pelas escolhas lingüísticas alencarianas, mesmo se apresentando como um avanço para seu período:

A idéia de que a Europa – e só ela – possuía, de direito, as matrizes da cultura era tão pacificamente aceita, que, quando o instinto de nacionalidade passou a revelar-se com indiscrição maior na pena poderosa de José de Alencar, o fato se revestiu das características de escândalo literário (...). A Alencar não lhe criticavam, de início, a idealização do indígena. As censuras recaiam sobre a sua expressão linguística, o seu vocabulário e, principalmente, a sua sintaxe, que parecia desobedecer aos intangíveis cânones portugueses. (CUNHA, 1975: 13-4).

Notem que a crítica primeira recai sobre os recursos lingüísticos, visto que a temática do "bom selvagem", que percorreu as obras indianistas, ainda servia de elo para a elite leitora se aproximar da Europa.

#### *1.5 O* Corpus

Neste ponto passaremos à descrição do *corpus*. Procuraremos contemplar informações necessárias às análises que executaremos no decorrer do trabalho. A escolha dessas obras e dos respectivos autores se deu baseada na influência que os mesmos (obras e autores) têm no processo de circulação do conhecimento.

Examinamos bibliografias de disciplinas que se relacionassem com nossa pesquisa para verificar quais autores melhor se distribuíam em alguns cursos de algumas universidades públicas do centro-sul do país. A partir disso compusemos a tabela a seguir. As letras em maiúsculo que aparecem, indicam o sobrenome do autor, assim: **B**, Bagno; **C**, Castilho; **M**, Marcuschi; **P**, Preti; **R**, Bortoni-Ricardo; **S**, Silva e **T**, Tarallo. O número ao lado da letra indica quantas obras de cada autor aparecem na ementa da disciplina. As

combinações entre coluna e linha que se apresentam vazias, significam que as disciplinas não são ministradas na determinada universidade.

Universidades	USP	Unicamp	UNESP	UnB	UFSC	UFPR
Disciplinas						
Mudança Lingtca., identidade e Preconceito			B3; R1; S1			
Variação e mudança linguística	B1	T3; S3				
Int. à Teoria da Variação e da Mudança	T3					
VL no Brasil				R3; C1; S1		
Variação e ensino de língua					B1; R2; S1	
Tópicos especiais em Sociolingüística			B1; T4 (s/esp)		S1	
A Interface Sociolingüística / Gramaticalização	C1					
Socioltca. Variacionista e Lingtca Func. Apl. ao Estudo do PB	C2					
Sociolingüística do PB				B2; R3; C1; S3	B1; T1 (s/ especif.)	Nenhum dos autores
Sociolingüística Variacionista	T1					
História dos estudos gramaticais					B1; S1	
História da LP			S2			
Estudos gramaticais					C1	
IELP I	C1; P2; S1					
IELP II	C1;M2; P8					
Escrita e Oralidade		C1; M1				
Português diacrônico				T1; S1		

(Tabela 1: Distribuição de autores das obras analisadas)

Além desse levantamento, selecionamos 10 trabalhos de mestrado e/ou doutorado, defendidos entre os anos de 1999 e 2009. O caminho que nos levou a tais textos foram as palavras-chaves designadas pelos seus autores: variação (linguística), sociolingüística, preconceito linguístico, mudança (linguística), português brasileiro e variedade linguística.

Autores/Corpus	Bagno	Castilho	Marcuschi	Preti	Bortoni-Ricardo	Silva	Tarallo
Trabalhos							
1-(1999)							1
2-(2004)		1				1	
3-(2005a)		2	4	5			
4-(2005b)		1					
5-(2006)	1	3		6	2		3
6-(2007a)		4				4	1
7-(2007b)		3				1	1
8-(2008a)							
9-(2008b)			3	1			
10-(2009)		2	1	3		2	1

(Tabela 2: Relação trabalhos acadêmicos e autores do nosso corpus presentes na bibliografia).

Embora, na tabela 2, Bagno apareça uma vez e em um livro do qual seja organizador, entendemos que a presença de seu livro em nossa pesquisa seja justificada pelo fato da sua presença nas bibliografias e, principalmente, por sua inserção na mídia imprensa, sendo colunista da revista *Caros Amigos*. Isso pode ampliar a circulação da produção acadêmica, atingindo outros públicos, no caso os leitores da citada revista.

Entendemos que tais autores<sup>19</sup> são os representantes dos mais citados e melhor distribuídos pelas bibliografias de cursos por alguns motivos:

#### a) Instituições a que estão vinculados;

-

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Neste ano de 2010, Ataliba Teixeira de Castilho, publicou um impressionante e belo trabalho a respeito do PB: *Nova Gramática do Português Brasileiro* (São Paulo: Contexto), cuja bibliografia contém todos os autores examinados em nosso trabalho. Bagno, 9 títulos; Bortoni-Ricardo, 3 títulos; Preti, 13 títulos; Silva (Matos e Silva), 22 títulos; Tarallo, 12 títulos; Marcuschi, 14 títulos, somente o texto desse autor analisado por nós não se encontra na *Nova Gramática*; e, por fim, textos do próprio Castilho, evidentemente há mais de 60 títulos sob seu nome.

- b) momento histórico em que apareceram suas produções momento de estabelecimento da Ciência Lingüística no Brasil e outros com publicação contemporânea a fim de verificar o desenvolvimento das reflexões em momentos diferentes;
- c) são criadores, continuadores, adeptos de uma mesma visão que propõe adequar a fala à situação, criando de certa forma uma tradição dentro da Sociolingüística brasileira;
- d) de certa maneira é um grupo hegemônico, visto que seu principal contraponto é a Gramática Tradicional:
- e) e é considerado um trabalho que representa um avanço nos estudos lingüísticos brasileiros (as obras mais antigas do *corpus*), em um momento em que se busca a crítica ao que era praticado no período compreendido pela ditadura militar.

Assim, segue um breve comentário acerca da obras analisadas:

I – Sociolingüística – os níveis da fala. Dino Preti, 1974.

O objetivo deste livro é analisar obras literárias a fim de verificar como os autores se apropriam de falares regionais pra melhor caracterizar seus personagens. A partir disso, Preti tece uma crítica à qualidade estética desse ponto de vista, fato que não desvaloriza as obras analisadas por ele, apenas acrescenta mais um critério.

Para tanto, Preti apresenta na primeira parte do livro sua hipótese a respeito dos níveis de fala: formal, informal, vulgar e mais algumas gradações, mostrando com isso, sua visão de insuficiência ao reduzir a língua à polarização formal X informal. A parte substancial de nosso *corpus* coletada de seu texto, encontra-se nessa primeira parte entretanto, na qual ele trata da construção dos pressupostos de análise, escrevendo sobre a pesquisa na área de variação lingüística e da concepção de variedades.

Dino Preti é um dos principais aplicadores do método laboviano e um dos introdutores da Sociolingüística no Brasil. É também, um dos responsáveis pelo projeto

NURC (cujo objetivo era o levantamento dos falares de pessoas nascidas e criadas em centros urbanos e com formação superior, para estabelecer a Norma Culta do Português Brasileiro e contrapô-la ao Português Europeu) coordenador do mesmo em São Paulo.

#### II – Pesquisa Sociolingüística. Fernando Tarallo, 1985.

O livro de Fernando Tarallo apresenta uma metodologia de pesquisa, passo a passo, a fim de iniciar os pesquisadores, estudantes, professores em uma linha teórica: análise laboviana. Mostra as etapas do procedimento, como coleta de dados, entrevistas, questões a serem levantadas etc.; explica alguns conceitos e termos-chave.

De início, o autor diz ser o principal objetivo do livro, mostrar como é possível sistematizar o caos linguístico. Que não seria tão caótico assim. Admite a variação como um fenômeno existente em todas as línguas, corroborando com Weinrich e Labov. Para a sistematização, o autor coloca que, segundo Labov, a narrativa de experiências pessoais é a melhor forma de coleta de dados.

O livro se estabelece, então, a todo o momento, referenciando-se em Labov. Ao final, apresenta um pequeno glossário de termos do campo da VL, esse glossário nos servirá como referência num determinado momento da análise dos trechos selecionados.

Tarallo, que faleceu em 1990 com apenas 40 anos, foi um dos que primeiro afirmou a mudança substancial do português falado aqui em relação ao falado na Europa, a ponto de já constituir uma gramática nacional: "um novo sistema gramatical — chama-se de gramática brasileira (...) — emergiu ao final do século XIX, estabelecendo uma nova gramática radicalmente diferente da modalidade lusitana" (TARALLO: 1993, 70).

III – "Concepção de língua falada nos manuais de português de 1° e 2° graus: uma visão crítica". Em: *Trabalhos em lingüística aplicada*. Luís Antonio Marcuschi, (1997).

Neste texto o autor analisa várias coleções de livros didáticos para verificar como se dá a abordagem acerca da variação lingüística, como as teorias da sociolingüística têm chegado (se chegou) à escola. Ele realiza uma leitura minuciosa avaliando os tópicos teóricos dos livros e os exercícios propostos pelos mesmos.

Afirma ter encontrado, em grande número, as variedades regionais cem exercícios pra transposição para a Norma Culta. Destaque apenas uma, dentre 10 coleções, como sendo a que melhor trabalha e concebe a variação linguística no ensino. O autor acusa a má elaboração dos livros didáticos de contribuir para a crença da unidade lingüística. Nesse mesmo artigo, procura defender a centralidade da língua falada no dia a dia e combate a idéia de que a escola é o lugar exclusivamente da língua escrita.

Marcuschi foi um dos introdutores da Linguística Textual no país e, sua pesquisa se volta para a relação fala e escrita. "Fundou o Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e da Escrita na Universidade de Pernambuco" <sup>20</sup>.

IV - A língua falada no ensino de português. Ataliba Teixeira de Castilho, 1998.

Esse livro inicia-se abordando o ensino de Língua Portuguesa dentro de um quadro de crise do Ensino, do qual não escapa, decerto, o professor. Desse quadro, o autor destaca três aspectos: *social*, em que analisa a urbanização tardia em relação à Europa e como isso poderia ter influenciado a língua em uso; *científica*, na qual analisa as constantes adesões às

http://www.ucs.br/ucs/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/apresentacao, sobre a homenagem a Marcuschi em:

 $\underline{http://www.ucs.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/sala\_de\_imprensa/apresentacao/marcuschi.pdf.}$ 

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Marcuschi foi homenageado na quinta edição do Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, o SIGET, (2009). Veja mais sobre o SIGET em

novas teorias, muitas vezes, pelo simples fato de serem novidades; no *magistério*, cujo sintoma mais evidente, segundo o autor, é a desvalorização da profissão.

Diante deste cenário, Castilho propõe uma renovação no ensino de português com a incorporação da fala para ensinar-se a língua. O substancial do livro são formas, diante da proposta renovadora, de abordar e tratar a fala, tanto para fins de aprendizado como para fins de pesquisa. Em relação ao aprendizado, esse instrumento funcionaria, afirma o autor, na medida em que sensibilizasse o aluno para o falar do outro. Assim, o aluno entenderia a necessidade de adequar a fala para cada situação diferente.

Castilho é um dos principais lingüistas brasileiros ainda vivos, Ilari conta, no prefácio à mais recente obra de Castilho, *Nova Gramática do PB*, que esse autor estava entre "os criadores das principais sociedades científicas que temos hoje – a Associação Brasileira de Linguística e o Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo" (Castilho, 2010: 26). Foi também um dos idealizadores do Projeto da Gramática do Português Falado e, junto com Dino Preti, coordenador do NURC-SP<sup>21</sup>.

#### V - Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz. Marcos Bagno, (1999).

Essa obra trata de um dos tipos de preconceito existentes em nossa sociedade, manifestado devido às diferenças na fala no uso da Língua Portuguesa Brasileira. Esse preconceito acontece por conta do que o autor chama de mitos: idéias cristalizadas a respeito da língua que não se sustentam de forma empírica. Para o autor, subjacente ao preconceito lingüístico, ter-se-iam outras formas de preconceitos, como o de classe e o regional.

<sup>-</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Veja mais sobre o NURC em: <a href="http://www.fflch.usp.br/dlcv/nurc/historico.htm">http://www.fflch.usp.br/dlcv/nurc/historico.htm</a> e ainda, sobre o núcleo USP, em: <a href="http://www.fflch.usp.br/dlcv/nurc/index.html">http://www.fflch.usp.br/dlcv/nurc/index.html</a>.

É de interesse do livro ainda, mostrar, com base em análises lingüísticas, que o conceito de "erro" gramatical possui uma explicação lógica e que o uso dessa forma tida como desvio é uma mostra de que o PE (a Gramática Tradicional) não atende mais às necessidades da realidade brasileira.

O primeiro capítulo é dividido em subtópicos que procuram combater àquelas idéias cristalizadas, os mitos. Assim, o autor retoma o mito e procura, a aprtir da análise linguística, mostrar com tal idéia não tem base científica.

Marcos Bagno tem procurado pautar seu trabalho no estudo da relação entre preconceito e linguagem. É o mais midiático autor dos quais analisamos as obras aqui. Além de escrever na Revista Caros Amigos (veículo prestigiado na esquerda – ou o que se pode chamar de – brasileira) possui um site para disponibilizar alguns de seus textos <sup>22</sup>.

**VI** – Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro. Rosa Virgínia Mattos e Silva, 2004.

Este livro reúne estudos e ensaios cujas primeiras versões foram desenvolvidas pela autora entre os anos de 1993 e 2001 distribuídos da seguinte forma por década: 90, 3; primeira década dos anos 2000, 4), além de um capítulo que se apresenta como inédito. O fio que percorre a obra e dá unidade é a "procura" pelas bases históricas da formação do PB. Frisa-se a necessidade de reconstituir-se "o processo do encontro politicamente assimétrico entre a língua portuguesa, língua de dominação, com muitas línguas autóctones e as diversas línguas aqui chegadas (...)" (MATOS E SILVA: 2004, p.11).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Cf. http://www.marcosbagno.com.br/.

A autora não prescinde, em nenhum momento, da relação sócio-história para abordar a língua e seu desenvolvimento. Em relação ao Brasil, isso a leva às reflexões a respeito do multiculturalismo e do multilinguismo, destacando uma vez miais o caráter heterogêneo do Português falado do lado de cá do Atlântico.

As valorosas reflexões são acompanhadas de uma série de dados de variadas áreas: mapas da ocupação populacional, senso demográfico, distribuição da população por etnia, levantamento dos falares dos africanos aprisionados no Brasil, dos falares indígenas, fontes históricas, como documentos e, ainda, um panorama dos principais lingüistas iniciadores dos estudos do PB.

Através de dados estatísticos em relação ao número de habitantes, ela mostra como o elemento não-branco manteve-se como maioria até inícios do século XX, entretanto isso não foi suficiente para impedir o estabelecimento de uma variedade lingüística de prestígio da minoria branca instalada no país, mesmo antes do século XX, quando o contraste era maior. Tomando essas relações estatísticas, a autora procura mostrar quão distante estaria a variedade brasileira do português em relação ao europeu.

Mattos e Silva é coordenadora, desde a fundação, do Prohpor, Programa para a História da Língua Portuguesa, associado à UFBA. O programa conta com quatro projetos: BIT-Prohpor (Banco Informatizado de Textos do Prohpor); Projeto Todos os Nomes (Análise sócio-histórica, mórfico-semântica e etimológica da antroponímia baiana); Projeto Gram (Aspectos da Gramaticalização na História do Português) e Projeto Deparc (Dicionário Etimológico do Português Arcaico).

VII - Nós cheguemu na escola, e agora? Sociolingüística na sala de aula. Stela Maris Bortoni-Ricardo, 2005.

Neste livro encontramos uma coletânea composta por 21 textos escritos entre os anos de 1978 e 2002, sendo assim distribuídos por décadas: 70, 3; 80, 4; 90, 11; e na primeira década dos anos 2000, 3. O eixo condutor de tais textos é a sociolingüística e sua relação com outros campos, como: a Educação (principalmente), sociologia (por uma questão estrutural), Leitura, Cultura, Tradução, Etnografia e Filosofia.

A Sociolingüística se apresenta, então, pelos capítulos contribuindo para estudos e reflexões a respeito do ensino-aprendizagem, no que se refere a adequações teórico-metodológicas; se apresenta como contribuição para a descrição da Língua Portuguesa do Brasil, destacando a polarização entre o urbano e o rural e, disso, a autora elabora a hipótese de um *continuum*, no qual poder-se-ia localizar qualquer falante do PB.

Algo que nos chamou a atenção, não encontrado nas demais obras, foi a idéia de empoderamento, baseado num grupo de pesquisa liderado por Deborah Cameron. O grupo identifica três níveis de relação entre pesquisador e pesquisados, um desses níveis é o da "capacitação ou empoderamento (empowerment)" (Bortoni-Ricardo, 2005: 129). Dessa forma, a pesquisa poderia ser re-vista pelos pesquisados e, não só, "utilitarizada" pelo pesquisador reconhecido como autoridade pelo selo acadêmico, tal re-visão aconteceria se, segundo a autora, houvesse ética na capacitação, virtude essa considerada outro dos três níveis de relação estabelecidos por Cameron. E o terceiro, para não ficarmos em divida, o da advocacia, a defesa, a partir do trabalho de pesquisa, dos falantes e comunidades que forem estudadas.

Bortoni-Ricardo, assim como Bagno, possui um site<sup>23</sup> no qual disponibiliza textos, entrevistas e noticias relacionadas a sua área de atuação. A autora trabalha ainda com

<sup>23</sup> http://www.stellabortoni.com.br/index.php

Letramento e Ensino Fundamental. Foi presidente da ANPOLL (Associação Nacional de pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística) e diretora da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística).

Os trechos selecionados, das obras descritas acima, para nossa análise serão marcados por um código para identificação durante a leitura. Assim, os quadros com os trechos terão na primeira linha uma letra em maiúsculo (caixa alta) referente aos sobrenomes e o número equivalente ao trecho na ordem de aparecimento em nosso trabalho, além do número da página entre parênteses. Exemplo:

### 7 - C (p.140)

O rápido desaparecimento dos clíticos no PB deve favorecer o uso das relativas copiadoras e cortadoras.

A indicação no topo do quadro quer dizer que esse é o sétimo trecho de nosso trabalho e foi retirado do livro de Castilho, da página 140.

# **CAPÍTULO DOIS:** Outros antecedentes Históricos

Por vários anos, resisti ao termo sociolingüística, já que ele implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bemsucedida que não é social. (W. Labov)

Temos tentado nessa pesquisa perseguir algumas pegadas que marcam percursos, a fim de compreender (ou, no miúdo, clarificar um pouco) certos mecanismos e processos de construções discursivas e históricas. Neste momento, passaremos por caminhos pelos quais a Ciência (Sócio)Linguísitca caminhou (se construindo a cada passo) até chegar ao Brasil.

## 2.1 - Sociolingüística, um breve percurso através de seu desenvolvimento

Começamos no século XIX, em 1816 especificamente, quando Franz Bopp estuda o sistema de conjugação do sânscrito comparado aos das línguas grega, latina, persa e germânica (ELIA, 1987). A partir desse período vai se constituindo (ganhando contornos mais fortes) uma Ciência da Linguagem (ibidem). Seu desenvolvimento associa-se ao Evolucionismo e divide-se em duas vertentes: a Naturalista (que por sua vez, divide-se em outras duas: Biologista e Fisiscalista) e a Culturalista. Para Leroy (1974), o período citado anteriormente é um segundo momento, no qual tem-se os gramáticos compratistas, à Ciência da Linguagem, este autor prefere Gramática Comparada. Ainda para o professor da Universidade Livre de Bruxelas, os estudos lingüísticos racionalizaram-se já no século XVII, "o ponto de partida foi a revelação do sânscrito aos sábios ocidentais" (ibidem: 29), com isso começou-se a perseguir o conceito de parentesco linguístico, ou seja, o método comparatista.

Na introdução do Curso de Linguística Geral, de Saussure, encontramos uma divisão em três fases "sucessivas antes de reconhecer qual é o seu verdadeiro e único objeto" (SAUSSURE, 1977: 7). O autor destaca os trabalhos de Bopp, localizado na terceira fase do desenvolvimento linguístico (o primeiro se refere aos estudos da Gramática, realizados pelos gregos; o segundo à Filologia). Sobre Bopp, o suíço destaca: "Esclarecer uma língua por meio de outra, explicar as formas duma pelas de outra, eis o que não fora ainda feito" (ibidem: 8), e ainda, considerando-o fundador de uma ciência: "É de duvidar que Bopp tivesse podido criar sua ciência sem a descoberta do sânscrito" (ibidem: 8).

De 1810 até 1870<sup>24</sup>, considerado o período de maior força da corrente Naturalista-Biologista. Os termos língua-mãe e língua-irmã tornam-se correntes no vocabulário dessa área, sempre no sentido de aproximar-se do vocabulário das Ciências Biológicas. O botânico (sua formação inicial) Augusto Schleicher contribui com a mais categórica formulação biologista para a língua, a tese de "língua organismo; a língua não é um fato social, é obra da natureza, um organismo natural – e por conseguinte, a lingüística não é uma ciência humana, é uma ciência natural" (MOUNIN, 1967: 195 apud ELIA, 1987).

O desenvolvimento dos estudos lingüísticos foi marcado também pela disputa entre o conservadorismo e o progressismo, ou entre a tradição e a inovação. Os filólogos clássicos entendiam como intrusos os novos pesquisadores:

(...) os filólogos, apaixonados da boa linguagem e da boa literatura, enfureciam-se com a idéia de que o estudo das formas modernas do grego e do latim, ou de dialetos longínquos como o sânscrito ou o persa, ou, pior ainda, de falares incultos da Lituânia ou da Escandinávia, poderia fazer progredirseu conhecimento de Platão e de Cícero (...). (LEROY, 1973: 32).

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Vale sempre lembrar que essas divisões pó período são mais didáticas e menos históricas. Evidentemente, o fluxo das idéias não é abruptamente interrompido e, de repente, se inicia o "novo".

De 1870 até 1900, ganha o centro da cena os adeptos da corrente fisicalista, apoiada no método experimental empírico e, em 1878, é publicada a revista Morphologischen Untersuchungen (Investigações morfológicas) editadas por K. Bruggman e H. Osthoff, nela são apresentados estudos nos quais as leis fonéticas são comparadas às leis da física. Esses autores compunham um grupo de pensadores da chamada "Escola dos Neogramáticos" (Junggrammatiker, qualificação dada por seus oponentes, mas assumida pelo grupo), basicamente concentrados na Universidade de Leipzig (ELIA, 1987e LEROY, 1974).

Opondo-se à concepção schleicheriana da linguagem como um organismo natural, consideravam a língua, pelo contrário, um produto coletivo dos grupos humanos; o método positivo que aplicaram com rigor pode ser ilustrado pela proclamação das "leis" fonéticas e pela crença em sua ação cega e necessária ("Die Lautgesetze wirjken blind, mit blinder Notwendigkeit", dizia Osthoff)" (Leroy, 1974: 51).

Contestando as teorias dominantes da época (naturalistas, principalmente) e, influenciado(r) pelo(do) que viria, Paul Lafargue publica, em 1894, um estudo sobre o vocabulário francês antes e depois da Revolução. "A língua clássica caiu com a Monarquia feudal, a língua romântica nascida na tribuna das assembléias parlamentares durará enquanto durar o governo parlamentar". *La langue française avant et après la révolution*, L'Ère nouvelle, jan.-fev./1894, reeditado em Louis-Jean Calvet, *Marxisme et linguistique*, Paris: Payot, 1977, p. 144. Segundo Elia (1987), já se nota nesse estudo um olhar para a língua a partir dos condicionamentos dos sistemas de organização das sociedades.

A consideração historicista para os métodos linguistas, de outra forma, considerar que fatores externos também constituem o que seja língua, aparece, ainda com pouca força, na chamada Escola Espanhola – período Culturalista (1900-1930) – tendo como uma de

suas principais figuras D. Ramón Menéndez Pidal, que publicou em 1926 a obra *Orígenes*Del Español (Elia, 1987)<sup>25</sup>.

Em meio ao período Culturalista, alguns alunos de Ferdinand Saussure (1857-1913) organizaram o livro Curso de Linguística Geral (*Cours de Linguistique Générale, 1916*). A publicização de tal obra dá início ao segundo período de desenvolvimento crítico da Ciência da Linguagem, segundo Elia (1987). Nesse momento o interesse centrava-se em estudar a interdependência de suas relaçãoes, um olhar mais detido às relações estruturais, mas não só isso. Ao fazer críticas às escolas de método comparatista, Saussure afirma que não foi suficiente para constituir a verdadeira ciência linguística e acrescenta: "a Gramática comparada jamais se perguntou a que levavam as comparações que fazia, que sgnificavam as analogias que descobria. Foi exclusivamente comparativa, em vez de histórica" (SAUSSURE, 1977: 10).

Na segunda década do século XX, Antoine Meillet (normalmente apresentado como discípulo de Saussure) opõe-se à visão do CLG e, afirma que "a linguagem é eminentemente um fato social. (...) uma língua existe independentemente de cada um dos indivíduos que a falam (...)<sup>26</sup>" (MEILLET, 1965: 230 apud CALVET, 2002: 14).

Aqui, nos soa estranho pensar na independência da língua em relação ao falante. Entendemos que, se Saussure se distancia dos fatores externos, Meillet também não acerta ao desconsiderar o falante como pressuposto de existência da língua. Mesmo as chamadas línguas mortas, existiram na fala de sujeitos.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Dos livros pesquisados a respeito da historiografia da linguística, somente encontramos referência à Escola Espanhola em Elia (1987).

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> Cf. MEILLET, Antoine. Linguistique historique et linguistique génerale. Paris: Champion, 1965.

Ainda na obra citada de Meillet, o linguista francês afirma, agora com nossa total corroboração, que as modificações estruturais na sociedade podem implicar mudanças nas condições nas quais se desenvolvem a linguagem. (op. Cit.).

Para Calvet (2002), esse conflito entre as ideias disseminadas pelas reflexões e discussões sausserianas e as contraposições de Meillet, marcam o início do que viria a ser a Sociolinguística. A posição do linguista francês é muito próxima "da que se encontrará mais tarde na obra de Willia Labov". (ibidem: 16).

A visão de Meillet é próxima à de Labov, como afirma Calvet; mas, destacamos ainda que, ambos também se aproximam das reflexões dos autores do chamado Período Soviético – 1920 até 1950. Vale ressaltar a influência do marxismo nesse período e, paradoxalmente (ou não), a intervenção de Stálin no dia 20 de Junho de 1950, quando se pronuncia contra principal linguista daquele período na URSS, Nicolai Marr. Este associava as manifestações linguísticas à luta de classe, dizendo que aquela refletia esta. Stálin encerra a questão declarando: "1- A língua não é uma superestrutura e 2- A língua não tem caráter de classe" (CALVET, 2002: 22). Marcel Cohen, francês, membro do partido comunista, apóia a decisão de Stálin e bloqueia em certa medida as reflexões marristas.

Enfim, na década de 60, século XX, temos o que é reconhecido pela maioria dos estudiosos, a cosntituiçõa da A Sociolingüística. Segundo Calvet (2002), o inglês Basil Bernstein, "será o primeiro a levar em consideração, ao mesmo tempo, as produções lingüísticas reais (o que era feito em pequeníssima escala pelos autores inspirados no marxismo) e a situação sociológica dos falantes". (ibidem: 26). Ele estudará a relação entre fracasso escolar ligado ao domínio da língua. Código restrito (classes baixas) X código

elaborado (classes altas e médias, que também, dominam o código restrito). No entanto, seu estudo é publicado somente em 1971, *Class, Codes and Control*.

Em 1964 – De 11 a 13 de Maio, por iniciativa de William Bright, 25 pesquisadores se reuniram em Los Angeles, UCLA. Essa reunião registra documentalmente o iníco da Sociolingüística (CALVET: 2002; VILLEGAS: 1970). Donde resulta a obra Sociolinguistics, Procedings of the UCLA Sociolinguistics Conference, publicado em 1966.

Ainda nos anos de 1960 a sociolingüística ganha força com a publicação dos trabalhos de William Labov. Ele diz que a Sociolingüística é a Lingüística, uma vez que não haveria outra forma de considerá-la, "Por vários anos, resisti ao termo sociolingüística, já que ele implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social" (LABOV, 2008: 13).

Por fim, destacamos a publicação em 1972 da obra *Language in the Inner City*. Philadelphia: U. of Pennsylvania Press; na qual Labov reflete sobre o falar dos negros norte-americanos do Harlem, ele irá nomear esse falar de "vernáculo negro-americano". Diz ainda que são rejeitados pela cultura escolar, visto que as regras dessa língua (variedade) diferem muito da língua padrão. O autor afirma ainda que essa lígua apresenta um grande número de regras próprias, sendo inútil descrevê-la como desvio da norma, isso o leva a concluir que as dificuldades de aprendizado estão associadas ao conflito entre o "inglês padrão" e o vernáculo próprio dessas pessoas. Tal conclusão aproxima-se muito das reflexões investidas pelos pesquisadores brasileiros, nesse momento a sociolinguística ganha cena em nosso país, por aplicar seus métodos à nossa realidade e, por conseguinte, tecer considerções mais coerentes a contexto nacional.

#### 2.2 - A Sociolingüística no Brasil

Durante o período pombalino (século XVIII), o governo português determinou oficialmente o ensino da Língua Portuguesa em terra brasileira. Nesse momento, já havia na região litorânea uma língua geral de base indígena<sup>27</sup>. Tal língua, acaso ganhasse "fôlego" ameaçaria a hegemonia político-cultural portuguesa. Além dessa língua geral,outras se desenvolviam no território brasileiro e na tríplice fronteira.

Cumpre, primeiro, a função de língua de comunicação dos europeus com os Tupinambá de toda a costa brasileira, logo após o descobrimento. Depois, a de língua materna dos mamelucos da Bahia, Pernambuco, Maranhão e São Paulo. Mais tarde, se expande juntamente com a população, como língua corrente tanto das reduções e vilas que os missionários e os colonos fundaram no vale amazônico, como dos núcleos gaúchos que se fixaram no extremo sul, frente aos povoadores espanhóis. É de notar que, sendo a língua geral uma variedade muito pouco diferenciada do guarani falado naqueles séculos, tanto em território paraguaio onde se converte em língua materna como no que viria a ser a Argentina e o Uruguai de hoje, estamos, como se vê, frente a uma enorme área lingüística tupi-gurani. Seguramente, a mais ampla das áreas lingüísticas americanas. (RIBEIRO, 1995: 122).

Vale ressaltar que, juntamente com o massacre sofrido pelos índios, as línguas indígenas perderam força, assim como seu modo de organização, prevalecendo a organização ocidental européia, o governo europeu, o exército europeu e a língua européia.

Desde essa intervenção efetiva de um membro de governo, colocou-se em discussão uma das questões pelas quais transitamos (e transitaremos) nesse trabalho: "que língua deve ser falada (ensinada) por determinada comunidade? Quais critérios devem ser considerados

\_

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Cf. **SILVA, Rosa Virgínia Mattos e**. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. "Em 1757, com o Marquês de Pombal, se define explicitamente para o Brasil uma política lingüística e cultural que fez mudar de rumo a trajetória que poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena, já que os dados históricos informam que uma língua geral de base indígena ultrapassara de muito as reduções jesuíticas e se estabelecia como língua familiar no Brasil eminentemente rural de então. Pombal define o português como língua da colônia, consequentemente obriga o seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil, antes restrito à Companhia de Jesus, que foi expulsa do Brasil".

na escolha? Quais os efeitos de tal escolha?". Tal debate ainda percorre o universo lingüístico nacional e, houve algumas manifestações de grande expressividade nessa discussão. Duas nas artes: o período Romântico, permeado pela construção da identidade e do caráter nacional; o período Modernista, demonstrando preocupação em relação à língua, ainda não científica no sentido técnico, mas reconhecendo as diferenças entre as variedades e, discutindo dentro de um movimento de repercussão "nacional" o desprestígio dos falares populares. Já com caráter de Ciência, na década de 70 constituia-se o chamado Discurso da Mudança, cujo foco concentrava-se na atitude de respeito à linguagem do aluno. Essa conduta partiu do processo de se considerar os problemas sócio-culturais brasileiros refletidos na língua, especificamente, segundo PIETRI (2003), já referido por nós anteriormente.

Note-se aqui, que o período citado "coincide" com o período de constituição da Sociolingüística. Entretanto, os estudos a respeito das diferenças entre o chamado Português Europeu (PE) e o Português Brasileiro (PB) são sistematizados já no século XIX, o século seguinte amplia e se vale de avanços metodológicos e tecnológicos. Em 1879, José Jorge Paranhos da Silva (*O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*) publica trabalho de comparação entre o PB e o PE. Em 1880 Adolfo Coelho realizava estudos sobre as diferenças e semelhanças entre os crioulos de base portuguesa e o PB (TARALLO, 1993). Pietri (2003) aponta o fortalecimento da discussão nos anos 70 do século passado:

As discussões, quanto a se ensinar ou não gramática, quanto à necessidade de desfazer as condições em que emerge o preconceito lingüístico, quanto a se fazer da escola um espaço transformador da realidade social através do respeito pela linguagem do aluno, o que possibilitaria levá-lo a se apropriar da variedade social de prestígio, são discussões que se fortaleceram, no Brasil, no transcorrer da década de 70 do século XX, e que se fazem atuais, ganhando novo fôlego nas contendas entre lingüistas

e gramáticos tradicionais, seja através da publicação de obras voltadas ao assunto, seja nos espaços que a mídia em geral oferece, principalmente aos defensores do ensino tradicional. (PIETRI, 2003: 8).

O veredicto sobre a Gramática Tradicional foi decretado. É ponto pacífico para vários autores do meio acadêmico que a velha forma já não consegue descrever e normatizar o processo de produção discursiva. O que dizer então do ensino da língua nas escolas: a rejeição dos alunos e o embaraço dos professores frente aos conteúdos.

Podemos identificar, segundo ELIA (1987) um primeiro momento entre 1930 e 1970, no qual o centro das discussões era o contato entre as línguas africanas vindas com o processo de escravização dos negros pelo Brasil com o PE e, disso, como foi se dando a constituição do PB. Temos como exemplos de estudos: 1933, Renato de Mendonça, *A influência africana no português do Brasil* e Jacques Raimundo, *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, atribuem a influência das línguas africanas, praticamente de todas as alterações que distiguiam o PB do PE. Em 1946, Gladstone Chaves de Melo publica *A Língua do Brasil*, marcando a diferença do idioma nacional; em 1963, Serafim da Silva Neto, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*; em 1979, Sílvio Elia, *A unidade lingüística do Brasil*, tais autores admitem a influência das línguas africanas, mas relativizam, por acreditarem num caráter nacionalista do idioma. Já Mattoso Câmara Jr., em seu "Línguas européias de ultramar: o português do Brasil", em 1972, negará um papel relevante às línguas africanas que chegaram ao Brasil.

É também na década de 30, do mesmo século, que se dá a fundação da primeira Faculdade de Filosofia no Brasil, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - 1933. Dois anos depois, com a criação da USP, ela é incorporada por esta. "O início do processo de cientifização dos estudos lingüísticos no Brasil é frequentemente correlacionado à criação

das primeiras Faculdades de Filosofia em São Paulo e no Rio de Janeiro" (ALTMAN, 2004: 69-70).

As décadas de 60 e 70 do século XX mostram um maior volume de discussões a respeito do confronto entre o PB e PE, a partir de variados focos científicos e num momento de disputa entre programas concorrentes no tratamento linguístico.

De um lado, a histórico-filológica e a dialetológica, ambas caracterizadas, respeitadas suas especificidades, por uma orientação diacrônica no tratamento da língua portuguesa, ao menos num primeiro momento. E, de outro, a estruturalista, eminentemente sincrônica, que se constituiu, "via Linguística, em um programa à parte (...) (ALTMAN, 2004: 78).

Fato que impulsionará as pesquisas no Brasil é a implantação em 1962 da Lingüística<sup>28</sup> no currículo mínimo dos cursos de Letras, e que começaria a vigorar em 1963 (ALTMAN, 2004). Apesar da resolução para a disciplina, em 63 Ayron Rodrigues implantou em Brasília (UnB) o primeiro departamento autônomo de Linguistica e o primeiro programa de pós-graduação (op. cit.)

Em 1969, durante o III Instituto Interamericano de Lingüística, oficializou-se a execução do projeto NURC, um dos maiores e mais importantes nessa área. O Projeto previa três fases: gravação, transcrição e análise do *corpus*, os informantes selecionados deveriam se 300 homens e 300 mulheres, com nível superior de escolaridade completo, nascidos ou residentes desde os cinco anos das cidades pesquisadas (centros urbanos: São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e Recife). Dino Preti (que substitui em 1981 Isaac Nicolau Salum) e Ataliba de Castilho são os coordenadores do projeto em São Paulo. Em Porto Alegre, Albino de Bem Veiga; em Recife, Ângela Paiva Dionísio (2009)

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Cf. mais em: Joaquim Mattoso Câmara Jr., "A Linguística brasileira". Trad. Maria Cândida D. Bordenave. EM: A.J. Naro, Current trends in linguistics, V 4, 1976. Em 1938 e 1939, Mattoso Câmara ministrou, pela primeira vez no Brasil, um curso extensivo de Linguística.

(substituiu Maria da Piedade M. de Sá, esta havia substituído José B. Villanova); no Rio de Janeiro, Dinah Insensee Callou (substituiu o Celso Cunha) e; em Salvador, Nélson Rossi Jacyra Andrade Mota e Suzana Alice Marcellino Cardozo (substituíram Nélson Rossi)<sup>29</sup>.

O Projeto NURC se instaurou (...) com o desafio duplo de levar finalmente ao conhecimento da comunidade brasileira a sua realidade linguística em primeiro lugar (cultural, em segundo) e de congregar pesquisadores brasileiros de vários centros do país, aparentemente insatisfeitos com a dispersão dos seus esforços individuais. (ibidem: 87).

Com a chamada democratização do ensino (mas que melhor chamar-se-ia, expansão), os filhos da classe operária começam a freqüentar a escola. A Sociolingüística, então, cumpriu o papel de alertar para a diferença dos falares na escola e para a necessidade de uma nova orientação no ensino, tal qual Labov alertou sobre o "vernáculo negro-americano".

Passamos a destacar a partir de agora publicações e projetos importantes para o desenvolvimento da Sociolingüística no Brasil, numa tentativa de pontuar obras de caráter direcionador ou de expansão de metodologias:

- Em 1974, Dino Preti publica *Sociolingüística: os níveis de fala um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura brasileira*, livro cuja primeira parte é dedicada à explanação sobre um método de estudo da VL. Na segunda parte mostra uma possibilidade de aplicação, ao analisar obras literárias.
- Em 1982, Luiz Antonio Marcuschi escreve, no Boletim da Abralin, que o discurso da escola é monolítico e monótono quanto ao conteúdo e, associa-se à monoliticidade

Fonte: <a href="http://www.fflch.usp.br/dlcv/nurc/historico.htm">http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/,</a>, <a href="http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/">http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/</a>, <a href="http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/">http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/</a>,

ideológica (PIETRI, 2003). Tal declaração vai ao encontro das reflexões da mudança linguística.

- Em 1984, cria-se o projeto VARSUL<sup>30</sup>, que objetiva disponibilizar à comunidade acadêmica um banco de dados com amostras representativas das variedades urbanas faladas no SUL, além de descrever o português falado nessa região. Este projeto se aproxima da planificação do NURC.
- Em 1985, Fernando Tarallo. *Pesquisa Sociolingüística*. Extremamente forte a argumentação em relação à situação. Apresenta uma metodologia de pesquisa a fim de iniciar os pesquisadores, estudantes, professores em uma linha teórica: análise laboviana. Mostra as etapas do procedimento, como coleta de dados, entrevistas, questões a serem levantadas etc.; explica alguns conceitos e termos-chave.
- Em 1990, temos a criação do PROHPOR. Rosa Virgínia Mattos e Silva é a principal idealizadora do Programa para a História da Língua Portuguesa, também é uma tentativa de mapeamento (geográfico e histórico) de "revelar", num segundo momento, o PB. Ela escreve:

O nosso *objetivo geral* foi e é o estudo da constituição histórica da língua portuguesa, definido, como arco de tempo para a pesquisa, o período arcaico (do século XIII a meados do XVI) e, a partir do século XVI, infletir para o estudo do português brasileiro, em perspectiva histórica. (MATTOS E SILVA, 2007: 2).

- Entre 1990 e 2002, os volumes da *Gramática do português falado* são organizados por Ataliba Teixeira de Castilho, Margarida Basílio, Rodolfo Ilari, Mary A. Kato, Ingedore Koch, Maria Helena Moura Neves. Maria Bernadete Abaurre e Ângela C. S. Rodrigues. A

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> Ver mais em: <a href="http://www.pucrs.br/fale/pos/varsul/interno.php?cont=historico">http://www.pucrs.br/fale/pos/varsul/interno.php?cont=historico</a>

*Gramática* visava à sistematização e descrição das regras da língua falada, trabalho amplo e precioso.

- Em 2002, o Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), estimulado por antiga reivindicação da Dra. Anita Novinsky, decidiu criar um Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, dentro do qual atuam vários grupos, denominados como *sala temática*. "A sala temática *Lingüística e Preconceito* foi organizada e será mantida pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância – LEI – que desenvolvem pesquisas sobre a intolerância e os preconceitos lingüísticos e as formas de resistência" <sup>31</sup>. 2010 – São lançadas duas gramáticas que marcam em seu título uma tomada de posição que esperamos ser delineadora de mais um avanço nos estudos sócio-linguísticos brasileiros. A primeira, de Mário A. Perini, *Gramática do Português Brasileiro*, em cuja apresentação encontramos: "Vamos estudar aqui a gramática da língua falada no Brasil por mais de 187 milhões de pessoas. E isto nos leva a outro pponto em que este livro difere das gramáticas comumente adotadas em nossas escolas" (PERINI, 2010: 19). A segunda, de Ataliba T. de Castilho, *Nova Gramática do Português Brasileiro*, em cujo prefácio, escrito por Rodolfo Ilari, encontramos:

"Quando pensamos no nome de um livro que descreve a língua, a primeira palavra que nos ocorre é 'gramática'. E o idioma que tem servido de espaço de comunicação para os 185 milhões de habitantes que o Brasil tem hoje é incontestavelmente isso: o português brasileiro" (ILARI, 2010: 25).

Ambas destacam o caráter de identidade nacional e de privilegiar a língua falada, além disso, encontramos ainda, expressões como: na *Gramática*, "A gente" considerada e usada nos exemplos, no entanto a forma "Elas não consegue subir no banco" consta como

<sup>31</sup> http://www.rumoatolerancia.fflch.usp.br.

variante do PB, mas o autor ressalta que "são correntes na fala da maioria do PB. Aqui vou descrever primariamente a forma mais conservadora" (PERINI, 2010: 273). Já a *Nova*, traz expressões como "pranta", "marelo", "elas saíru", descritas como variedades do português brasileiro e colocadas nos exemplos para descrição das regras de uso.

É essa linha temporal de estudos, brevemente descrita, que compreendemos ser central na formação de tal campo de conhecimento. É a criação e o uso de determinados termos que procuram organizar e configurar uma imagem de mundo, aliados à adesão a outras áreas de contato que marcam, de certa forma, os limites por onde transitam (a Sociologia, a Política, a Antropologia, a Filosofia, a História, a Geografia e a Etnologia) aqueles que se dedicam aos estudos lingüísticos sem abandonar seu caráter imprescindível de produto sócio-cultural.

CAPÍTULO TRÊS: a minha pátria é minha língua

Se Pedro Segundo

Vier aqui

Com historia

Eu boto elle na cadeia

("Senhor Feudal", Oswald de Andrade)

Neste capítulo trataremos de termos que são empregados na produção variacionista,

mas que, no entanto não são específicos dela; aparecem também em outras produções sobre

a língua, ensino, cultura etc. Valem em nossa análise porque percorrem o estudo da Língua

Portuguesa no Brasil e as relações desta com as línguas autóctones, servindo muitas vezes

aos interesses da Sociolingüística para reforçar a caracterização e diferenciação das falas da

colônia com as da metrópole ibérica e, ainda, de uma nova língua surgida já no século XIX.

São, basicamente, os termos "Português Brasileiro" e "Português Europeu".

Porém, antes, é necessário comentar dois conceitos que aparecerão aqui, alertando

desde já, não termos como objetivo nos estender nessa discussão: "a escrita" e "a fala". A

necessidade se dá pela imprecisão na utilização dos mesmos, tentaremos expor aqui,

brevemente, alguns apontamentos a respeito de tais termos, a fim de auxiliar as nossas

reflexões centrais. Sem nos aprofundar, evidentemente, não pretendemos precisar o uso dos

termos, mas alertar para um olhar "mais desconfiado" diante deles.

Normalmente o primeiro conceito é utilizado para marcar os padrões de correção do

segundo e, para marcar um registro de caráter palpável. É comum ouvir a professora

corrigir a fala dos alunos tomando como base os preceitos de como deveria ser a escrita a

partir da Gramática (certo tipo de Gramática, aquela utilizada na escola, chamada também

de normativa ou prescritiva); pude vivenciar isso em três ocasiões principais: como aluno

de E.F. e E.M.; como estagiário e como monitor da disciplina Metodologia do Ensino de

86

Língua Portuguesa lendo os relatórios apresentados. Vários autores da área de ensino de línguas ou da área de variação linguística relataram falas de alunos reclamando da suposta dificuldade do português<sup>32</sup>, "(...) frases como estas [queixas] são ouvidas a todo instante por professores de português. São ditas não só por estudantes, mas até mesmo pelo leigo, ao verificar que está diante de um professor" (COUTO, 1988: 7). Isso ocorre porque é comum, em nossa cultura, utilizar o padrão escrito, baseado como já dissemos em certo tipo de Gramática, para referenciar a fala, talvez por seu caráter perene, talvez por registrar as leis, por demorar mais para se apagar e ser esquecido etc. Além disso, o lugar social atribuído ao professor – e muitas vezes aceito por este – é o de corretor.

Os efeitos dessa atitude e de outras de mesma natureza servirão de justificativa para enunciados muito emblemáticos como: "Eu não sei falar português". Emblemático, visto que é dito em português e, os casos aos quais nos referimos, por falantes da Língua Portuguesa. O próprio falante parece não reconhecer sua língua como sendo a portuguesa, não sendo aquela que é (pr)escrita na escola. O conceito de escrita passa a sinonímia de língua a ser falada, um modelo, a língua portuguesa; donde dever-se-ia falar como se escreve, entendendo a escrita como representação exata da fala. Ou seja, o falante percebe que a sua fala é diferente de uma outra, tida como modelo; uma Língua Padrão a ser seguida. Essa Língua Padrão é associada, constantemente nos meios escolares e acadêmicos, àquilo que é escrito.

A escrita, registro de uma língua representada por sinais numa superfície, não é a representação visual da fala. Aquela não dá conta de assinalar todo o processo que envolve

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Ver também: **COUTO, Hildo Honório do**. O que é português brasileiro? São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. "Português é difícil de demais", "O português é a língua mais difícil do mundo", "Português é a matéria mais chata" etc.

esta. São registros diferentes, possuem materialidade diferente, "caminham" (se deslocam) por suportes desiguais: superfície sólida ou virtual e ar. De certo é possível falar e escrever o que foi dito, mas nunca em sua totalidade. O que procuramos fazer ao grafar a fala é uma imagem aproximada.

Assim, quando, de certa forma, paira uma cobrança de adequabilidade da fala à escrita, é como se cobrassem um "vozeamento" do falante, tão artificial quanto o modelo imposto pelo Estado através da Escola.

A construção de qualquer sistema de representação envolve um processo de diferenciação dos elementos e relações reconhecidas no objeto a ser apresentado e uma seleção daqueles elementos e relações que serão retidos na representação. Uma representação X não é igual à realidade R que representa (se assim for, não seria uma representação, mas uma outra instância R). (FERREIRO, 1986: 10).

Sendo registros diferentes de uma língua, podem apresentar, também, comportamentos diferentes. Poder-se-ia, então, estabelecer uma gramática particular a ambas. Como, por exemplo, o que diz Possenti, ao diferenciar dois tipos de gramática, a primeira com caráter prescritivo, voltada para quem quer "falar e escrever corretamente" e, a segunda, em que temos um "conjunto de regras que um cientista dedicado ao estudo de fatos da língua encontra nos dados que analisa a partir de uma certa teoria e de um certo método". (POSSENTI, 2006: 47) [grifo nosso]; o segundo tipo, segundo o autor, teria uma preocupação com o como se diz e o primeiro em como se deve dizer.

Entretanto, o verbo "encontrar" pode funcionar aqui como uma espécie de argumentação em favor da neutralidade do fazer científico. Em alguns casos seria melhor o verbo "produzir"; como, por exemplo, pelo gesto de eleger uma das variedades para ser referida como Língua Padrão ou PB, ou eleger para ser o Não-Padrão. A Gramática

Tradicional (ou prescritiva) incluída no primeiro tipo da explicação de Possenti, se justifica a partir de dados também, não da fala, mas da literatura.

Tomando a obra de Kuhn, Pêcheux afirma que a produção do conhecimento faz parte da relação de forças (disputa de classes) estabelecida historicamente, assim, quando sugerimos a palavra "produzir" ao invés de "encontrar" (utilizada por Possenti), nos parece mais convergente com a reflexão do analista francês.

Ora, a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes, como o "bom lado" da história se oporia ao "mau lado"; essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes. Isso implica que a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma "inovação nas mentalidades", uma "criação da imaginação humana", um "desarranjo dos hábitos do pensamento", etc. (cf. T. S. Kühn), mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica. (PÊCHEUX, 1998: 190).

Não é o Homem, pretendido universal, que produz um conhecimento. É um homem localizado (e ator) nas relações historicamente definíveis e que ocupa um lugar nas condições e mecanismos de reprodução do atual modo de produção. Assim, o recorte feito das variedades (ou dos dados de uma pesquisa) corresponde ao desenvolvimento das relações sociais e representa um componente na correlação de forças dentro da luta de classes.

O predomínio da prescrição quanto ao ensino de língua, ou seja, o predomínio do primeiro tipo de gramática, o qual se preocupa com o "como se deve falar e escrever" talvez seja um indício da confusão quanto a tomar a fala pela escrita. Para Britto:

A distinção entre oralidade e escrita e a conseqüente percepção de que o padrão estabelecido para esta se impunha como paradigma de avaliação também daquela só se estabeleceu definitivamente com o advento da lingüística moderna. Ao buscar formular as bases formais da ciência lingüística, privilegiando a fala e a sincronia como aspectos fundamentais do estudo da linguagem, Saussure (1916) apontava para o fato de que a língua tem uma tradição oral independente da escrita e é bem

diversamente fixada, sendo, portanto, um equívoco querer avaliar a língua oral a partir da representação escrita. (BRITTO, 1997: 51).

Há uma ligação muito forte entre a gramática (aqui num sentido mais amplo, entendido como organização linguística), a Língua Padrão, a norma culta com a escrita. Tais formas agem se sobrepondo a qualquer outro registro (ou modalidade ou forma) que apareça no uso de uma comunidade.

A escrita tende a ser associada às sociedades mais civilizadas, isso por vigorar na "inteligência" da humanidade, ainda, fortes marcas de evolucionismo positivista. Como se a capacidade de imprimir em um material as marcas da oralidade, que posteriormente foram sistematizadas e padronizadas, se transformando "no escrito", qualifica-se positivamente tal civilização como "civilização". As sociedades ágrafas aparecem como menores, faltantes de civilidade, prontos para "acolher" processos civilizatórios, olhar que justificou inúmeros massacres, por exemplo na América Latina. É evidente que a História tem força para negar isso, basta voltar os olhos à Antigüidade e ouvir o canto das musas de Homero, transmitido oralmente<sup>33</sup>.

Mas quais interesses subjazem à predominância da escrita? Rosiello (1984) afirma que a norma escrita se construiu aliada a grupos sociais que exerciam o poder:

Desde as primeiras análises lingüísticas levadas a cabo sobre as línguas mãe, quer diretamente, como é o caso das análises fonéticas e morfológicas dos antigos gramáticos indianos, quer indiretamente, como é o caso das análises das unidades significativas, implícitas na elaboração de sistemas de escrita ideográfica (egípcia, chinesa etc.), surge uma concepção de instrumento de comunicação como patrimônio cultural de uma classe no poder que individualiza na comunicação lingüística (falada

acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto.

2

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Veja também, SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro (...). Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se

e escrita) um instrumento de seu domínio baseado na organização (burocrática, escolar etc.) de uma casta de intelectuais a quem está confiada a tarefa de transmissão de uma certa tradição cultural e da elaboração de instrumentos de comunicação capazes de consolidar a ideologia das classes dominantes. (ROSIELLO, 1984: 83-4).

A língua (não só em sua forma falada), padronizada e transmitida, transmite também um modo de organização, um conjunto de formas e valores culturais que interessa à manutenção da ordem vigente (vale dizer, da classe dominante).

## 3.1 – pela pátria a língua (PB e PE)

Iniciamos nesse ponto, efetivamente, a análise dos dados. Vale relembrar que os textos formadores do *corpus* pressupõem, de maneira geral, leitores com um bom conhecimento técnico, isso porque eles apresentam vários termos específicos da área.

Selecionamos para esse subitem trechos que se utilizam de expressões compostas por português e mais algum qualificador: português brasileiro, português geral, português europeu. De forma geral o que temos é o Português Brasileiro e o Português Europeu, este foi a língua imposta ao Brasil por conta do processo de colonização, evidentemente o termo Europeu é posterior à colonização; aquele é a nomenclatura reclamada por vários lingüistas brasileiros por entenderem que a língua utilizada no Brasil já é demais diferente daquela "depositada" colonizadores.  $\mathbf{O}$ associa-se aqui pelos Gramática Normativa/Tradicional, pois é através desta modalidade de gramática que ele nos foi transmitido e ainda é. A GT tem sido alvo de constantes críticas por não sustentar estruturalmente a realidade dos usos brasileiros da língua. Já o PB associa-se à soberania cultural do Brasil, é levantado como bandeira de identidade, mas quando conquista mais espaço se subdivide em Língua Padrão e Língua Não-Padrão, reproduzindo assim uma nova disputa, voltaremos a esse ponto mais adiante.

Vejamos então os trechos. O primeiro, para relembrar a organização, é de Silva (Mattos e Silva), está na página 85 se seu livro selecionado para nosso *corpus*.

### 1 - S (p.85)

Onde está o homem, está a sua voz, e essa voz veiculava, certamente, o **português geral brasileiro**, que se pode conjeturar como altamente diversificado e variável (...). Apresenta desde variedades pidginizadas até variedades próximas ao **português europeu**, não excluindo a possibilidade de existência de línguas crioulas, tudo a depender da história social e sociolingüística dos indivíduos, de grupos de indivíduos e, no caso de línguas crioulas, a depender da sócio-história lingüística das comunidades. [destaque nosso]

De início, a autora vincula de modo irreparável a língua à presença do falante, não só em termos individuais, daí podemos dizer: Portugal veio para Pindorama e trouxe sua fala. Aqui, o poder político da metrópole criou (produziu) o Brasil. O homem é um "falasser" <sup>34</sup>, onde está seu corpo está sua fala; da base material e inserção cultural, constrói seus hábitos, ideias e falas (comunicação).

O trecho aponta para uma mistura linguística formada por algumas variedades dando origem ao português geral brasileiro. Note-se que a autora decide usar o termo "conjeturar", visto que não há dados suficientes para afirmar. Constrói-se aí a imagem de uma língua diversificada, às vezes maior até do que a matriz européia, imprimindo um tom nacionalista ao texto. Tal imagem nos remete ao processo antropofágico de Oswald de

Editor, 1998. Foi para não perdê-lo, esse pulo de sentido [bond du sens], que enunciei agora que é preciso sustentar que o homem tem um corpo, ou, em outras palavras, que é falasser por natureza. (...) Ao fazer tão barato seu próprio corpo, ele demonstra que 'UOM tem um corpo' não quer dizer nada, se não fizer todos os outros pagarem o dízimo por isso. (pp. 562-3).

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Cf. LACAN, Jacques. "Joyce, o sinthoma". Em: *Escritos*. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998. Foi para não perdê-lo esse pulo de sentido [bond du sens], que enunciei agora que é preciso.

Andrade: "Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago". O PB tomaria tudo que não é ele, ou melhor, a Ciência o recortaria através de colagens múltiplas, somando umas às outras e resultando no PB.

## 2 - S (p. 90)

Os atores fundamentais no contexto do multilinguismo / multidialetalismo do Brasil colonial foram: a. o **português europeu** na sua dialetação diatópica, diastrática e diacrônica, que teria ao longo do período colonial um contingente médio de 30% da população brasileira; seria esse **português europeu** base histórica do **português culto brasileiro** que começaria a elaborar-se a partir da segunda metade do século XVIII;

- b. as línguas gerais indígenas, que, plurais e dialetalizadas, poderiam até confundir-se com o **português geral brasileiro** nas áreas geográficas delimitáveis em que se difundiram;
- c. o **português geral brasileiro**, antecedente histórico do **português popular brasileiro** que, adquirido na oralidade e em situação de aquisição imperfeita, é difundido pelo geral do Brasil sobretudo pela maciça presença da população africana e dos afro-descendentes que perfizeram uma média de mais de 60% da população por todo o período colonial.

Nesse trecho são apontadas as principais fontes do cenário multilíngüe do Brasil.

Temos aí quatro denominações diferentes para o português brasileiro. Teríamos o seguinte esquema então, segundo a autora:

- português europeu [gerou] português culto brasileiro
- português geral brasileiro [gerou] português popular brasileiro

Se esses são os "fundamentais", há outros que também compõem tal cenário. Desenha-se um passado multilíngüe, misturas de identidades e apontam-se as origens do português culto, do português popular brasileiro e do português geral brasileiro. As duas principais variedades, consideradas pela autora, faladas no Brasil de hoje, parecem

caminhar paralelamente, mantendo a tensão polarizante: de um lado o culto e de outro o popular<sup>35</sup>, este de "situação de aquisição imperfeita" e oral.

A imagem de país possuidor de diversidade étnica, cultural, natural, aparece também nessa forma utilizada pela autora para descrever algumas das fontes linguísticas brasileiras. E o termo quantificador indefinido "algumas" (que utilizamos a partir da pressuposição contida no significado do termo "fundamentais", utilizado pela autora) reforça haver o múltiplo.

# 3 - S (p.15)

O caso xinguano é exemplar, no bom sentido, talvez único no Brasil indígena: ali, no Mato Grosso do norte, sobrevivem em região de refúgio, o Parque Nacional do Xingu, quinze grupos indígenas, com suas línguas de origem e, como língua franca, de intercomunicação entre as tribos, aflora o **português xinguano**, numa das variantes do português brasileiro.

O trecho 1 traz para a discussão a identidade ligada à língua, o trecho 2 a sistematização das fontes, desembocando em duas variedades marcadamente opositoras, ambos a partir do "português". Nesse trecho (3), há uma situação diferente, temos a qualificação de uma língua indígena. Nos chama à atenção o fato de ela ser nomeada de "português xinguano". Não é uma língua de origem indígena? Não seria uma variedade do xinguano? Parece que o português precede, assim como no caso – só que justificável – do português brasileiro, precede a língua indígena em questão. A ordem dos termos, primeiro "português", depois "xinguano", coloca a língua indígena subordinada à européia. "Xinguano" vira adjetivo (determinante) de "português". Ocorre uma inversão de significado e uma inversão histórica.

3

Mais adiante analisaremos os termos "culto" e "popular" associados à língua. Adiantamos aqui a possibilidade de associá-los à luta de classes, atualmente. Sem ser anacrônicos, para o período colonial, podemos associá-los à dominação da metrópole sobre a colônia. Não à toa, o primeiro período histórico referido foi o de acumulação primitiva do capital, o que possibilitou construir as bases para o seu desenvolvimento. A dominação estava lá como cá.

A autora se vale de outra expressão que nos chama á atenção: "Mato Grosso do norte". Embora a palavra "norte" esteja grafada com letra minúscula, não traz nenhuma indicação do que se queira dizer. Escrevendo assim cria mais uma divisão e, a divisão pode criar a imagem de um cenário com maior diversidade.

Tomando nesse ponto a esquematização de Pêcheux (1993[1969]:pp.81-4) a respeito da teoria da comunicação (esquema "informacional" <sup>36</sup>), na qual ele afirma que a sequência verbal emitida pelo destinador ao destinatário não tem caráter puramente informativo, mas abarca um efeito de sentido; podemos investigar qual seria o efeito causado pelo uso do termo "norte". O *corpus* de nosso trabalho possui obras de quatro décadas, 70 até primeiros anos de 2000. Ainda que o trecho anterior tenha sido publicado em 2005 (o trecho selecionado é do capítulo um, cuja primeira versão é de 1993), não podemos descartar a forte influência dos trabalhos anteriores, que se configuram num contexto de luta pela redemocratização e, nesse campo de batalha, a diversidade e pluralidade têm papel fundamental, uma vez que possibilita mostrar as inúmeras vozes sociais frente à voz ditatorial dos militares.

Osakabe (1999), tendo em vista as reflexões de Pêcheux acerca da função não puramente informativa do destinador, diz que o discurso deveria ser dimensionado em duas

Michel Pêcheux se baseia na esquematização de Roman Jakobson: "A linguagem deve ser estudada em toda variedade de suas funções. Antes de discutir a função poética, devemos definir-lhe o lugar entre as outras funções da linguagem. Para se ter uma idéia geral dessas funções, é mister uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo processo linguístico, de todo ato de comunicação verbal. O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (ou "referente", em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outra palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um CONTATO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação. Jakobson, Roman. *Linguística e Comunicação*. Tr. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: 7ªed. Cultrix, 1974, pp.122-3.

direções distintas. Assim, ele seria relacionado a uma individualidade dentre os inúmeros discursos (no nosso caso da Sociolinguísitca), mas também a um possível discurso único, este associado às condições de produção (para além da Sociolinguísitca).

Numa hipótese bastante precária e que necessariamente terá ainda de ser amadurecida, sobretudo por uma investigação que considere os interesses e conhecimentos de outras ciências humanas, tem-se que o discurso deve ser dimensionado em duas direções distintas: a primeira em direção às informações que ele, enquanto individualidade, revela e, a segunda direção, às informações que se revelam pelo seu relacionamento com outros discursos, delimitados por critérios que importem do ponto de vista do interesse específico que regeria tal pesquisa". (OSAKABE : 1999, p. 107-8).

Segundo o autor, poderíamos dizer que os trechos trazem, numa direção, uma informação a respeito da diversidade linguística e formação de uma língua nacional; em outra direção, se filiam a um discurso de construção da identidade nacional e da diversidade cultural, frente ao autoritarismo político homogeneizador.

#### 4 - S(p.25)

A exploração sistemática do que o Projeto NURC pode fornecer em função de uma definição das ditas normas cultas do Brasil será de extrema significação para o conhecimento efetivo de variantes diatópicas dos estratos letrados do Brasil e será também, certamente, um instrumental indispensável para o embasamento do ensino gramatical na escola brasileira, que convive ou com a irrealidade da idealização gramatical tradicional, ou, sem rumo, os professores que não têm uma formação adequada – o que é o mais geral por razões sociopolíticas conhecidas – não têm suporte pra rever pela base o ensino de **português brasileiro**, língua materna da grande maioria dos estudantes.

Ao se referir ao Projeto NURC, a autora toma como nacional um levantamento de dados (decerto de grande importância), mas que abrange algumas capitais<sup>37</sup>, consideradas as mais populosas e melhor – de certo ponto de vista – desenvolvidas no sentido urbano. O

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Em 1968, ano que marca o lançamento da proposta do Projeto NURC, ficou decidido que a coleta de dados deveria abranger as cinco principais capitais com mais de um milhão de habitantes: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. [nota nossa].

"conhecimento efetivo" apontado no trecho, é na verdade um conhecimento parcial das camadas letradas.

A nomeada, no trecho, "exploração sistemática" se apresenta como "instrumento indispensável" para resolver dois problemas do "ensino gramatical": "irrealidade da idealização gramatical tradicional" e "os professores que não têm uma formação adequada". Quanto ao primeiro problema, o trecho não traz ressalva alguma a cerca do ensino da gramática como central na sala de aula, como se a solução para esses problemas passa por trocar o PE pela NC; além disso, a idealização da língua permaneceria, dado que a amostragem de cinco capitais não dá um quadro geral da língua falada nem mesmo nos estratos mais letrados<sup>38</sup>. Quanto ao segundo problema, entendemos que a pesquisa deva ser uma constante no processo contínuo de formação de professores, mas a formação através do Projeto seria ainda insuficiente, pois teríamos (mais uma vez) um modelo fechado de língua padrão, regional passando por nacional. Assim, ensinada na escola a NC com valor de PB, teremos um falseamento da realidade; permanecendo, estruturalmente, as mesmas condições que permitem as críticas atuais quanto a irrealidade linguística entre a escola e os alunos.

No período de levantamento de dados do Projeto NURC a população rural era maior do que a urbana, se não o era, isso se dava pelo êxodo rural; sendo assim, muito provavelmente, havia uma(s) variedade(s) usada(s) por um número significativo de habitantes.

Nessa passagem ainda, a autora qualifica o PB como a língua materna "da grande maioria dos estudantes" (última linha do trecho), no entanto, aponta para as normas cultas,

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Se contabilizarmos a população das cinco capitais pesquisadas pelo NURC, com dados atuais do IBGE, teremos por volta de 22 milhões de habitantes no **total**, sem fazer o recorte daqueles com nível superior.

variedade das elites urbanas, coletadas pelo NURC como "embasamento" para o ensino. Conhecer as variedades (não variantes, como está no excerto) dos estratos letrados é insuficiente também para uma formação adequada. Ao colocar num mesmo parágrafo a indicação de exploração de um recorte que apresenta as variedades da elite culta como embasamento para o ensino do PB, presta-se a um serviço de manutenção estrutural, cria-se a imagem de que a língua da grande maioria é a NC.

E o que é ter uma formação adequada? Qual seria o suporte para rever pela base? Um dos motivos para, também por razões sociopolíticas (des)conhecidas, é a desvinculação da pesquisa da docência na Educação Básica. Isso parte de dentro da Universidade, cada vez mais adaptada à divisão do trabalho.

Para trabalharmos os trechos seguintes (5 e 6); de um mesmo autor, Castilho, vamos primeiramente destacar algumas passagens dos mesmos, a fim de pôr em relevo características comuns a eles. Em seguida comentaremos o conjunto.

### 5 - C (p.127)

Também aqui, reflexões diacrônicas sobre a constituição do quadro identificado por Duarte são bastante reveladoras. Assim, no quadro de um trabalho sobre as estratégias de pronominalização no **Português Brasileiro**, Tarallo (1983) comprovou uma continuada queda no preenchimento de OD (...).

Nesse trecho, baseado em outro autor, aponta-se uma característica do PB como sendo a "queda" de um elemento "queda no preenchimento de OD".

# 6 - C (p.140)

O rápido desaparecimento dos clíticos no PB deve favorecer o uso das relativas copiadoras e cortadoras.

No trecho 6, outra caracterização do PB é dada a partir do suposto desaparecimento de uma estrutura "o rápido desaparecimento dos clíticos".

O que nos chama a atenção nesses dois trechos é o fato de caracterizarem o PB através da ausência (queda e desaparecimento). Para o autor, algumas estruturas estão ausentes em relação ao PE, numa visão diacrônica sendo este anterior àquele. Em uma das passagens (Trecho 5), apresenta uma diferença sintática, o primeiro seria mais sintético ou objetivo em relação ao segundo, no sentido de faltar ou dispensar uma estrutura.

Temos então, por enquanto, de um lado um conjunto de trechos caracterizando o PB como heterogêneo, diversificado; por outro, como estruturas que perderam elementos em relação ao PE. Isso nos faz pensar em dois processos distintos: um de somatória (trechos 1 ao 4) e um de subtração<sup>39</sup> (trechos 5 e 6).

Assim, se procurarmos conjugar esses dois processos distintos, diríamos que, como faltaria uma identidade ao brasileiro, no sentido de ser uma mistura, retomando, mais uma vez, a antropofagia oswaldiana, é dessa soma que surge a falta. Ou a soma de tudo menos algumas coisas. Podemos relacionar também a um movimento de seleção não arbitrária.

Essa identidade poderia ser vista como consciência de classe. Desde os 60% de não brancos, apontados (anteriormente, na p.86 dessa pesquisa) no trecho 2 de Silva [2-S (p.90)] até hoje, falta a legitimidade institucional da língua falada pela classe dominada.

#### 7 - B (p.24)

Quando dizemos que no Brasil se fala *português*, usamos esse nome simplesmente por comodidade e por uma razão histórica, justamente a de termos sido uma colônia de Portugal. Do ponto de vista lingüístico, porém, a língua falada no Brasil já tem uma *gramática* – isto é, tem regras de funcionamento – que cada vez mais se diferencia da gramática falada em Portugal. Por isso os

 $<sup>^{39}</sup>$  Não colocamos aqui um trecho selecionado no início da pesquisa, por não apresentar a expressão PB e nem PE, no entanto ele fala de "português popular de São Paulo". Tal trecho também traz uma caracterização baseada na ausência de concordância verbal. [C-(10) – "Lemle-Naro (1997) mostraram que há uma correlação entre a presença da concordância e um distanciamento morfológico maior entre a forma verbal do singular do plural (como entre  $\acute{e}$  e  $s\~ao$ , por exemplo) e a **ausência de concordância** quando essas formas são morfologicamente aproximadas, como entre fala e falam. Rodrigues (1987) mostrou que os falantes do "português popular" de São Paulo aplicam as mesmas regras de concordância verbal".]

lingüistas (os cientistas da linguagem) preferem usar o termo *português brasileiro*, por ser mais claro e marcar bem essa diferença.

Os dois motivos apontados nesse trecho para que se use o nome *português* para nossa língua são colocados em equivalência através do conectivo ("e"): "comodidade" e "razão histórica". "Comodidade" não é um conceito de mesma natureza de "razões históricas". Parece ingênuo alegar comodidade, e de má fé (sartreanamente) incluir todos através do "nós". A crença do autor no aspecto "comodidade" esconde a incapacidade de afirmarmos que falamos outra língua ou a impossibilidade política de nomear uma nova língua. Ao "nos incluir" delega a sua escolha para o leitor ou para seus pares de formação acadêmica.

Quem é o "nós", sujeito sintático empregado pelo autor, do verbo "dizemos"? Podemos pensar em duas respostas a princípio: os lingüistas ou os falantes de modo geral. Se forem estes, de certo modo tudo bem, pois não têm (pelo menos de modo geral, apesar do conhecimento epilinguístico) os saberes técnicos para classificar; porém, se forem os lingüistas (qualificados como cientistas) há um problema de falta de ação políticocientífica, visto que parece tão óbvio que não falamos português, segundo o próprio Bagno: "do ponto de vista linguístico, porém, a língua falada no Brasil já tem uma gramática – isto é, tem regras de funcionamento – que cada vez mais se diferencia da gramática falada em Portugal".

# 8 - S (p. 50)

Uma história do **português brasileiro** terá como objetivo fundamental, interpretar o passado lingüístico e sócio-histórico do Brasil, em que, na segunda metade do século XVIII, a língua de colonização se tornou hegemônica e oficial, para dar conta da inter-relação entre sócio-história e história lingüística na constituição do **português brasileiro** heterogêneo, plural e polarizado.

Aqui é explícita a caracterização do PB como heterogêneo, plural e polarizado, esse movimento vai ao encontro de um discurso político em evidência nos anos 90 de inclusão,

pluralidade e respeito. Nada muito diferente do que propõe a sociolingüística dominante no Brasil, dominante porque ganhou politicamente e indica a direção dos estudos. Respeitar, adequar, valorizar e incluir: um pacto.

Os trechos vistos aqui poderiam ser agrupados em dois grandes blocos:

1- defende o caráter plural de sua formação, embora pleiteie o particular do PB;

2- caracteriza pela falta.

Se aproximarmos a já mencionada fala "Eu não sei falar português" à recomendação de adequação linguística, que "aceita" e "respeita" a pluralidade das falas, mas cada qual em seu espaço; gera-se uma imagem de língua que pode aceitar as variedades populares (somatória), mas que faltaria ao falante algo, dominar a NC ou subtrair-se-á dele a sua fala materna e oferecer-se-á a NC.

#### 3.2 - Passos à frente

É evidente e inegável a contribuição dos textos analisados até o momento no que tange às discussões a respeito de derrubar a hegemonia da GT (associada ao PE) e buscar caracterizar o PB; visto que aquela não representa a realidade lingüística do país e, boa parte dos falantes não reconhecerem nela a sua língua, por se criarem "mitos" e concepções preconceituosas a respeito de uma suposta unidade lingüística existente ou por ser alcançada, levando a desprezar a diferença cultural, imprimindo um caráter de superioridade na cultura das classes privilegiadas.

(...) o ensino de gramática e da norma culta devem permanecer na escola regular porque contribuiriam para diminuir o estigma social do indivíduo escolarizado (já que este passaria a falar, quando preciso, uma variedade lingüística de prestígio) facilitando-lhe a inserção no mercado de trabalho; além disso, sustenta esta linha de pensamento que o ensino sistemático da gramática permitiria ao sujeito maior domínio das estruturas lingüísticas e maior capacidade de raciocínio. Finalmente, o ensino da norma culta se justificaria na medida em que garantiria uma unidade superior da língua

nacional. Minha conclusão, em função do percurso analítico adotado, não é a mesma. (BRITTO, 1997: 13).

É preciso deixar claro que selecionamos para esse trabalho apenas o discurso que se opõe ao PE. Se pensarmos que a Gramática é um conjunto de possibilidades de construção de uma língua e, que ela pode ter caráter prescritivo ou descritivo, a Norma Culta se coloca como um referencial para o uso da língua baseado na realidade material dos falantes contemporâneos e não num conjunto canônico de escritores de séculos passados, uma das justificativas da GT. O levantamento de dados de falantes cultos embasaria uma nova Língua Padrão, em substituição à GT. Entendemos que o papel crítico exercido por esse discurso apresentado em nosso *corpus* já acumulou e produziu conhecimento durante décadas, como vimos no capítulo anterior, suficiente para que o próprio passe agora pelo crivo da crítica.

Diante do conjunto de excertos, é possível estabelecer um cenário cujo conteúdo, em princípio, apresente numa leitura macro, um discurso de oferecimento de um modelo e um anti-modelo – NC ocupando o lugar de língua padrão, como a variedade representante do PB, e Gramática Tradicional respectivamente. No entanto, o raciocínio argumentativo que se cria para legitimar essa nova norma (agora a culta), acaba se valendo também do prestígio de seus falantes. Como anteriormente se valia a GT.

Habitualmente, o modelo glorificado é proposto para a imitação de todos; por vezes trata-se de um modelo reservado a um pequeno número ou somente à própria pessoa; por vezes é um padrão (*pattern*) a ser seguido em certas circunstâncias (...).

Um homem, um meio, uma época serão caracterizados pelos modelos que se propõem e pela maneira pela qual os concebem. (PERELMAN: 2002. p. 414).

O discurso sociolingüista representa um avanço intelectual e político no conflito PBxPE. Não obstante, o caminho ainda é longo, sendo necessário avançar para além da exaltação das conquistas e reprodução dos discursos.

(...) o que funciona nos processos discursivos é uma série de informações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). (PÊCHEUX: 1993, 82).

De alguma forma, as classes populares aceitam tal imposição de uma imagem da variedade a ser aprendida como sendo a representante da língua. Autores instalados em um lugar de poder, em um lugar a partir do qual sua palavra vale socialmente e, sustentados em procedimentos reconhecidos como válidos na sociedade, a pesquisa científica e o direito de divulgá-la, dizem ao falante qual é a sua língua. Os falantes, por sua vez, absorvem o que lhes dizem tais autores, chegando a negar a própria língua (materna). Com isso, nem impulsionam um movimento no sentido de equiparar, "valorativamente", sua língua, já que é a da maioria, nem avançam no sentido de apropriar-se do conhecimento dominante, muitas vezes negado pelas próprias estruturas institucionais e modelos de ensino.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2007: 17).

O caráter institucional é extremamente repressor, no sentido de impedir que o pensar novo venha à tona. É estar institucionalizado que legitima o pensamento em nossa

sociedade. É preciso entrar no mundo letrado para questioná-lo, ou entrar na academia para ser reconhecido e poder opor-se a ela. Pelo menos por enquanto.

# CAPÍTULO QUATRO: a língua da ciência: pátria ou classe

Seres ou não seres / Eis a questão

Raça mutante por degradação / seu dialeto sugere um som / são movimentos de uma nação / raps e hippies / e roupas rasgadas / ouço acentos palavras largadas / pelas calçadas sem arquiteto / casas montadas, estranho projeto (...) / de Porto Alegre ao Acre / a pobreza só muda o sotaque.

(Seres Tupy, Pedro Luís)

Neste capítulo trataremos dos termos cuja vinculação pode-se dar estritamente ao campo da Variação Linguística, parte da Sociolingüística que aborda a mudança linguística (tratamos mais detidamente do desenvolvimento histórico desse campo científico no capítulo 2, traçando um breve panorama dos autores considerados sustentáculos de tal pensamento, apontando sinteticamente alguns fatos e produções).

Tomaremos como referência para análise desses termos, a definição encontrada no texto *Pesquisa Sociolingüística*, de Fernando Tarallo, que apresenta um "vocabulário crítico" <sup>40</sup>; dos textos analisados, esse foi o único que apresentou definições explicitamente. Tal livro pretende ser um introdutor de um método de análise variacionista e sua escolha deveu-se ao vasto uso que se faz dele em curso de Letras (a 1ª edição é de 1985 e a atual é a 8ª, de 2007). Quando necessário recorreremos aos escritos de Willian Labov, autor no qual se referencia Tarallo.

Segue nossa leitura e trechos do "vocabulário":

1- Variantes: são os termos ou as expressões equivalentes, no sentido de referir a um dado da realidade, que podem ser usados nas diferentes formas de dizer algo. Ex.: a gente ou nós ou nóis. Segundo Tarallo: "Conjunto de formas lingüísticas que compõem uma

105

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> O livro *Sociolingüística: uma introdução crítica* (2002, ver bibliografia), de Louis-Jean Calvet, possui também um glossário. Encontramos neste os termos "variedade" e "variante", cuja definição corrobora com a de Tarallo.

variável; podem ser: padrão, não-padrão, conservadora, inovadora, estigmatizada e de prestígio". (TARALLO, 2004: 88).

- 2- Variável: são as formas que podem ser cambiadas dentro de uma posição no enunciado. Retomando a definição de variantes, a variável é a 1ª pessoa do plural. A variável compõe-se, então, do agrupamento das variantes (nós, nóis e a gente).
- 3- Variedade: é a possibilidade de se representar, ou executar, a língua de variadas maneiras.
- 4- Variação: é o fenômeno que abarca tais acontecimentos, a possibilidade e o fato de as línguas se manifestarem de formas diversas dependendo de fatores sociais, regionais, faixa etária, gênero, situação e estilo. Calvet (2002) afirma que a Sociolinguística reconhece a VL como constitutiva de todas as línguas. Para Tarallo, é a "Sociolingüística Quantitativa". Vale destacar aqui, que Castilho (1978) utiliza o termo "variabilidade":

A norma prescritiva não está a salvo do fenômeno da variabilidade lingüística. Embora a extensão dessa variabilidade em sua intersecção com a norma flutue de comunidade para comunidade, importa reter desde logo que a norma prescrita não tem unidade. (op. cit. : 16).

Para não ficarmos com um vazio conceitual, Castilho define a "Norma prescritiva" como sendo a soma da atitude e dos usos dos falantes das classes de prestígio social frente à linguagem praticada por essas. Ou seja, seriam as recomendações do que é reconhecido por "bom uso" da língua por esses mesmos falantes.

Em nosso trabalho, verificamos nos textos analisados que o termo "variedade" apareceu polarizado: a Língua Padrão (tida como prestigiada) e a Não-Padrão (a não prestigiada), assim deixa-se de fora inúmeras formas (ou variedades); como por exemplo, podendo-se dizer assim: variedade caipira, mineira, carioca, sertaneja etc. desse ponto de

vista, a NC também é uma variedade, estruturalmente equivalente às demais. No entanto, é essa última a que recebeu a condição de língua padrão.

## 4.1 Variedade

Neste item observaremos 9 trechos (T9 – T17) a partir dos quais procuraremos analisar os usos do termo "variedade", verificar sua (ir)regularidade e o entorno. Também examinaremos se há algum processo de construção de sinonímia, tal processo baseado em PÊCHEUX (1993). "Temos, pois, uma série de efeitos metafóricos (...) cujo efeito é manter uma ancoragem semântica através de uma variação da superfície do texto (...)". (p.97).

Podemos ter assim, numa série de enunciados, termos que não se repetem, porém os enunciados continuam semanticamente equivalentes. Os termos ocupam a mesma função dentro do respectivo enunciado, sendo passíveis de substituição, caso realmente os enunciados sejam equivalentes.

### 9 - B (p.16)

São essas graves diferenças de *status* social que explicam a existência em nosso país, de um verdadeiro abismo lingüístico entre os falantes das **variedades** não-padrão do português brasileiro – que são a maioria de nossa população – e os falantes da (suposta) **variedade** culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola.

Nesse trecho o autor utiliza o termo "variedade" conforme definido por Tarallo; entendido como a fala de porções da população, divididas socialmente e/ou regionalmente. A constituição das variedades acontece pautada na base material, assim, para Bagno, o abismo social propiciaria, também, o abismo lingüístico. A relação é antes social e depois linguística. Embora o autor use o termo no plural "variedades", o que é não-padrão fica indefinido (no limite é aquilo que não é culto). Todas as variedades não-padrão recebem o mesmo rótulo.

Outro aspecto a se destacar é o apontamento de que há uma variedade ensinada pela escola e outra não, a da maioria dos falantes fica excluída desse espaço, pelo menos como objeto de estudo, uma vez que as variedades não-padrão estão na escola através da fala daqueles que a "possuem" (e não só na boca dos alunos, mas também na dos professores), para serem "higienizadas" (normatizadas) pelos processos escolares. A ensinada na escola está determinada: é a NC, ou a variedade culta, uma variedade mais afeita ao PE, ainda que procure representar o PB. Podemos levantar dois questionamentos para esse último período do trecho: "os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola". Ao dizer que tal variedade é "suposta" e "mal definida", parece contraditório afirmar que ela é ensinada na escola, visto que espera-se que na escola esteja a língua oficial. Há uma certeza (verbo é) da sua existência se opondo com uma indefinição na sua formalização.

#### 10 - R (p.23)

Pode-se representar a força padronizadora da língua-padrão por um vetor que se denominará vetor de assimilação. Nos países desenvolvidos, são fatores principais da assimilação o prestígio da língua culta e a ação das agências que a implementam, dentre as quais se destaca a escola. Opõe-se a essa força outro vetor, o da manutenção das **variedades** não-padrão, que se apóia principalmente em fatores de natureza psicossocial, pois essas **variedades** tendem a ser associadas à dimensão de solidariedade das relações intragrupo e passam a funcionar como símbolo de coesão e identidade.

O uso do termo se mantém regular, assim como a associação do termo "língua" ao que é padrão e do termo "variedade" ao que não é padrão, já visto no trecho anterior, de outro autor.

É importante observar aqui, como vimos já em outras passagens, um jogo de forças em oposição: "vetor de assimilação" X "vetor de manutenção". A palavra manutenção refere-se nessa passagem ao não-padrão, veremos mais adiante que estas variedades estão mais ligadas à renovação, à mudança. Cabendo assim ao padrão conservar ou manter. O

termo "manutenção" se relaciona mais com a idéia de conservar ou de sustentar. Já o termo "assimilação" pode indicar um processo assimilador sobre os falantes, no sentido de "abandonarem" seus costumes e hábitos e assumirem novos, como a variedade padrão. Assim, parece-nos que "manutenção" e "assimilação" estão na mesma ordem: processo de assimilação para se obter a manutenção.

Entendemos ser possível também, interpretar tal idéia no sentido de manutenção da identidade, não se adequando ao padrão ou ao que se coloca como de maior prestígio (semelhante ao estudo de Labov em Martha's Vineyard). Nesse caso, manter seria objetivo dos dois vetores.

A autora afirma que nos "países desenvolvidos" temos como "fatores principais da assimilação o prestígio da língua culta e a ação das agências que a implementam, dentre as quais se destaca a escola", entretanto nos subdesenvolvidos também vemos a ação de "agencias", ou melhor, Instituições públicas e poder midiático. Preferimos pontuar como forças conservadoras (ou de contenção). Colocado dessa forma, no trecho 10, cria-se a impressão de que nos países desenvolvidos a língua sofre maior controle e bloqueio para suas modificações. Quando, é possível notar que a correlação de forças num embate, hoje chamado de classe, está presente em qualquer comunidade linguística na qual há relação de poder e controle entre os membros em suas relações de produção.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> Segundo o Aurélio, uma das cepções é "Processo através do qual um grupo social ou cultural se torna parte de outro. Por exemplo, vários grupos de pessoas de diversos países estabeleceram-se em São Paulo. A maioria destas pessoas abandonou aos poucos o modo de vida de sua terra natal, e adotou o modo de vida característico dos brasileiros. Aprenderam o português e adotaram novos costumes".

#### 11 - R (p.37)

Da mesma forma, no Brasil, são socialmente estigmatizados os vernáculos e as variedades populares da língua urbana. Nunca é supérfluo reafirmar, porém, que do ponto de vista linguístico, essas variedades não são estruturalmente inferiores à norma-padrão. O conceito de "erro gramatical" é tão somente uma questão de diferença entre dois dialetos.

Nessa passagem, ao dizer que "nunca é supérfluo", tendo em vista que a própria autora relata o estigma, ainda existente, das variedades populares, significa dizer que "sempre é necessário". Visto que, a produção sociolingüística continua a se realizar (vide o uso do termo "reafirmar") no sentido de afirmar a respeitabilidade das variedades, ainda que em seus guetos, longe dos centos de formalidade.

A necessidade de se afirmar algo já demonstra que o contraditório pode existir. Afirmo que as variedades não são "estruturalmente inferiores" porque o estado de produção desse discurso permitiria também dizer o oposto, dentro de uma concepção de correlação de forças. A palavra "estruturalmente" também é importante nessa análise, ao marcar essa característica, a autora elimina as demais, sendo que a relação de inferioridade e superioridade fica negada apenas na estrutura.

Partindo da visão clássica saussuriana, no *Curso de Linguística Geral*, o autor estabelece uma dicotomia entre fala e língua; em que a primeira é manifestação individual "e dela o indivíduo é sempre senhor" (SAUSSURE, 1977: 21) e a segunda o sistema e "existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro" (ibidem: 27), podendo dizer: estrutura; teríamos a partir do trecho 11 que os falantes não estão "livres" da inferiorização, visto que o aspecto equivalente é o estrutural. Assim, fica relegado ao corpo a marca estigmatizadora.

O termo variedade aparece, nesse momento, equiparado a dialeto; muito próximo ao uso dos demais autores. Lembrando que dialeto não constitui uma língua.

### 12 - R (p.73)

Se é verdade que diferenças regionais não são de tal monta que impeçam a comunicação, não se pode ignorar que os falantes de variedades populares têm sérias dificuldades de compreender estilos formais da língua-padrão escrita e oral, incluindo-se aí a linguagem da radiodifusão e da imprensa em geral.

Esse trecho se inicia colocando na condicional a possível dificuldade de comunicação entre os falantes das variedades regionais. Em contraponto, afirma-se que há dificuldade para o falante entender os "estilos formais da língua-padrão". Ao fazer a contraposição, o primeiro período perde seu efeito de condicional e ganha maior efeito de verdade, caso contrário não haveria oposição. Outra questão é desconsiderar a língua-padrão enquanto regionalizada, afinal, o levantamento que temos (NURC) mostra a aproximação dessa variedade aos centros urbanos. Evidentemente, o centro é uma região, mas comumente o termo regional é utilizado para se opor ao central.

Mais um uso do termo variedade no mesmo sentido dos anteriores. Falada por um grupo de falantes específicos ou passíveis de serem especificados. Vale pensar se as dificuldades existem por conta das diferenças sintáticas, morfológicas e lexicais ou se, de qualquer forma (e, assim, poderíamos incluir os falantes da variedade padrão) haveria dificuldade, por conta da forma como se entra em contato com a língua durante o percurso escolar do falante, ou fora da escola. O que queremos questionar é se, mesmo os que são considerados falantes da norma culta, não sentem algum grau de dificuldade de leitura das mensagens oficiais. A dificuldade seria então, de leitura por conta do sentido, das relações de significado e conhecimento de mundo, e não por ser de outra variedade.

### 13 - P (p.16)

Suas manifestações (variedades) são contidas na comunidade por uma língua padrão (ou standard) que, sendo geralmente compreendida e aceita, nivela as diferenças regionais.

Para Preti, também é variedade a fala de um grupo, ou de certa comunidade. Vemos aqui novamente a variedade padrão receber o nome de língua; reaparece a disputa entre o padrão e o não-padrão, sendo aquela possuidora de força de contenção (como já vimos anteriormente, aparece aqui a manutenção). Se apenas uma manifestação (variedade) recebe o nome de língua, significa que todas as outras não são, já que as nomeia como variedades. A questão, mais uma vez se volta para o critério de escolha para a variedade X e não a Y representar a língua padrão.

O padrão, segundo o autor, regularia as diferenças, de modo a reduzir a possibilidade de desentendimento. Esse mecanismo pode ser observado no texto de E. Coseriu, quando o mesmo procura elucidar a sua tríade sistema, norma e fala:

O *sistema* é sistema de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados de um falar compreensível numa comunidade; a *norma*, em troca, é um sistema de realizações obrigatórias, **consagradas social** e culturalmente: não corresponde ao que se pode dizer, mas ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade considerada. (...) a norma representa a todo momento o equilíbrio sincrônico (externo e interno) do sistema (COSERIU, 1979: p.50).

Segundo esse autor, seria função da *norma* garantir o equilíbrio entre todas as possibilidades das relações (retomando Saussure) da língua e da fala.

Ainda sobre o trecho 13, o autor afirma que a língua-padrão é "geralmente compreendida e aceita" e, nivela as diferenças regionais. Preti inclui a LP como exemplo de fala regional, diferente de Bortoni-Ricardo. De qualquer forma, fica evidente a imprecisão do objeto e do olhar sobre ele.

## 14 - P (p.16)

Variedades sócio-culturais (ou diastráticas). Ocorrem num plano vertical, isto é, dentro da linguagem de uma comunidade específica (urbana ou rural). São variantes denominadas de *dialetos sociais*.

Já nesse excerto, o mesmo autor escreve de tal forma a equivaler variedade e variante, essa recebe também a nomeação de "dialetos sociais". Aparece então um novo uso. A variedade sócio-cultural pode ser estudada dentro de uma variedade específica, verticalmente, através dos estratos de uma comunidade, quer urbana quer rural.

Comparando esses dois trechos há irregularidade quanto a esse conceito, no entanto há regularidade a respeito do que não seja a língua padrão, o conjunto de variedades não-padrão é igualado a dialeto, assim independente da nomenclatura, a outra manifestação fica inferiorizada.

# 15 - P (p.21)

Variedades devidas à situação (contexto). Compreenderiam as influências determinadas pelas condições extraverbais que cercam o ato de fala. Assim, a presença física do ambiente em que o diálogo ocorre pode ocasionar um nível de linguagem técnica, formal, fora dos hábitos normais dos locutores. Da mesma maneira o tema da conversação poderá explicar o emprego de vocabulário e estruturas cultas ou vulgares, por exemplo.

O trecho 15 traz uma nova especificação para outro tipo de conceito de variedade, ao defini-la atrelando-a ao contexto. Dessa forma, faz com que se conjeture a possibilidade de o falante se expressar em mais de uma variedade, se variar o contexto. Isso não poderia ser comparado ao dialeto, visto que este não se define pelo contexto. Então, a equivalência entre os termos variedade e dialeto ficaria imprecisa.

Segundo o mesmo excerto, contexto (ou situação) é definido por "influências determinadas por condições extraverbais", donde poderíamos dizer que nascer numa determinada condição social pode ser "situação", dado que é extraverbal. Se a situação pode influenciar a "fala" (ou até mesmo impor), alguns falantes não teriam "direito" à voz em todos os momentos e situações, caso não dominassem o formalismo ou as linguagens técnicas.

Começa a se configurar nessa passagem a defesa da adequação: o falante dominaria diferentes "variedades" ou "registros", a fim de selecionar o melhor para cada situação.

O autor se vale da expressão "influência", "pode ocasionar" "poderá explicar"; expressões amenizadoras, o processo é mais coercivo. É ilegítimo não falar na língua padrão dependendo da situação ou Instituição.

16 - C (p.21)

Ver considerado na escola seu modo próprio de falar, ser sensibilizado para a aceitação da variedade lingüística que flui da boca do outro, saber escolher a variedade adequada a cada situação – estes são os ideais de formação lingüística do cidadão numa sociedade democrática.

Castilho, no trecho 16, corrobora com Preti, 15, ligando variedade à situação. A variação nos usos dos falante pode ser entendida como a forma exigida por uma determinada situação, aceitando-se a proposta desses autores. Assim, ou assume-se que cada comunidade tem uma variedade e outras variedades se formam a partir desta para cada situação; ou, que a comunidade não pode ter uma variedade característica, visto que o falante deverá sempre se adequar. Ou ainda, definem-se cruzamentos entre modalidades.

Os dois autores analisados nesse momento, embora façam crítica ao modelo da GT, propõe uma forma que não dá legitimidade pra variedade não-padrão fora de seu espaço de "origem". A fala da periferia serve para a periferia. Nega-se assim o ouvido público à voz de determinadas comunidades (ou segmentos sociais), relegadas ao olvido.

Castilho afirma que o aluno deve ser "sensibilizado para a aceitação", no sentido de gradativamente ir aceitando a fala do outro, diferente de si. Tal afirmação pressupõe que os alunos (os demais, ou todos, porque dizer demais também pressupõe que existe um grupo, realmente, falante da NC) são os que não aceitam a variedade do diferente, sendo o papel da escola "sensibilizar para a aceitação". Entretanto, foi a política linguística, reconhecida e carimbada pela Escola, que disseminou o preconceito, ao colocar em prática a determinação

de uma única forma de comunicação oficial, sendo esta a norma de maior frequência na classe dominante.

A "aceitação", colocada de tal forma no trecho acima, se constitui como fator fundamental para a construção do cidadão e da sociedade democrática; sendo assim, essa sociedade poderia ser construída a partir da aceitação e não pela efetiva participação. Aceitam-se as diferenças, mas não se coloca em discussão. Por exemplo, as diferenças sociais seriam aceitas por todos, desde que sensibilizados para tal, mas a discussão a fim de erradicar as diferenças passaria a um plano secundário, caso aparecesse.

### 17 - M (p.73)

É lamentável que apenas duas coleções, entre 10 analisadas, contenham menções aos problemas de variação lingüística. Ainda menos trabalhadas são as variedades regionais com textos de literatura de cordel, por exemplo. Impera o mito da unidade lingüística do Português, dando a impressão de que a língua ensinada nos manuais não tem história.

O trecho acima apresenta a concepção de variedade consoante a Tarallo e a Bagno. Destaca as formas regionais e o caráter histórico. Nesse sentido há coerência e unidade quanto ao uso desse termo na produção acadêmica selecionada, mas o que nos chama mais à atenção é a visão do autor quanto ao livro didático.

Nesse trabalho, Marcuschi analisa coleções didáticas e expõe como as mesmas têm tratado da variação lingüística. Ele verifica que pouquíssimas tratam do assunto e, quando o fazem, mantêm as variedades desprestigiadas, as diferentes da Norma Culta, em segundo plano.

Mesmo não sendo um trabalho sobre Escola e sim sobre livro didático, as considerações do autor ganham significado maior para nossa pesquisa no sentido de pôr sob os olhos o direcionamento das escolhas do material didático na política educacional. Além disso, para o autor, o livro didático tem contribuído para uma visão de unidade lingüística,

já há muito combatida pelos pesquisadores da Sociolingüística. Assim, é levado para a sala de aula, segundo o autor, um aparato que pouco considera as variedades lingüísticas do Português do Brasil.

Tendo em vista que diante da língua ensinada na escola cria-se uma expectativa de uso adequado à Gramática Tradicional, o resultado da pesquisa de Marcuschi pode mostrar que a visão homogeneizadora dificultou algum tipo de mudança na relação entre as pessoas e a língua materna, inviabilizando uma melhor manipulação e apreensão da realidade lingüística do país.

Analisar as coleções não exime os pesquisadores de irem até a escola verificar a língua falada pelos alunos na sala de aula.

É importante ressaltar que a defesa do Livro Didático contribui para a uniformização dos métodos e variedades, haveria pouco espaço para iniciativas mais pontuais em relação ao trabalho com manifestações lingüísticas localizadas, ou de pequenos grupos. Dessa forma, nos parece incoerente a defesa das variedades linguísticas acompanhada da defesa do uso de livro didático.

# 4.2 Variantes

Neste ponto, do trecho 18 ao trecho 24, analisaremos o uso do termo "variantes". Lembrando, tal termo se refere às diferentes possibilidades de se dizer algo tendo em vista um referente na realidade, cujo olhar variado, poder-se-ia manifestar nas já referidas possibilidades. Por exemplo, dizer "você", "ocê" ou "cê"; são variantes representativas da segunda pessoa do discurso, ou para a GT, do pronome de tratamento.

### 18 - T (p.5)

A partir dos inúmeros exemplos de situações sugeridas no texto, você desde logo observará que o "caos" basicamente se configura como um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de se dizer a mesma coisa (doravante chamadas variantes linguísticas) se enfrentam em um duelo de contemporização, por sua subsistência e co-existência, ou mais fatalisticamente, em um combate sangrento de morte.

Nesse primeiro trecho temos a definição de variante: duas ou mais formas de se dizer uma mesma coisa, com valor de verdade (TARALLO: 2004). Uma característica fundamental é o embate, a batalha, da qual resultará a forma dominante. O que está em jogo é a realização (fonética, sintática e lexical) do suposto sistema da língua, nesse caso a portuguesa brasileira. A vitória de uma forma de dizer algo pode representar a derrota de um grupo social.

As variantes podem concorrer numa mesma comunidade, ou seja, dentro da mesma variedade. A falta de definição de comunidade poderia prejudicar o entendimento aqui, entretanto o embate vale sem exceção; a comunidade é rural ou urbana, socialmente privilegiada ou desprivilegiada, ou um cruzamento de uma determinada comunidade com outra.

### 19 - T (p.12)

As variantes de uma comunidade de fala encontram-se sempre em relação de concorrência: padrão VS não-padrão, conservadoras VS inovadoras, de prestígio VS estigmatizadas. Em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza do prestígio sociolingüístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, são quase sempre não-padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade.

Nessa passagem, o autor mostra as oposições mais recorrentes associadas às variantes. A inovação das variantes não-padrão é estigmatizada, visto que concorrem com a conservação das variantes da forma padrão, estas trabalham para garantir, supostamente, a comunicação. Remetemos a um trecho já citado, entretanto vale insistir.

Tudo indica que a reflexão sobre a língua, que começa a se produzir já nos começos da modernidade, rapidamente esquece o potencial de inovação que os vulgares poderiam representar em relação aos ordenamentos e às regras. Ao contrário, nenhum tempo de liberdade é admissível em matéria de língua: há sempre que encontrar normas, fixar o movimento para garantir não se sabe bem o quê, mas garantir a correção que somente tem existência pela construção de seu outro, o erro. Aquilo que foi o 'latim errado' rapidamente se faz regra a ordenar o dizer. O poder não sobrevive ao riso, à desordem, à variação. Ele se exerce pela ordem. Em termos de língua, pelo 'empoderamento' de um dos modos de dizer – aquele da elite de plantão – como o único correto, a fim de produzir os silenciamentos não só de outros modos de dizer, mas também de dizeres outros. (GERALDI, 2005).

A comunicação a ser garantida é principalmente aquela considerada nos espaços oficias, daí ser "permitido", por estes lingüistas que temos analisados, o uso do não-padrão em outras situações. O funcionamento e a reprodução do Estado dependem infinitamente dos diálogos ditos formais e das relações comerciais que se estabelecem aí, por isso a comunicação deve ser clara, homogênea, sem falhas; ou seja, artificial. Poderíamos dizer sob-humano, no sentido de procurar não falhar.

As oposições elencadas por Tarallo, também vão no sentido de manutenção da estabilidade, da ordem vigente (ou do conceito que temos dela hoje). Vemos mai suma vez a proposição de Pêcheux (2006) aqui, referente aos espaços estabilizados e, complementamos, que a produção analisada contribui para a manutenção da estabilidade.

# 20 - B (p.51)

Convém salientar que a determinação das normas cultas e não-cultas é uma questão de grau de freqüência das variantes (o que os normativistas considerariam erros ou acertos). Por exemplo, coisas como "os menino tudo" ou "houveram fatos" podem aparecer na fala de brasileiros cultos.

O uso do termo "variante" é coerente com os trechos anteriores: "houveram fatos" ou "houve fatos", ambas são execuções do verbo haver.

Contudo, o autor afirma ser "uma questão de grau de freqüência" a determinação da NC. Seria uma maior ou menor freqüência? Dados os exemplos, entendemos ser a segunda

opção. No entanto, as variantes exemplificadas tomam como referência o falante culto, se invertêssemos e o nosso referente fosse o falante popular, pela lógica de Bagno, oração "Fazem cinco anos..." poderia ser considerada "correta", enquanto "Faz cinco anos..." seria "incorreta", pois a freqüência em que é usada é menor. Tal mecanismo esconde o que realmente determina a NC, decisão política.

Esse argumento não se sustentaria caso fossem tomadas atitudes empíricas, é evidente que o número de falantes populares é maior. Isso esconde uma decisão política e nada tem a ver com freqüência.

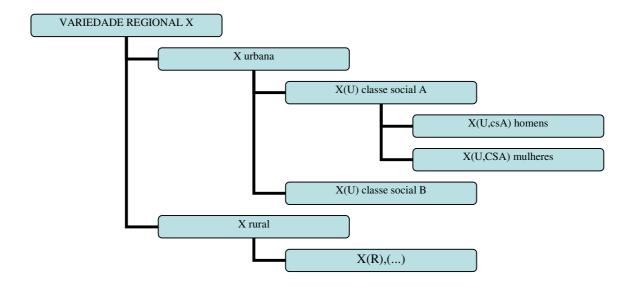
## 21 - P (p.58)

A situação, o sexo e a profissão do falante podem marcar algumas variantes. De resto, todos falam num mesmo nível no romance de Macedo.

Dentro de seu trabalho, Preti analisa vários romances quanto ao uso de variedades para caracterizar as personagens. Nesse caso, ele aponta para marcas específicas dependendo de alguns fatores: situação, sexo e profissão. Tomando o trecho anterior, seria possível dizer que para o autor, dentro de uma mesma comunidade, uma mesma pessoa pode apresentar variantes diferentes dependendo de tais fatores.

Esse autor constrói uma gradação de formalidade e informalidade, criando subdivisões, níveis de fala. Cada nível apresenta outras subdivisões.

Assim, teríamos:



O quadro acima não se encontra na obra do autor, mas a partir das indicações na obra, o estabelecemos. Dessa forma poder-se-ia criar subdivisões quase intermináveis, acrescentando aí os níveis citados por ele: formal, coloquial, vulgar etc. com essa elaboração, o risco que se corre é chegar à máxima individualização.

Se o estabelecimento da língua-padrão apaga as particularidades, as subdivisões diluem o caráter coletivo das comunidades.

# (3)22 - S (p.15)

O caso xinguano é exemplar, no bom sentido, talvez único no Brasil indígena: ali, no Mato Grosso do norte, sobrevivem em região de refúgio, o Parque Nacional do Xingu, quinze grupos indígenas, com suas línguas de origem e, como língua franca, de intercomunicação entre as tribos, aflora o português xinguano, numa das variantes do português brasileiro.

Retomamos aqui o 3-S (terceiro trecho). Selecionamos esse trecho, novamente, por entender aqui um uso incoerente para o termo "variante": o português xinguano, assim chamado pela autora, nos parece muito mais uma variedade, uma língua específica de uma comunidade (são quinze grupos, considero comunidade por ser o conjunto desse grupo de etnia não-branca, indígenas). Dizer que é variante é retirar dele a autonomia de sistema de

comunicação; embora, evidentemente, devam ocorrer disputas entre variantes dentro desse conjunto.

# 23 - S (p.30)

Posteriormente pelos sociolinguistas, hoje inteiramente submersos na heterogeneidade das variantes sociais ou verticais, tanto nas variedades cultas como populares do português. Nova cruzada, desencadeada primeiro pelos dialetólogos ou interessados pela dialetologia que, nas origens, compuseram o conhecido Projeto NURC, na década de 1970, e depois pelos sociolinguistas pioneiros do Rio de Janeiro, liderados por Anthony Naro.

Esse outro excerto mostra um uso coerente do termo variante, inclusive subordinando-o às variedades. Há concorrência de variantes dentro de uma mesma variedade.

Outro ponto a se destacar é a especificação de social ou vertical, a projeção visual de algo vertical compõe uma linha de cima a baixo, superior e inferior. A autora diz que podemos chamar de vertical ou social, porque a configuração social é vertical, assim como o prestígio da fala se associa aos falantes "de cima".

Tendo como referência teórica o que afirma Pêcheux a respeito de enunciados semanticamente com mesmo sentido, ele pergunta se "existe pelo menos um discurso no interior do qual x e y possam ser substituídos um pelo outro sem mudar a interpretação desse discurso?" (Pêcheux, 1993: 95), temos a impressão que em alguns momentos poderse-ia dizer "variedade" e "variante" da mesma forma, pois a subordinação não se dá na estrutura científica, na conceitualização, a subordinação se dá na prática. Pode ser variedade ou variante, mas se for a não-padrão, será inferiorizada socialmente, ou seja, seu valor social aparecerá como menor ou restrito a algumas situações.

# 4.3 Variável

Passemos nesse item à observação do termo "variável". Esse termo significa, segundo Tarallo (2004), a posição onde poder-se-ia "testar" as possibilidades de se dizer uma variante. Por exemplo: a variável FAZER indicando tempo – "Faz dez anos" ou "fazem dez anos" ou ainda, "faiz dez anos".

Vejamos nos trechos 24 até 27 como o termo é utilizado:

### 24 - T (p.8)

Variantes linguísticas são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo conteúdo, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá se o nome de "variável lingüística".

Nesse trecho de Tarallo temos uma definição de variável. O próprio autor dá um exemplo (p.8): a concordância do sintagma nominal. Podemos visualizar nessas possibilidades: oS meninoS / oS menino.

Disso temos que a variável é a concordância no SN e as variantes são cada uma das possibilidades, uma padrão e outra não-padrão. A não-padrão não é classificada além disso, sendo que o termo padrão funciona como sinonímia de NC. Temos o que é culto, legítimo, válido e o outro, colocado junto com muitos outros sob o rótulo de não-padrão.

# 25 - T (p.70)

Como princípio geral, conforme se pôde observar, uma variável sociolingüística estável estará linearmente correlacionada à classe socioeconômica, de tal forma que o grupo social de status mais alto terá índices mais elevados da variante de prestígio e, consequentemente, a frequência menos de uso da variante estigmatizada.

A variável estável (aquele em que a disputa se estabilizou, por enquanto) está ligada à classe social. Entretanto, se há uma variável para classe dominante, pode haver uma outra para a dominada. Nesse sentido, a variável não se estabilizaria, considerando que a realização da fala continua em disputa.

Note que, para o autor (e para a sociolingüística) a estabilidade se relaciona a um possível arrefecimento do conflito entre as formas de falar. Estabiliza-se o uso e tem-se menor ocorrência da variante estigmatizada, o que contém (bloqueia) o avanço da inovação. Se tivermos que construir o conceito a cada novo texto, a ciência perderia a suposta precisão objetiva, necessária para "se falar a mesma língua", a comunicação sem equívocos correria riscos de se equivocar (Pêcheux, 2009); tal qual a língua, esta também vai se refazendo, ainda que forças conservadoras se oponham. Talvez, para uma ciência linguística tenha de ser assim processos de sínteses recorrentes: forma e conteúdo em movimento.

#### 26 - R (p.24)

Isto é, classes mais baixas da sociedade exibem em sua linguagem uma incidência maior de variáveis linguísticas não-padrão, mas, quando submetida a testes que avaliam atitudes, reconhecem o caráter estigmatizado dessas variáveis, julgando-as com severidade. Esse isomorfismo nas reações valorativas decorre da pressão prescritiva da escola e do prestígio da língua culta.

Encontramos a palavra variável em outro autor. Aqui variável aparece por variante, a variável é uma categoria (um lugar na estrutura linguística), segundo Tarallo, e não uma possibilidade de realização, como vemos nessa passagem.

Outro ponto a ser destacado é o reconhecimento da "pressão prescritiva", fator que faz o falante, das variedades ou de algumas variantes populares, estigmatizarem sua própria fala, visto que a língua padrão se apresenta como modelo de língua e está na boca da classe que se estabeleceu como modelo de estilo de vida. Assim como os falantes julgam "com severidade", os mesmos são julgados; é esse o funcionamento ditado pela cultura escolar.

Nessa perspectiva, fica evidente que uma linguística imanente que se limite ao estudo interno da língua não poderá dar conta de seu objeto. É necessário que ela traga para o interior mesmo de seu sistema um enfoque que articule o linguístico e o social, buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. Sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa.

E é nessa distância, inerstício entre a coisa e sua representação sígnica, que reside o ideológico. (BRANDÃO, 2004: p.9).

# 27 - R (p.99)

Foram selecionadas duas variáveis fonológicas – a vocalização da consoante lateral palatal /lh/, como "trabalha/trabaia", "velho/veio", e a redução do ditongo crescente em final de palavras paroxítonas, como em "paciência/paciença", "gêmeo/gemu" – e duas variáveis morfossintáticas, a saber, a concordância verbo-nominal na primeira e na terceira pessoas do plural, como, por exemplo, "nós vamos/nós vai" e "eles foram/eles foi".

Aqui o uso é coerente com o de Tarallo, por exemplo a realização da variável /lh/, cada realização é uma variante: trabalha/trabaia etc.

Notamos uma pequena ocorrência do termo "variável" nos textos analisados. Quando aparece, em uma das ocorrências, o seu significado se confunde com variante, nos demais segue o uso definido por Tarallo (2004).

# CAPÍTULO CINCO: a minha pátria é minha classe

O sistema da *língua* é o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe. Isso não resulta que eles terão o mesmo *discurso*: a língua aparece como a base comum de processos discursivos diferenciados.

(Pêcheux – Semântica e Discurso)

Neste capítulo analisaremos alguns qualificadores (especificadores) atrelados à palavra língua, por exemplo, Língua Padrão; ou termos que nomeiam a língua de outra forma, como Norma Culta. Observaremos, novamente, se os usos são regulares, se é possível definir tais termos compostos e que valoração há neles, a partir do entorno. Nesse capítulo encontraremos um número variado de termos para, supostamente, designar a mesma função.

Resta enfim expor o que entendemos por *efeito de dominância* no interior da produção de uma sequência discursiva dada; até aqui, nós raciocinamos nos seguintes termos: "Dado um estado Ix, de que modo determinar  $\Delta x$  pela análise de um conjunto de discursos que o representam?". Isto suporia que cada elemento da superfície discursiva remete necessariamente a  $\Delta x$ , com uma necessidade igual, e logo que todos os discursos correspondentes ao mesmo estado de produção são estritamente paralelos, isto é, absolutamente isomorfos, considerados os efeitos metafóricos que os diferenciam. (PÊCHEUX, 1993: 104).

Esses termos que aparecem para nomear as veriedades, ou melhor, para especificar, para diferenciar, remetem às oposições sócio-econômica ou as condições materiais de bens de vida, localização geográfica (geoeconomia e geopolítica). Vale lembrar que, para a variedade tida como língua oficial, língua padrão, os termos dariam conta de nomeá-la, contudo dizer não-padrão (coloquial, popular) remete a um número incontável de variedades.

- Língua Padrão; Língua Não-padão; Norma Culta; Formal; Informal; Coloquial; Popular.

### 5.1 – A norma e o padrão

A Língua Padrão (no caso brasileiro, o português padrão (ou NC) ocupa essa condição) seria a variedade "eleita" (para alguns autores, como Dino Preti, ela é eleita pela comunidade) para servir de referência, será aquela ensinada na escola e que terá maior prestígio social. Historicamente, a variedade eleita está associada à classe de maior poder econômico e de *status* social modelar. No Brasil, a defesa da Norma Culta objetiva o estabelecimento desta como padronizadora do sistema lingüístico nacional. No entanto, como afirma Gnerre:

A Língua Padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade; é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um "corpus" definido de valores, fixados na tradição escrita. Uma variedade lingüística "vale" o que "valem" na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. (GNERRE, 1994: 6-7).

Nesse mesmo sentido, Rosiello aponta para a tradição da Norma Culta, o que traz à nossa reflexão até que ponto essa variedade é uma inovação estrutural no âmbito lingüístico se olharmos historicamente:

Mesmo na tradição do pensamento lingüístico ocidental, o conceito de "norma culta" constituirá por uma longa tradição que remonta à antiguidade grega, o objecto das análises e teorizações gramaticais que assumem a língua da classe dominante como instrumento de conhecimento do pensamento ou como instrumento de persuasão, nas duas tradições filosóficas platônico-aristotélica e sofística. (ROSIELLO, 1984: 84).

A Língua Não-Padrão são as outras manifestações, normalmente apontada nos trechos analisados como uma forma opositora ao padrão, sem fazer referência ao que na verdade seria um conjunto de variedades. Também chamadas de Português Coloquial ou Português Popular. A vertente da Sociolingüística brasileira defensora da Norma Culta não

desconsidera as Variedades desprestigiadas, diz que é preciso respeitá-las, mas não as incorpora.

Diante disso tomamos os termos Língua Padrão e Norma Culta estabelecida a partir de um mesmo referente linguístico. Por outro lado estarão associados os termos Língua Não-Padrão, o Português Coloquial e o Popular.

Antes de observarmos os trechos, vejamos a origem das palavras norma e padrão.

- Norma, segundo Antenor Nascentes, do grego: *gnórimos*, fácil de conhecer. Pelo latim: norma, régua, esquadro.
- Padrão, segundo o mesmo autor, 1. (modelo), do latim *patronus*. Mesma palavra que originou patrão. Para Antonio Geraldo Cunha, os termos citados têm as mesmas origens e acepções iguais e outras próximas.

# 28 - B (p.17)

O que muitos estudos empreendidos por diversos pesquisadores têm mostrado é que os falantes das variedades linguísticas desprestigiadas têm sérias dificuldades em compreender as mensagens enviadas para eles pelo poder público, que se serve exclusivamente da língua-padrão.

Nesse excerto o autor se vale de algumas expressões indefinidas (quantificadores) para dar idéia de quantidade: "muitos" e "diversos", porém tais termos também têm uma carga de sentido de indefinição. O autor não aponta qual estudo ou pesquisador. Fica assim um efeito de imprecisão.

O termo "poder público", de amplo significado e referências, mas que a rigor é a presença do Estado na vida do cidadão, também se faz presente representada pela Escola. A idéia de que o falante teria "dificuldades" na interpretação de algumas mensagens, já apareceu na p.103 de nossa pesquisa, ao analisar o trecho 12-R (Bortoni-Ricardo).

No entanto, é a variedade culta que recebe o nome de língua e é associada ao poder público, colocada no lugar de língua oficial. O estabelecimento da mesma se dá pela

imposição de uma única língua, colocada como legítima a todos os falantes de uma comunidade (Bordieu, 1998). Tal língua seria a que supostamente garantiria a unidade lingüística, garantiria também a possibilidade "universal" de comércio e de dominação sem usos, considerados abusivos socialmente, das forças de imposição da ordem (polícias, guardas, exércitos etc.). Essa variedade, uma dentre as demais, se ergue como nacional, velando assim seu caráter de classe e a própria luta de classes.

A língua oficial tem parte com o Estado. E isto tanto na sua gênese como nos seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado lingüístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória nas ocasiões oficiais e nos espaços oficiais (Escola, administrações públicas, instituições políticas, etc.), essa língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são medidas. (BOURDIEU, 1998: p.25).

O autor aborda nesse ponto a necessidade da unidade linguísitca pretendida para a constituição do Estado. Idéia essa que nos remete ao pensamento Iluminista (alicerce da Revolução Francesa e da formação do Estado burguês, ferramenta, pois, da classe dominante <sup>42</sup>). Ao observar sua curta listagem dos espaços oficiais, encontramos instituições cujas funções, entre outras, são manter e reproduzir a ordem do Estado.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Mesmo no Brasil tais ideais foram essencialmente apropriados por uma classe de proprietários e, têm na Inconfidência Mineira seu expoente. "Com exceção do semi-proletário Joaquim José da Silva Xavier e do filho de artesão que foi José Joaquim da Maia, os inconfidentes foram em geral proprietários e exprimiram interesses e preocupações de proprietários. Para alguns a Inconfidência teria sido exatamente isso: uma conjuração em favor da propriedade. É por interesse pecuniário que Silvério dos reis delata seus companheiros, é pensando numa ordem em que não fosse mais necessário transferir suas rendasao fisco metropolitano que os conjurados conspiram. (...) Por isso o foco da crítica inconfidente é o colonialismo, e não a opulência, ao contrário dos conjurados baianos, compostos em sua maioria de classes baixas, e que diferentemente dos mineiros não tinham grande entusiasmo por essa revolução de proprietários que foi a Revolução Americana (p. 342). Cf. ROUANET, Sérgio Paulo. "As Minas Iluminadas: A Ilustração e a Inconfidência". Em: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. Das Letras / Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

#### 29 - R (p.25)

Assim sendo, os indivíduos que não têm bastante competência na língua-padrão também se vêem severamente limitados na sua participação em eventos de fala públicos e formais. É dentro dessas restrições que se deve interpretar a característica de fluidez e permeabilidade no repertório verbal encontrada na sociedade brasileira.

É interessante anotar nesse momento, a afirmação de que os falantes da variedade não-padrão apresentam problemas quanto à relação com o poder público, tal qual o trecho anterior: ou têm dificuldade de entender ou de participar. Uma questão a ser colocada é se realmente há espaço para a participação de todos, ou se os falantes das variedades desprestigiadas teriam sua condição de vida alterada caso entendessem sem "sérias dificuldades" as mensagens do governo.

As duas passagens apontam a língua padrão como instrumento de participação política, uma vez que permitiria o ingresso em espaços públicos, na democracia. O falante deveria adequar, então, sua língua àquela da formalidade deixando em segundo plano a sua, com a qual vivenciou e existiu até o momento precedente ao formal, a fim de que garantisse sua participação política. Dessa forma, os trechos apontam (ou mesmo, oferecem) uma possibilidade de maior participação popular na democracia através do domínio da NC.

### 30 - P (p.13)

Sabemos que o problema da variação lingüística de uma comunidade tem sido inteligentemente aproveitado pelos modernos complexos de publicidade que, para atingirem seus objetivos, buscam uma aproximação mais eficiente do público consumidor, procurando na variação de língua uma forma de identificação com o consumidor-ouvinte. E isto tem colaborado até para uma nova compreensão do problema *erro* na língua, aceitando a comunidade padrões antes repudiados, o que gerou um verdadeiro processo de desmitificação da chamada língua padrão.

Poderíamos pensar nesses três trechos como um conjunto que trata do uso de uma variedade especifica pela esfera pública e outra pela esfera privada-comercial. A fim de atingir seu objetivo, cativar (cativeiro) o consumidor, a propaganda "percebe" as diferenças

linguísticas, atingindo os determinados públicos a consumirem mercadorias divididas por estratos sociais. Provavelmente, tal setor se apóie na ciência da linguagem, movimento parecido ao que já ocorreu com a Poesia Concreta, mas aqui apenas assinalamos o indício.

Poder-se-ia encontrar outra forma para a "desmitificação" referida no trecho, se esse processo realmente está acontecendo, visto que o Capital não tem a função de educar, porque se o faz, na verdade instrui para sua sobrevivência, seduz para que flua a circulação de mercadoria. É do Estado, quem financia as pesquisas e os pesquisadores, a função de desmitificar a língua padrão.

# (15) 31 - P (p.16)

Suas manifestações (variedades) são contidas na comunidade por uma língua padrão (ou standard) que, sendo geralmente compreendida e aceita, nivela as diferenças regionais.

Retomamos aqui o trecho 15 (T15) para analisar, dessa vez, a ocorrência do termo "padrão" e seu equivalente, proposto em inglês, "standard", termo este que aparece na obra de Willian Labov.

A estandardização da língua funciona como um vetor de contenção, o qual impõe um padrão, não é mera aceitação, como afirma o autor: "geralmente compreendida e aceita". A imposição justifica-se, do ponto de vista do oficial, do institucional (a escola é o aparelho do Estado responsável maior por essa contenção), se justifica pela possibilidade de desestabilização do sistema, algo a ser evitado, do ponto de vista do poder público.

Na medida em que a escola concebe o ensino da língua como simples sistema de normas, conjunto de regras gramaticais, visando a produção correta do enunciado comunicativo culto, lança mão de uma concepção de linguagem como máscara do pensamento que é preciso moldar, domar para, policiando-a, dominá-la, fugindo ao risco permanente de subversão criativa, ao risco do predicar como ato de invenção e liberdade. (CHIAPPINI: 2006, p.24).

O sistema desestabilização poderia imprimir um novo funcionamento que colocasse em xeque o atual. É preciso ressaltar que o policiamento também acontece pelos setores dito críticos: quando um pesquisador (ou grupo, o que está em questão é o discurso) validado força social da Universidade e da Ciência mostra e oferece uma dada variedade para ser efetivamente usada pela comunidade, com o objetivo de se estabilizar um novo sistema.

Tem-se a ilusão da possibilidade do fim do processo, como se em algum momento a história terminasse e as alterações materiais e relações sociais cessassem.

Outra expressão que merece destaque nesse trecho é "geralmente", indicador de alta frequência, de ocorrência comum. No entanto, tal informação vai de encontro ao T30, no qual o autor faz referência às "sérias dificuldades em compreender as mensagens enviadas para eles pelo poder público, que se serve exclusivamente da língua-padrão". Há aqui um desencontro de posições quanto à relação da língua padrão e a população em geral.

# 32 - R (p. 15)

Pesquisas na área de planejamento linguístico mostram que existe uma correlação positiva entre o grau de padronização linguística de um país e seu estágio de modernização. O problema não parece estar, pois, na existência de um código-padrão, mas no acesso restrito que grandes segmentos da população têm a ele.

Considerando tais pesquisas, quanto maior a força conservadora (de estandardização), maior o estágio de modernidade desse país, assim, então, quanto menos moderno menor será o grau de padronização. Para esse avanço é necessário estabilidade no sistema: econômico, social e lingüístico (o último apenas como manifestação dos outros, superestrutura). Parece que, segundo o excerto, tudo se resolveria com o acesso. Se todos soubessem o código-padrão, sua existência não seria problemática.

Na medida em que a sociologia se dá por tarefa interrogar a relação entre as relações de força e as relações de sentido próprias a uma estrutura

social dada, ela trata o discurso do sujeito sociológico como representativo da relação entre sua situação (socioeconômica) e sua posição (ideológica) na estrutura. O que o sujeito diz deve, pois, ser referido às condições em que ele diz (...). (PÊCHEUX: 1993, p.149-50).

Entretanto, o acesso limitado é consequência da organização e planejamento político-social, inverter a relação pode levar à ilusão de que se se alterar as idéias (a superestrutura), a estrutura poderá ser alterada, como se o aprendizado da NC garantisse melhores condições de vida ao falante.

No trecho, a autora emprega o termo "código-padrão", como sinonímia de língua padrão. Entretanto, a palavra "código" dá um caráter de mistério, de algo a ser desvendado, decodificado. Dessa forma, a termo pode alçar seu referente a um patamar mais elevado no imaginário popular, o que dificulta a resolução do problema a partir do próprio ponto de vista expresso no trecho: "acessar um código", quase um "desvendar".

### 33 - R (p.22)

Das sociedades ditas tradicionais, conserva o Brasil pelo menos duas características: a grande variação no repertório verbal e o acesso limitado à norma-padrão. Apresenta, todavia, a característica da fluidez e permeabilidade típica das sociedades modernas, que resulta numa situação de um gradiente de variedades linguísticas, muito diferente da dialetação discreta e compartimentada das sociedades de castas.

Temos outra sinonímia aqui para língua padrão: norma-padrão. Utilizado pela mesma autora do trecho anterior (32). Por conta da proximidade semântica entre Norma e Padrão, ambos regulam, colocam no esquadro, mostram o que é normal. Desde que os termos representem um ordenamento, uma padronização, parecem ser aceitos; abre-se a possibilidade de recriar termos e, assim, vão se confundindo: língua culta, padrão, norma, código etc.

No trecho anterior vimos a palavra "padronização" como central para a linguística e para a modernização, já nesse trecho vemos os termos "fluidez" e "permeabilidade", como se flexionasse a rigidez da norma, por conta da caracterização "moderna" e "atrasada", simultaneamente, do Brasil.

# 34 - T (p.58)

A língua portuguesa veiculada na escola é em princípio, um reflexo da norma-padrão do português.

A expressão "em princípio" deixa aberta a possibilidade de dúvida, pode ser que não seja. Se não for, é necessário ir efetivamente pra dentro da escola e descobrir. Além disso, afirma o autor ser um "reflexo". Dois termos que remetem semanticamente ao duvidoso.

Quanto ao termo especificamente foco de nossa análise, constatamos o uso de "norma-padrão", duplamente marcado: normalizador e padronizador. E essas ideias estão dentro da Escola como formas do ensino da língua e como controle social ao estabelecer o normal e o padrão. O que se oferece como modelo de língua seria capaz (ou esperado) de impor limites. Não negamos com isso que a NC, ou a língua padrão, não deva ser ensinada, entretanto, estamos procurando refletir acerca do privilégio desta quanto ao lugar ocupado culturalmente. A NC é a única variedade chamada de língua, pelo que vimos nos trabalhos examinados até o momento, se ela não está na escola deveria estar e, ainda, ela aparece como o modelo a ser atingido pelos falantes.

#### 35 - C (p.42)

Aliás, não estrague tudo começando logo a censurar os alunos por eventuais deslizes contra a norma.

Castilho procura dar um tom menos acadêmico ao texto, menos rígido ao usar o verbo "estragar" e colocar na 2ª pessoa do modo Imperativo, criando um efeito de aproximação em relação ao leitor por se dirigir diretamente a ele. No entanto, a expressão

"começando logo" provoca um pressuposto negativo; pois permite, segundo o texto, que após o início se censure o aluno. A palavra "deslize" cumpre função eufemística para erro. Os "deslizes", ou seja, os erros acontecem.

O trecho gira em torno da norma, o referencial para o professor, segundo o autor, é a esta. Temos a impressão de uma temporalidade, o aluno chega, o professor deve tolerar os "deslizes", transmitir a norma e, só então, poderá censurá-lo caso deslize contra a norma.

### 5.1.1 - O culto e o formal

Vejamos em princípio, como no tópico anterior, a origem dos termos a serem observados:

- culto: para Nascentes (1955), do latim, *cultu*, cultivado. No sentido intelectual é um germanismo (al. Kultur). Para Cunha (1999), remete à adoração de divindades e como adjetivo, civilizado (XVI). A palavra cultura remete ao que é cultivado também, daí uma possibilidade de associar-se o termo "culto" à possibilidade de "ter cultura".
- forma: segundo Nascentes (1955), do latim, *forma*, erudito. Para Cunha (199), molde. Assim, é possível associar o formal à forma erudita.

## 36 - R (p.14)

O prestígio do português culto, padronizado nas gramáticas e dicionários e cultivado na literatura e nos mais diversos domínios institucionais da sociedade, não se restringe, como seria de se esperar, aos grupos de seus usuários; ao contrário perpassa todos os segmentos sociais. O cidadão erudito aprecia a língua culta, que por sinal é o seu meio natural de comunicação, mas o trabalhador braçal, a empregada doméstica, os milhões de iletrados também o fazem. Demonstram igualmente um sentido positivo em relação à "boa linguagem", à linguagem daqueles que têm estudo. (...) O prestígio associado ao português-padrão é sem dúvida um valor cultural muito arraigado, herança colonial consolidada nos nossos cinco séculos de existência como nação.

Esse trecho traz a palavra "cultivado", referência à origem de seu uso. Cultivar pode ser entendido como tratar, cuidar; característica atribuída por alguns autores<sup>43</sup> à variedade de maior prestígio. Também temos a palavra "erudito", que faz referência à forma, ao formal.

O "português culto" apresentado pela autora não traz um especificador, nem europeu, nem brasileiro. Mais um índice de indefinição, como observado em outros trechos. Acaba-se por construir uma equivalência entre o "português culto" e o "português padrão".

O uso da palavra "apreciar" pode dar diversas impressões, num primeiro caso é admirar, num segundo usar (degustar). Essa consideração não leva em conta a gama de propaganda feita contra as variedades populares, por força da ideologia admira-se a norma culta, assim como um determinado modo de vida é veiculado como mais prestigiado.

A cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emoconal, prazer intelectual, um sentido de significado último: tudo isso está mais próximo, para a maioria de nós, do que cartas de direitos humanos ou tratados de comércio. (EAGLETON, 2005: 184).

Acrescentaríamos: as variedades não padrão estão mais próximas também da maioria dos falantes, diferente do português padrão que aparece como sinônimo de português culto, aquilo que se vê nas gramáticas.

37 - C (p.22)

É apenas num segundo momento que vamos sensibilizar o aluno para as "regras prescritivas", que correspondem ao chamado uso culto, mais prestigiado pela comunidade.

O uso culto é o uso prestigiado pela comunidade. Não devemos negar o acesso à norma culta, mas a variedade do aluno, tão defendida no sentido de ser aceita e respeitada,

<sup>43</sup> Cf. neste trabalho o item 6.3, um levantamento de campo semântico de dois autores já analisados aqui.

paga o tributo de ser meio de acesso à língua, que segundo os defensores da adequação, é a qual deveria ser utilizada nas situações formais.

Ecléa Bosi, ao comentar as reflexões de Gramsci e se colocar a favor, afirma:

(...) ao lado da chamada cultura erudita, transmitida na escola e sancionada pelas instituições, existe a cultura criada *pelo povo*, que articula uma concepção do mundo e da vida em contraposição aos esquemas oficiais. Há nesta última, é verdade, estratos fossilizados, conservadores, e até mesmo retrógrados, que refletem condições de vida passadas, mas também há formas criadoras, progressistas, que contradizem a moral dos estratos dirigentes. (BOSI, 1978: 53-4).

A exclusividade do ensino da NC ou do PE, ou de qualquer variedade, deixa de fora elementos das demais. Dentre eles, características linguísticas, traços culturais, representações simbólicas, contraposições de visão de mundo.

Nesse trecho, o autor utiliza o termo "sensibilizar", o qual suaviza a força coerciva desse processo no qual o aluno vê sua língua (a variedade que aprendeu em casa) como "certa" apenas para ocasiões restritas. A idéia de sensibilização já havia aparecido na p.106 de nossa pesquisa, no trecho 16, quando o mesmo autor se valeu de "sensibilizado". Aqui, esse processo aparece como um modo de preparar o aluno para receber o que vem do outro, o que não é seu, mas obrigatoriamente, passará a ser.

# 38 - R (p.23)

Pode-se representar a força padronizadora da língua-padrão por um vetor que se denominará vetor de assimilação. Nos países desenvolvidos, são fatores principais da assimilação o prestígio da língua culta e a ação das agências que a implementam, dentre as quais se destaca a escola.

Os aparelhos do Estado trabalham em favor da padronização, visto que o mesmo, como o conhecemos (o Estado democrático burguês), deve funcionar através do esquema comunicação / não-comunicação (PÊCHEUX: 1988). O autor francês aponta em seu texto dois processos para garantir a dominação burguesa no século XVIII. O primeiro

concomitante à Revolução, "consiste em uma uniformização visando, política e ideologicamente, instituir uma língua nacional", a fim de romper os obstáculos "à livre comunicação linguística necessária à realização econômica, jurídico-política e ideológica das relações de produção capitalistas" (idem, p.24). Evento análogo, encontramos no Brasil no período pombalino, no qual a metrópole européia impõe sua língua como oficial e introduz a obrigatoriedade do ensino de português.

A alegação do igualitarismo da língua nacional falseia a não-comunicação, de modo que as diferenças de classe de reproduzam na comunicação. Assim, a tentativa de homogeneização tem como limite a reprodução das relações capitalistas; seja pelo reduzido acesso, seja pela deslegitimação das demais variedades e de seus falantes. Afinal "uma variedade lingüística 'vale' o que 'valem' na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais". (GNERRE, 1994: 7).

39 - B (p.115)

Da parte do professor em geral, e do professor de língua em particular, essa mudança de atitude deve refletir-se na não-aceitação de dogmas, na adoção de uma nova postura (crítica) em relação a seu próprio objeto de trabalho: *a norma culta*.

Esse trecho é muito significativo, ele coloca para o professor qual seria seu objeto: a norma culta. Em outros trechos, o autor diz que ela é mal definida. Fala da não-aceitação de dogmas, no entanto como a postura do autor é anti-dogmática? Observemos a posição de seu eu-enunciador que permite colocar em circulação termos como "deve", "adoção", "seu"; dirigindo-se, principalmente, a professores. A postura desse "eu" parece dogmática e autoritária ao afirmar qual é o objeto de trabalho e ao reduzi-lo à norma culta.

Além das pesquisas linguísticas dizerem aos falantes qual é a língua do Brasil, "oferecerem" um língua, evidentemente tal oferecimento é acompanhado de uma complexa relação ideológica, os linguístas dizem qual deve ser o objeto de trabalho do professor.

De maneira geral, as passagens analisadas associam o conceito de culto às variedades do português padrão, falado pela minoria da população. Assim, a língua objeto de estudo do professor é a representação de uma variedade relacionada a uma classe: a elite. O prestígio da língua culta está vinculado a tudo que rodeia os falantes de tal variedade. A auto-valoração negativa dos falantes do português não-padrão percorre também outros aspectos de sua existência, eles se percebem longe do prescritivismo da língua e de um modo de viver.

# 40 - C (p.13)

Ora, se essa disciplina se concentrasse mais na reflexão sobre a língua que falamos, deixando de lado a reprodução de esquemas classificatórios, logo se descobriria a importância da língua falada, mesmo para a aquisição da língua escrita. Atenuou-se também, a convicção de que o único papel da escola é a transmissão da norma culta, como se pode ver em Mattos e Silva (1995).

Não há uma relação de oposição entre os esquemas classificatórios e a língua que falamos (seja lá qual for a que Castilho pensou). É possível tomar a língua falada por uma determinada comunidade e criar esquemas classificatórios. A questão, então, seria a metodologia do ensino e não seu objeto.

Quando o autor se vale do termo "atenuou-se", referindo à transmissão da NC, cria-se um pressuposto de que ela é a variedade ensinada na escola, mas agora "a convicção" está se alterando. Para que se altere é preciso se estabelecer, nisso não encontramos acordo nos trechos lidos, ora a NC deve estar lá, ora ela já está. Voltando ao "nós" do "falamos", se esse "nós" for entendido como o brasileiro não será facilmente determinada qual a língua falada; se for à classe, é a língua culta – associada ao falante urbano-culto – nesse caso o

"atenuar" ganha um valor positivo para a compreensão do excerto, pois permitiria a entrada de novas formas de falares na Escola.

Comparando os dois trechos anteriores (39 e 40), notamos uma irregularidade quanto à certeza ou não do ensino da NC na escola. Para Bagno ela é o "novo objeto", para Castilho "atenuou-se" a idéia do seu ensino. Se Castilho está certo, a NC está há muito na escola. Se Bagno está certo, há uma renovação da NC. Independente disso, a discussão acaba reduzida ao papel da escola frente à NC, deixando em segundo (ou terceiro) plano as demais variedades linguísticas.

### 41 - P (p.33-4)

Uma entidade superior, que poderíamos chamar norma culta, mantém a coesão e representa o ideal lingüístico da comunidade. É a linguagem padrão que, em tese, serviria à comunicação falada das pessoas urbanas cultas, além de veículo a todo um complexo cultural, científico ou artístico, que se realiza através de sua forma escrita. É a norma tradicionalmente ensinada pela escola.

É interessante notar a sequência dos três últimos trechos (39, 40 e 41, este último em análise no momento). No primeiro, Bagno (em obra de 1999) diz que o objeto de trabalho do professor é a norma culta; no segundo, Castilho (em obra de 1998) diz que diminuiu a convicção de só se ensinar a NC na escola; no terceiro, Preti (em obra de 1974) diz que a NC é tradicionalmente ensinada pela escola. Considerando as datas de publicação, a NC entra para a escola, atenua-se enquanto objeto de estudo e depois reivindicam sua volta.

Ora, mas se a definição desta variedade tem se dado a partir do Projeto NURC, iniciado na virada da década de 60 para 70, do século passado, como ela já poderia estar na escola? Vemos aqui que a indefinição terminológica tem uma companheira, a indefinição quanto aos dados, quanto à conjuntura da língua que se apresenta na escola e fora dela.

Afinal, quem foi até a escola e analisou a língua dos filhos dos trabalhadores que haviam chegado à escola. As pesquisas do NURC foram para os centros urbanos, não para as escolas.

### 42 - S (p.71)

Não tratarei aqui do passado das normas cultas ou do português culto brasileiro, certamente uma das vertentes de um projeto geral para a história do português brasileiro; entretanto, há indícios, depreensíveis do conhecimento histórico já acumulado, de que esse português brasileiro culto só começará a definir-se da segunda metade do século XVIII para cá, uma vez que essa variante culta passa necessariamente por questões relativas à escolarização, ao uso escrito e sua normativização.

Aqui a palavra culta aparece associada a uma variedade do português brasileiro. Escolarização e escrita eram processos bem restritos (e continuaram sendo) há aqui, novamente, a indicação da relação de comunicação / não-comunicação (Pêcheux). A normativização não é acessada por todos. Seria possível ser, nas condições históricas vigentes?

Da leitura dos textos podemos dizer que a língua padrão é definida como um espaço de determinação de um limite; é a força de contenção e manutenção do sistema lingüístico associado às situações formais. É a norma a ser seguida, culta, no caso do PB, por ser associada aos falantes considerados cultos, aqueles de maior prestígio social.

Alguns trechos apontam a língua padrão (que no momento é a chamada norma culta) como meio de acesso à participação política, visto que é aquela reconhecida como legítima.

# 5.2 – O não-padrão - O popular e o coloquial (ou o riso)

Acreditamos que a variedade (na verdade, as línguas em geral) "carregam" mais do que as estruturas linguísticas organizadas; léxico, sintaxe, semântica, elas e seus falantes

estão impregnados de camadas de referenciais culturais representativos das pessoas nas quais (e pelas quais) a variedade "vive" e, é somente nas pessoas e no uso que a língua existe.

Segundo Cunha (1999), a palavra coloquial nomeia o estilo "em que se usam vocabulário e sintaxe próximos da linguagem cotidiana" (o uso de tal termo é datado de 1899). Para a variação linguística, o estilo dos populares é esse, predominantemente o do cotidiano; ainda que, entenda-se que um falante culto possa se valer de usos coloquiais, mas em menor ocorrência ou freqüência, como afirma Tarallo (2004) "o grupo social de *status* mais alto terá os índices mais elevados da variedade de prestígio e, consequentemente, a freqüência menor de uso da variedade estigmatizada" (idem: 71). Vejamos como aparece nos trechos.

### 43 - M (p.46)

Percebe-se uma tendência a dicotomizar a produção lingüística entre, de um lado, o padrão (equivalente à escrita) e, de outro, o não-padrão (equivalente à fala), o que pode trazer um duplo inconveniente: visão monolítica e uniformizada, a par da desvalorização da língua falada.

Pelo que analisamos até o momento a dicotomia existe em vários aspectos, desde a nomeação de conceitos que poderiam ser genericamente marcados como: sim X não ou + X – ou, ainda, nos aproximando da proposta de algoritmos de Pêcheux E(n) X E (n-1); donde, em termos de superfície linguística encontramos: língua a ser ensinada na escola X língua restrita a espaços não formais, culto X popular, padrão X não-padrão. Quando o autor se vale da palavra "tendência" cria um efeito de processo, quando temos visto já um produto, a própria dicotomização.

Pensando no estabelecimento de sinonímias, já citado, na expressão "desvalorização da língua falada", pode-se trocar "língua falada" por "não-padrão", termos associados no trecho acima. As alterações combinatórias podem nos levar aos demais trechos,

apresentando em sua maioria uma relação de oposição, na qual existe a subordinação ao pad(t)rão. A respeito da troca de termos mantendo o sentido, afirma Pêcheux (1993):

(...) o mesmo sistema de representações se reinscreve através das *variantes* que o repetem progressivamente; é esta repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas que caracteriza, a nossos olhos, o mecanismo de um processo de produção; "a estrutura profunda" aparece assim como um tecido de elementos solidários (...). (idem, 97).

Outra questão desse trecho é a alegação do autor a respeito do "duplo inconveniente: visão monolítica e uniformizada"; ele se refere à separação das variedades, como se não houvesse interferência de uma na outra. No entanto, não há um movimento de participação de diferentes variedades num mesmo espaço; ao contrário, procura-se estabelecer lugares específicos para cada uma.

# 44 - B (p.18-9)

O reconhecimento da existência de muitas normas linguísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja conseqüente com o fato comprovado de que a norma lingüística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira "língua estrangeira" para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma lingüística empregada no quotidiano é uma variedade de português não padrão.

Nesse trecho o autor diz ser necessário reconhecer a existência de várias normas. Sendo assim, outras variedades, além da culta, teriam uma norma (pelo que vimos até o momento, seria uma força conservadora que mantém certa regularidade para o emprego da variedade).

O termo "reconhecimento" é colocado de forma a gerar uma lacuna, na passagem acima, visto que é preciso saber "quem reconhece?", "o reconhecimento de algo por alguém". Se o autor afirma o que deve ser reconhecido, é porque ele reconheceu, então caberia agora ao leitor também reconhecer.

E o ouvinte adota o que não sabe, o que o satisfaz esteticamente, o que lhe convém socialmente ou o que lhe serve funcionalmente. A adoção é, por

isso, um ato de cultura, de gosto e de inteligência prática(COSERIU, 1979: 78).

Vemos novamente aqui a oposição entre a língua ensinada na escola X variedade do português não-padrão. Evidência do embate entre as variedades, que temos notado no exame do *corpus*.

#### 45 - M (p.61)

Mas é equivocado opor uma linguagem a outra no mesmo nível de comparação das regras gramaticais, como se a linguagem coloquial fosse pobre e a linguagem culta fosse rica, na mesma medida em que uma tem regras e a outra não tem.

Neste trecho temos novamente a oposição entre as linguagens (ou variedades, melhor dizendo) coloquial e culta (formal). O autor afirma haver regras para todas as manifestações da linguagem, em seus variados níveis. Entretanto, aponta ser "equivocado" a comparação em mesmo nível e, a partir disso, afirmar ser uma "pobre" e a outra "rica". Se é possível tal afirmação, podemos entender que em algum momento tal comparação já aconteceu. Outro ponto de destaque seria questionar, então, em que nível comparativo não há equívoco.

O autor afirma também, a igualdade nos itens citados, ou seja, quanto às estruturas linguísticas as variedades se equivalem, prova de que o critério para "eleger" a língua oficial não é somente estrutural. A decisão predominantemente política.

(...) suponho que em toda sociedade a produção é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2007: P.8-9)

Selecionada a forma da língua padrão, essa passa a ser oferecida aos falantes, que de maneira geral não a reconhecem em sua fala, tal forma bloqueia (ou imprime limites) para as demais variedades.

46 - S (p.92)

Essa "multidão obscura" não teve "voz" na sociedade brasileira, porque desde a terceira década do século XVI até 1888, fins do século XIX, teve o papel social de coisa, objeto, mercadoria. Só que, como "mercadoria humana", tinha voz – ouvia, falava – aqui, portanto, "voz" não mais no sentido metafórico utilizado pela historiadora, e será essa voz a marcar, reformatar, dar o tom à gramática do vernáculo brasileiro, vernáculo entendido como língua materna de falantes com história de vida familiar e pessoal, sem interferência da escolarização, ou, se quisermos, ao chamado português popular brasileiro ou normas vernáculas que interpenetram o chamado português culto ou normas cultas.

Nesse trecho a autora procura tratar o termo "voz" de duas formas: metaforicamente e literalmente, a fim de mostrar a relação entre a voz que se ouve e marca uma variedade do português e voz como participação política. Ela afirma que "será essa voz a marcar, reformatar, dar o tom à gramática do vernáculo brasileiro", a sequência de verbos "marcar", "reformatar" e "dar"[o tom] fazem referência ao português popular, que está fora da escola – enquanto objeto de estudo – e se forma sem sua interferência (este segundo ponto, segundo a autora). A força transformadora desses verbos, indicando o processo realizado por essa "voz" não rompeu o bloqueio da língua padrão, tanto para a metafórica como para a literal. A abolição da escravidão em 1888, de direito e não de fato, não tirou "a massa obscura" do lugar mais que secundário na ordem política.

Apesar do avanço humanista, no sentido de tirar da condição de "mercadoria humana" a grande maioria da população nesse período (séc. XIX), isso não levou a uma participação que representasse todos os setores sociais em todos os espaços formais. Há ainda a oposição do formal X informal, culto X popular.

Ter "voz" não significa necessariamente ter "voto", no sentido de ser escutado, como fala legítima de um setor da sociedade, ou mesmo como classe. Poder-se-ia

questionar até que ponto há consciência política ou organização para tanto, fato que poderia alterar a reverberação dessa "voz" na sociedade.

Vemos que conseguir falar, hoje, já é uma proeza fantástica para a multidão que não desfruta das riquezas econômicas (que ela mesma produz). Agora, as perguntas se seguem: esses sobreviventes conseguem mesmo falar? Não meramente grunhir uns sons para suprir necessidades básicas; falar mesmo, dizer o mundo, suas vidas, seus desejos, prazeres; dizer coisas para transformar, dizer o seu sofrimento e suas causas, dizer o que fazer para mudar, lutar. (ALMEIDA:2006, p.15).

A língua não escapou aos processos do capital e, sua finalidade comunicativa, para determinada classe, ao cabo, se torna parte da força de trabalho. Caso que se dá, pois, através da comunicação vende seu trabalho (quando vende), acessa bens (quando acessa), ora necessários pelo valor de uso, ora necessários pelo valor de consumo. E esses dois processos: vender e acessar (comprar) são mecanismos os quais introduzem a quem deles faz uso, em outro estágio dentro do mesmo sistema. Outro estágio porque, mesmo os chamados excluídos estão participando da reprodução do modo de produção vigente.

# 5.2.1 – Ao redor da oposição fundamental: não-padrão X padrão

Visto que os trechos têm apresentado como idéia geral a oposição, a fim de contribuir com nossa análise e propiciar um feixe maior de reflexões, nesse sub-tópico decidimos realizar uma análise a partir da formação de campos associativos.

Num breve exame de seleção lexical de duas obras de nosso *corpus*, pudemos separar dois grupos de palavras: um associado à Língua Padrão (Norma Culta), outro à Língua Não-Padrão, a fim de avaliar o contexto que cerca essas duas expressões. Entendemos que as escolhas lexicais revelam já uma leitura de mundo. Assim ao associar

uma palavra X à Língua Padrão ou uma palavra Y à Língua Não-Padrão pode-se valorar negativamente uma ou outra variedade.

Para a composição dos conjuntos nos valemos das teorias de campo associativo (campo semântico) de Stephen Ullmann. O autor afirma que:

(...) todavia, é perfeitamente claro que um enunciado acerca de um terremoto a mil quilômetros de distância, ou dos perigos do totalitarismo, só pode ser compreendido se as palavras terremoto e totalitarismo corresponderem a alguma coisa na memória do ouvinte. (ULLMANN, 1964: 123).

Ou seja, uma determinada palavra terá um significado relativo à experiência social de cada indivíduo, o valor de seu significado se liga, assim, às práticas de uma determinada época e região.

Especificamente sobre campo associativo, Ullmann diz;

Por último, a teoria dos campos favorece um método valioso para abordar um problema difícil, mas de crucial importância: a influência da linguagem no pensamento. Um campo semântico não reflete apenas as idéias, os valores e as perspectivas da sociedade contemporânea; cristaliza-as e perpetua-as também; transmite às gerações vindouras uma análise já elaborada da experiência através da qual será visto o mundo, até que a análise se torne tão palpavelmente inadequada e antiquada que todo o campo tenha que ser refeito. (idem: 523).

Os trechos selecionados fazem parte dos livros: *Pesquisa Sociolingüística*, Fernando Tarallo e *Sociolingüística* – *os níveis da fala*, Dino Preti. Com o intuito de melhor expor nossas reflexões, os trechos numerados aqui não remetem à numeração anterior. Por se tratar de uma tentativa de complementar a análise, a partir de um método, nesse momento, lateral, renumerar os trechos pareceu mais coerente.

## I - Fernando Tarallo – Pesquisa Sociolingüística

### 1-T (19)

A língua falada a que nos temos referido é o veículo lingüístico de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face. É a língua que usamos em nossos lares ao interagir com os demais membros de nossas famílias (...), **sem preocupação** com o como da enunciação.

## 2-T (22)

Os estudos de narrativas de experiência pessoal têm demonstrado que, ao relatá-las, o informante está tão envolvido emocionalmente com o que relata que presta o **mínimo de atenção** ao como. E é precisamente esta a situação natural de comunicação almejada pelo pesquisador-sociolingüista.

#### 3-T (23)

Ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, ao colocá-las no gênero narrativa, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma.

## 4-T (71)

Como princípio geral, conforme se pôde observar, uma variável sociolingüística **estável** estará linearmente correlacionada à classe socioeconômica, de tal forma que o grupo social de *status* mais alto terá os índices mais elevados da **variedade de prestígio** e, consequentemente, a freqüência menor de uso da variedade estigmatizada.

### II - <u>Dino Preti</u> – Sociolingüística – os níveis da fala

#### 1-P (26)

O dialeto culto é, no entanto, **eleito pela própria comunidade como o de maior prestígio**, refletindo um índice de cultura a que todos pretendem chegar. De certa forma 'aprender a língua' significa aprender o dialeto culto.

### 2-P (34-5)

(...) nível de fala ou registro formal, **empregado em situações de formalidade**, com predominância da linguagem culta, comportamento mais tenso, **mais refletido** (...).

### 3-P(55)

Os princípios da norma popular compõem uma verdadeira gramática popular e implicam uma simplificação considerável da gramática culta, num uso muito grande de elementos afetivos, numa pronúncia menos cuidada, num abundante vocabulário gírio e outros elementos afetivos da língua e, em geral, revelam uma menor dose da reflexão na escolha das formas lingüísticas pelo usuário.

Abaixo estão os dois conjuntos, as palavras ou expressões aqui colocadas encontram-se destacadas nos trechos acima e, nos quadros, seguem a seguinte legenda, por exemplo, [1-T] = Trecho 1 de Tarallo; [1-P] = Trecho 1 de Preti:

#### Variedade não-padrão

- 1. sem preocupação [1-T];
- 2. mínimo de atenção [2-T];
- 3. simplificação [3-P];
- 4. elementos afetivos [3-P];
- 5. menos cuidada [3-P];
- uma menor dose da reflexão na escolha [3-P];
- 7. desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma [3-T].

#### Variedade padrão

- 1. eleito pela própria comunidade como o de maior prestígio [1-P];
- 2. empregado em situações de formalidade [2-P];
- 3. mais refletido [2-P];
- 4. variedade de prestígio [4-T].
- 5. estável [4-T]

A separação dos conjuntos mostra como há uma associação de termos valorados negativamente para uma variedade e uma valoração positiva para a outra. Evidentemente que, a partir dessa construção de realidade, apoiada nos valores de juízo já existentes, fica palatável escrever que a variedade culta é aquela almejada socialmente, visto que ela envolve, segundo os autores, características socialmente melhor aceitas.

Ela [A ideologia] se apresenta, ao mesmo tempo, como explicação teórica e prática. Enquanto explicação, ela não explicita e, aliás, não pode explicitar tudo sob o risco de se perder, de se destruir ao se expor, por

exemplo, as diferenças, as contradições sociais. Essa manobra camufladora vai fazer com que o discurso, e de modo especial o marcadamente ideológico, se caracterize pela presença de "lacunas", "silêncios", "brancos" que preservem a coerência do seu sintoma (BRANDÃO: 2004, p.22).

Na seleção do quadro associativo à variedade não-padrão, encontramos no dado 7 a palavra *forma*; para esse autor a preocupação com esta, embora não apareça explicitamente, se relaciona com a organização morfo-sintática e com o que podemos dizer "o jeito" de falar. A *forma*, então, seria um ponto de reflexão apenas da variedade padrão.

É preciso destacar o lugar institucional de onde falam esses autores. Seus discursos são emitidos com o poder da produção de conhecimento, de um local de forte influência social e legitimado cientificamente. Tal espaço ainda é ocupado pela minoria economicamente favorecida.

Esse dado ganha "cores mais fortes" quando Tarallo explicita, no trecho 4, a relação entre variedades e condição socioeconômica. A classe com *status* social mais alto apresentaria menores ocorrências da variedade desprestigiada. Quando essa classe acessa o lugar de produção de conhecimento, acaba por reproduzir a mesma relação de forças entre as variedades, se sua pesquisa trabalha em favor do distanciamento destas ao valorar negativamente (as características atribuídas à variedade não padrão tem um peso social negativo) àquela pertencente à outra classe, aquela desfavorecida economicamente.

Bréal (1992) diz ser a linguagem um produto do homem, não encontrada na natureza, dessa forma ela está permanentemente sob influência dos fatores sócio-históricos. Ela se realiza sempre num contexto e, esse contexto, marca a significação das palavras. Sendo assim, num contexto sócio-histórico em que haja relações de dominação, é provável que tal relação possa ser identificada na produção discursiva.

Entre as línguas modernas, a mais analítica é, sem dúvida alguma, o inglês. Muitas vezes se disse que esse caráter analítico era devido à mistura da gramática anglo-saxônica e da gramática francesa: explicação que, enunciada desse modo, é inexata. A verdade é que as classes superiores da sociedade, servindo-se do francês durante vários séculos, tinham deixado o uso do inglês para as classes populares. Ora – acabamos de ver – é a parte mais culta da nação que retarda a evolução da língua. Quando os aristocratas se desinteressam pela língua nacional, essa evolução se acelera. (BRÉAL: 1992, p. 29).

As relações estabelecidas pela associação dessas palavras a cada variedade reproduz, à medida que tais obras vão compondo a formação do pensamento sociolingüístico uma leitura que valora positivamente tudo quanto se liga à Língua Padrão. Por conseguinte, desvaloriza as formas coloquiais e populares.

A desvalorização das demais variedades, em relação à NC, mesmo que sobre elas se forme um discurso de respeitabilidade e adequação, não garantem legitimidade, já que não se permite seu uso nos espaços formais.

(...) necessidades da organização do trabalho, da mecanização e da estandardização que impõem uma comunicação sem equívocos (...), comunicação que é, ao mesmo tempo, através da divisão social-técnica do trabalho, uma não-comunicação que separa trabalhadores da organização da produção e os submete à 'retórica' do comando (...). (PÊCHEUX: 1998: p.25-7).

A manifestação linguística ou variedade ou língua, dependendo do autor, que é oferecida ao falante deve ser, levando em conta o que afirma Pêcheux, aquela capaz de garantir a comunicação sem equívocos, poderia ser a chamada não-padrão, se esta fosse estendida a todos. No entanto, é a NC que vem sendo oferecida, mas não vem sendo apropriada por todos.

### **PALAVRAS FINAIS**

E eu quero é que esse canto torto, Feito faca, corte a carne de vocês. (A palo seco, Belchior)

Neste último capítulo, procuraremos retomar as idéia dos capítulos anteriores e sistematizar de forma mais clara as reflexões e conclusões que já se mostraram, em partes, durante o trabalho. A partir do cap. 3 é possível dizer que a produção analisada apresenta uma construção histórica do PB, cuja imagem mostra a contribuição de diversas variedades depositadas ali, em oposição ao PE (a língua do colonizador, do dominador) cuja imagem, dada a caracterização do primeiro, aparenta-se como uma língua homogênea, ou melhor, acaba sendo apresentada dessa forma, por uma relação de oposição à heterogeneidade do PB.

Em seguida a produção examinada (ainda cap. 3), reclama e exalta o caráter democrático, assinalando a pluralidade étnica na participação (contribuição) linguística dos negros, índios, europeus e asiáticos. Polariza-se o PB e o PE. Mais adiante no tempo, entram em cena escolar os filhos do proletariado e, já entrando pelo quinto capítulo, temos os textos que avisam a chegada da classe baixa à escola. Avisam, mas pouco mostram quem são essas pessoas e suas falas.

Criado esse aglomerado de falas e pessoas, que ganha força e volume para mostrar as diferenças do PB, uma língua é "eleita" (segundo a Sociolinguística) e, o apoio antes imprescindível dos falares recém "descobertos" nas escolas (décadas de 60 e 70, do século passado) não é mais necessário, ficando o aglomerado na outra ponta. A língua eleita seria, com o rigor necessário uma variedade e não a língua (esta um sistema virtual), aquela ao gosto da classe dominante, insistente em dizer como devemos *falasser*.

E na confusão de variedades variantes variáveis (em nosso cap. 4), o corpo se mantém supostamente estável adequado cada um no seu lugar: periferia lá, centro aqui e daqui emanando a ordem: verbal, escrita e social.

Da proposta de acolher a variedade linguística das comunidades que acabavam de ter seu direito a frequentar a escola, reconhecido na década de 1970, resultaram apenas exercícios sobre curiosidades regionais ou propostas de passagem de falas de personagens para a norma padrão. Ou seja, aceitou-se a entrada de uma outra cultura na escola – a cultura não erudita, não culta –, e mesmo para as produções acadêmicas, para que fosse melhorada, arrumada, e não para dar a ela uma posição de objeto legítimo de estudo e por meio da qual se possa continuar a produção cultural da comunidade a que pertence.

O poder-dizer passará então pela forma oferecida a esses falantes, mas o professor não escapa ao oferecimento, visto que a ele também se impõe uma forma, que nos rincões do Brasil pode estar na lousa, não na boca dele. Nesse sentido, é significativo o trecho 39-B (p.129), porque diz qual o objeto de trabalho do professor, isso é, ao mesmo tempo, dizer qual deve ser a língua oficial.

39-B (p.115)

Da parte do professor em geral, e do professor de língua em particular, essa mudança de atitude deve refletir-se na não-aceitação de dogmas, na adoção de uma nova postura (crítica) em relação a seu próprio objeto de trabalho: *a norma culta*.

Sair da égide do Português Europeu para estabelecer uma língua com caráter nacional e melhor correspondente à nossa realidade parecia tarefa difícil e de reviravoltas. No entanto, ao se estabelecer essa "nova" língua, ou uma tentativa de sistematizar o que se fala hoje no Brasil, alguns autores ofereceram uma representação linguística ainda sectária. Passar do PE para a NC, defendido por muitos como a língua (e não variedade) a ser

ensinada na escola, não altera estruturalmente a organização social. Ainda há um movimento de "oferecimento" de uma língua estranha à maioria dos falantes. Decerto que todos devem aprender a NC ou qualquer outra língua padrão, mas esta ainda deslegitima os outros tantos falares populares, agrupados no conjunto do "não-padrão".

Notamos a reprodução dessas idéias percorrendo os textos analisados, nossa hipótese é de que se é possível manter o mesmo discurso, significa que as condições para sua produção permanecem. Para que seja percebida a mudança estrutural, o discurso  $\mathcal{D}x$  deve apresentar uma ruptura em relação ao discurso  $\mathcal{D}y$  anterior. Assim, assinala Pêcheux:

(...) a análise das condições nas quais um novo discurso científico se instaura, com os meios que ele empresta às ciências já existentes ou a representações "não-científicas" pode ser descrita como o relacionamento entre vários processos de produção cuja interação engendra, em certas condições, um novo processo que subverte as regras de coerência que regem o discurso anterior. (PÊCHEUX, 1993: 150).

A produção discursiva acerca da variação linguística procura, em tese, garantir a estabilidade dos espaços sociais (incluindo os Institucionais) "recomendando" a fala ao contexto (ou à situação). Garantir-se-ia, assim, cada fala em seu suposto lugar, adequando para manter a ordem.

Dentro da Universidade (ou na produção advinda de lá/aqui), pouco se discute a lugar de conhecimento alcançado pela VL. Os termos aparecem nos textos sem referenciação, sem exposição ou discussão se seria a melhor forma (rigorosa e crítica) após aproximadamente 50 anos de pesquisa. Parece haver um pacto tácito pelo suposto entendimento e acordo quanto aos conceitos e sua valorações, com a finalidade de garantir a estabilidade, a manutenção da ordem já estabelecida.

A produção e o espaço de circulação, a segunda como forma e a primeira com o conteúdo (e ambas em forma e conteúdo) combinam-se também por um pacto pela ordem.

Resta a nós, a decisão sobre se essa ordem nos interessa ou interessa a quem dentro do campo de disputa de forças em nossa atual sociedade capitalista/burguesa/consumista/pósmoderna.

No início de nosso trabalho, falamos sobre a necessidade de se ordenar, de dar fim ao caos (p.33). Retomemos o trecho e Pêcheux destacado naquele momento:

O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os "simples particulares" face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela existência dessa multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (...) até as "grandes decisões" da vida social afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo). (PÊCHEUX, 2006: 33).

A organização dessa forma é necessária para o funcionamento de uma formação social específica. A ideologia cumpre um papel de interpelar o sujeito e fazê-lo sentir-se livre e decidindo (livre arbítrio), no entanto a decisão está restrita a processos de manutenção (reprodução) dessa formação social, a fim de que ela sobreviva indefinidamente. Uma outra formação social poderia suportar outra organização da sociedade; talvez, a partir do ponto de vista atual, seria considerada desordem<sup>44</sup>.

Ser sujeito do discurso seria conferir a cada enunciado produzido relevância identificadora que lhe dá tanto um papel substantivo no contexto em que é produzido quanto confere uma identidade específica ao

<sup>4</sup> 

Notamos uma relação interessante entre ordem e classe baixa no estudo de André Singer: "Identificada como *opção que colocava a ordem em risco*, a esquerda era preterida em favor de uma solução pelo alto, de uma *autoridade* já constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade. Esse seria o sentido da adesão intuitiva à direita (muitas vezes entendida como o que é direito ou como sinônimo de governo *versus* oposição) no espectro ideológico e tornaria inteligível o viés desfavorável a Lula.. O modelo de comportamento político desenhado acima tem antecedentes clássicos. Marx, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*18, revela que a projeção de anseios em uma força previamente existente, que deriva da necessidade de ser constituído como ator político *desde o alto*, é típica de classes ou frações de classe que têm dificuldades estruturais para se organizar. (...) Como eles "não podem representar-se, antes têm que ser representados" (...). (Cf. SINGER, André. Raízes ideológicas do Lulismo. Em. Novos Estudos, n.85, pp.82-102, Nov. 2002.). [Nesse sentido, os termos "padrão", "culta", "norma", contribuem também para uma leitura positiva dessa variedade supostamente eleita, frente ao "não-padrão" e, até mesmo, ao *status* de "variedade" desta frente ao de língua daquelas.].

seu enunciador. (...) Compete a ele [o sujeito], na medida de seu próprio destino, uma função continuamente impertinente de constituir-se a cada momento num ser pertinente. Essa ética introduz necessariamente uma noção complementar: a de crise permanente, já que esse sujeito do discurso se faz no embate contínuo contra sua própria estereotipização. (OSAKABE: 2006, P.26-7).

E é nesse movimento que a língua deveria caminhar: de "crise permanente" como forma de construção permanente<sup>45</sup>, mas as possibilidades se reduzem por fatores de ordem material, manifestados numa força conservadora; a GT ou a NC, enquanto modelos de linguagem se colocam de forma a repetir estruturas, processos e mecanismos de imposição de uma variedade linguística única (relegando as outras à marginalidade), trabalham, assim, para manter e reproduzir a ordem do Estado democrático-burguês de falsa representatividade das pessoas (e de uma língua materna), que atende aos interesses de uma classe. O necessário seria o empoderamento das demais variedades, para que estas pudessem participar efetivamente da produção sócio-cultural, da vida política e das decisões nos espaços formais e institucionais e, não apenas, freqüentar os bancos da escola ou se calar nos bancos de praça.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> O Senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso me alegra, montão. (João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*. p15.)

### Referências bibliográficas

**ALTHUSSER, L.** *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Tr. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa : Presença, 1980.

**ALMEIDA, Milton José de.** "Ensinar português?". Em: *O texto na sala de aula*. São Paulo : Ática, 2006. (pp. 10-6).

**ALTMAN, Cristina.** *A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988).* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

**BAKHTIN, Mikhail** (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, s/d.

**BARZOTTO, Valdir Heitor.**"Nem respeitar, nem valorizar, nem adequar as variedades lingüísticas". Em: *Revista ECOP*, n.2, julho, 2004a.

\_\_\_\_\_\_. "Língua Portuguesa e prática docente: ouvindo vozes e tomando sustos".

Em: **BASTOS, N. B.** (Org.). Língua Portuguesa em Calidoscópio. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004b, pp. 239- 45.

**BIDERMAN, M. T. C.** *Teoria Lingüística: leitura e crítica.* São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOSI, Alfredo. O ser e o tempo na poesia. São Paulo: Cultrix, 1993.

**BOSI, Ecléa**. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1978. 4ªed.

**BORDIEU, Pierre.** *O que falar quer dizer: A economia das trocas lingüísticas.* Tr. Wanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998.

**BRACHER, Beatriz.** *Não Falei*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

**BRANDÃO, H. H. N.** *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. 2ªed. rev.

**BRÉAL, Michel**. *Ensaio de Semântica: ciência das significações*. Tr. Aída Ferras... et al. São Paulo: Educ – Pontes, 1992.

**BRITTO, Luís Percival Leme**. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

**CALVET, Louis-Jean**. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. Tr. Marcos Marcolino. São Paulo: Parábola, 2002.

**CASTILHO, A. T. de.** Variação dialetal e ensino institucionalizado da Língua Portuguesa. Em: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, nº1, 1978, pp. 13-20.

. Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

**CERTEAU, Michel de.** *A invenção do cotidiano: artes de fazer.* Tr. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. (PP.221-73).

**CHAUÍ, Marilena.** *O que é Ideologia.* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense 1983.

**COSERIU, E**. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: USP, 1979.

COUTO, Hildo Honório do. O que é português brasileiro? São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CUNHA, Celso. Língua Portuguesa e realidade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

**EAGLETON, T.** *A idéia de cultura*. Tr. Sandra Castelo Branco, ver. Téc. Cezar Mortari. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

**ELIA, Silvio**. *Sociolingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Padrão, Niterói: UFF/EDUFF/PROED, 1987.

**FERREIRO, Emília**. *Reflexões sobre alfabetização*. Tr. Horácio Gonzalez. São Paulo: Cortez editora/Edições Autores Associados, 1986.

**FOUCAULT, Michel.** *A ordem do discurso*. Tr. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15° ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

**GERALDI, João Wanderley.** *Tranças do poder, danças dos letrados: a infatigável tarefa de frear a língua*. Palestra proferida no VIII Fórum de Estudos Lingüísticos, Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Universidade de Estado do Rio de Janeiro, 18/11/2005.

**GERALDI, J. W., SILVA L. L. M. & FIAD, R. S**. "Lingüística, ensino de língua materna e formação de professores". Em: DELTA, Vol. 12, nº. 2, 1996, pp. 307-26.

GNERRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1994, 3ª ed. ILARI, Rodolfo. "Prefácio". Em: Nova Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

**LABOV, William.** *Padrões Sociolinguísitcos*. Tr. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo:Parábola Editorial, 2008.

**LEROY, Maurice.** As grandes correntes da linguística moderna. São Paulo: Ed. Cultrix, 1974.

LYONS, J. Introdução à lingüística teórica. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Edusp, 1970.

**MAINGUENEAU, Dominique**. *Novas tendências em análise do discurso*. Tr. Freda Indursky. 3ª ed. Campinas: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARX K. e ENGELS F. *História*. Org. Fernandes, Florestan. São Paulo: Ática. 1989.

. *A ideologia alemã*. Tr. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins fontes, 2007. 3ª Ed.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Sobre o "Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR)" e sua inserção no projeto nacional "Para a História do Português Brasileiro" (PHPB)": dados atualizados. UFBA./CNPq, Salvador, 16 de agosto de 2007.

**PÊCHEUX, Michel.** "Análise Automática do Discurso (AAD-69). Em: *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. GADET, F.; HAK, T. (orgs). Trad. Bethania S. Mariani [et AL.]. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_\_. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). Em: *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. GADET, F.; HAK, T. (orgs). Trad. Bethania S. Mariani [et AL.]. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_\_. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tr. Eni P. Orlandi ... et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento.* Tr. Eni P. Orlandi. 4ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PERELMAN, Chaïm e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: A nova Retórica. Tr. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

**PIETRI, Émerson de**. A constituição do discurso da mudança do ensino de língua materna no Brasil. Tese de Doutorado. Campinas, SP: IEL/UNICAMP, 2003.

**POSSENTI, S.** "Gramática e Política". Em: Geraldi, J. W. (org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel: Assoeste, 2006.

**RAMA, Angel.** *A Cidade das Letras.* Intr. Mário Vargas Llosa. Prol. Hugo Achugar. Tr. Emir Sader. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

**RIBEIRO, Darcy.** O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

RIOLFI, C. R. e BARZOTTO, V. H. O ensino de língua materna no Brasil: Considerações sobre os paradoxos entre o uno e o múltiplo. (mimeo).

**ROSIELO, L.** "Língua". Em: *Enciclopédia EINAUDI, vol. 2 – linguagem-enunciação*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação lingüísticas. Tr. Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Difel, 1985.

**SAUSSURE, Ferdinand.** *Curso de linguística geral*. Tr. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1977.

**SCHWARZ, Roberto**. "Nacional por subtração". Em: *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, pp. 109-136.

**TARALLO, Fernando.** "Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias". Em: ROBERTS, Ian & KATO, Mary (orgs.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p.35.

\_\_\_\_\_\_. "Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'alémmar ao final do século XIX". Em: ROBERTS, Ian & KATO, Mary (orgs.). *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p.70.

**TRAGTENBERG, Maurício**. *Delinqüência Acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder*. São Paulo : Rumo, c1979.

**ULLMANN, Stephen**. *Semântica: uma introdução à ciência da significação*. Tr. J. A. Osório Mateus. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1964.

VILLEGAS, Oscar Uribe. Sociolingüística: una introdución a su estudio. México/DF: UNAM/Instituto de Investigaciones Sociales, 1970.

## Bibliografia do Corpus

**BAGNO, Marcos**. *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. 34ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

**BORTONI-RICARDO, Stela Maris.** Nós cheguemu na escola, e agora? Sociolingüística na sala de aula. São Paulo : Parábola, 2005.

**CASTILHO, Ataliba Teixeira de**. *A língua falada no ensino de português*. 4ªed. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCUSCHI, L. A. "Concepção de língua falada nos manuais de português de 1° e 2° graus: uma visão crítica". Em: *Trabalhos em lingüística aplicada*, pp. 39-79, n° 30, Jul/Dez, 1997.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

**PRETI, Dino.** Sociolingüística – os níveis da fala. São Paulo: Edusp, 1994. 7ª Ed.

**TARALLO, Fernando**. *Pesquisa Sociolingüística*. São Paulo: Ed. Ática, 2004 [1985]. Série Princípios.

# Bibliografia Consultada

**BAKHTIN, Mikhail.** "Gêneros do discurso". Em: *Estética da criação verbal*. Tr. Maria E.G.G. Pereira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARRETO, Lima. Triste fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

BARZOTTO, Valdir Heitor. Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso. Um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976). Tese de doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, 1998.

**DACANAL, José Hildebrando.** *Linguagem, poder e ensino.* 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

**DUCROT, Oswaldo**. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e Ideologia. São Paulo: Ática, 1995.

**FRANCHI, Eglê**. E as crianças eram difíceis... A redação na escola. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Tr. Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 2ª reimpressão.

**MEYER, Michel.** *Retórica*. Tr. Marly N. Peres; rev. téc. Lineide Salvador Mosca. São Paulo: Áica, 2007.

VAN DIJK, T. A. La multidisciplinaridad del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (eds.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 143-177.